



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRO-REITORIA ACADÊMICA
COORDENAÇÃO DE PESQUISA
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

JOÃO PAULO II E O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO

Claudi Gonçalves da Silva

RECIFE
2012

Claudi Gonçalves da Silva

JOÃO PAULO II E O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em Ciências da Religião da Universidade Católica de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Sezino Douets Vasconcelos

RECIFE

2012

S586j

Silva, Claudi Gonçalves da

João Paulo II e o diálogo inter-religioso / Claudi Gonçalves da Silva ; orientador Sérgio Sezino Douets Vasconcelos, 2012.

112 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco. Pró-reitoria Acadêmica. Programa de Mestrado em Ciências da Religião, 2012.

1. Religiões. 2. Cristianismo. 3. Igreja. 4. Paz. 5. Valores. I. João Paulo II, Papa, 1920-2005. II. Título.

CDU 29

Claudi Gonçalves da Silva

JOÃO PAULO II E O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em Ciências da Religião da Universidade Católica de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião, aprovada em 02/10/12.

Prof. Dr. Bartolomeu Figueirôa de Medeiros, OCarm. – UFPE

Pro. Dr. Gilbraz de Souza Aragão – UNICAP

Prof. Dr. Sérgio Sezino Douets Vasconcelos (orientador) – UNICAP

Aos meus irmãos

Carlos Alberto Gonçalves da Silva (in memória)

Calbir Gonçalves da Silva (in memória)

AGRADECIMENTO

A Deus,

Fonte de toda Sabedoria

Aos meus familiares, especialmente aos meus pais,

José Carlos Firmino da Silva e

Luzia Maria Gonçalves da Silva

Aos meus amigos (as),

Todos que apoiaram e contribuíram para a realização desta pesquisa

Ao orientador,

Prof. Dr. Sergio Sezino Douets Vasconcelos

As colaboradoras de trabalho,

Prof. Ms. Maria Leopoldina de Albuquerque Britto

Prof. Lucia Maria Britto Jasselli

*Ou aprendemos a caminhar juntos e em harmonia, ou
andaremos à deriva e destruir-nos-emos a nós
mesmos e aos outros. (João Paulo 99, 1986).*

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar a postura do Papa João Paulo II em relação ao diálogo inter-religioso, buscando compreender os seus paradoxos, ambiguidades e contribuições, bem como as controvérsias suscitadas por sua postura no âmbito da Cúria Romana. Para se compreender a relação da Igreja Católica com os não cristãos, faz-se necessária uma análise histórico- teológica na qual é possível perceber que Jesus como fundador do cristianismo sinaliza a importância do acolhimento e do diálogo com os povos de diversas crenças. Porém, ao longo dos séculos, a atitude da Igreja Católica frente às outras tradições religiosas, foi marcada por posturas exclusivistas, intolerância e combate. Nessa trajetória, o Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965), indica uma nova atitude em relação ao diálogo inter-religioso. Através de suas viagens, gestos e discursos, João Paulo II abre possibilidades de se aprimorar o diálogo entre as religiões, tendo em vista a complexidade dos desafios na humanidade.

Palavras chave: diálogo inter-religioso; Igreja; religiões; paz; valores; Cristianismo.

ABSTRAT

The dissertation has as objective to analyze the position of the Pope Juan Pablo II in relation to the interreligious dialogue, searching to understand its paradoxes, ambiguities and contributions, as well as the controversies excited for its position in the scope of the Roman Curia. To understand the relation of the Catholic Church with the not Christian ones it is made a theological historical analysis in which it is possible to perceive that Jesus as founding of the Christianity signals the importance of the shelter and the dialogue with the people of diverse beliefs. However, throughout the centuries, the attitude of the Catholic Church, front to the other religious traditions, were marked by exclusivists positions, intolerance and combat in this trajectory. Vatican Ecumenical Concillio II (1962-1965), indicates a new attitude in relation to the interreligious dialogue. Through its trips, gestures and speeches, Juan Pablo II opens possibilities of improving the dialogue between the religions, in view of the complexity of the challenges in the humanity.

Words key: Interreligious dialogue. Church. Religions. Peace. Values. Christianity.

LISTA DE SIGLAS

AG – Ad Gentes

DA – Diálogo e Anúncio

DH – Dignitatis Humanae

DM – Diálogo e Missão

DI – Dominus Iesus

DS – Densinger – Hurmenann

GS – Gaudium et Spes

LG – Lumen Gentium

NA – Nostra Aetate

RM – Redemptoris Missio

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 GRANDES TRAÇOS DAS RELAÇÕES DE JESUS E DO CRISTIANISMO COM AS RELIGIÕES NÃO CRISTÃS AO LONGO DA HISTÓRIA	14
1.1 O relacionamento de Jesus com os povos não israelitas	14
1.2 A Comunidade primitiva e os não cristãos	17
1.3 Contribuições Patrísticas: apologias e reconhecimentos	20
1.4 A virada Constantiniana e suas consequências para os não cristãos	26
1.5 “Fora da Igreja não há Salvação” – Concordâncias e controvérsias	30
1.6 Concílio Ecumênico Vaticano II: breve visão contextual	38
1.6.1 O Diálogo Inter-religioso na perspectiva dos documentos conciliares	40
2 A CONTRIBUIÇÃO DO PAPA JOÃO PAULO II PARA O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO	45
2.1 A relação de João Paulo II com a Igreja Cristã do Oriente	45
2.2 João Paulo II e os não cristãos	47
2.2.1 João Paulo II entre as religiões da Índia	50
2.2.2 João Paulo II em visita à Sinagoga de Roma	54
2.2.3 João Paulo II pede perdão pelos erros da Igreja	56
2.3 João Paulo II e líderes de outras religiões em oração pela paz	61
2.4 O documento Diálogo e Anúncio	67
3 JOÃO PAULO II EM RELAÇÃO AO DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO: PARADOXOS, CONTROVÉRSIAS E CONTRIBUIÇÕES	75
3.1 Uma visão geral sobre a declaração <i>Dominus Iesus</i>	75
3.2 Avaliação sobre a <i>Dominus Iesus</i>	77
3.3 Controvérsias e ambiguidades das atitudes de João Paulo II frente às religiões	85
3.4 Uma avaliação da atuação do Papa João Paulo II	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS	105

INTRODUÇÃO

A diversidade religiosa que se constata no mundo atual, os diferentes modos do ser humano se relacionar com o divino, bem como as diferentes formas de fundamentalismo e intolerância religiosa têm suscitado sérios questionamentos sobre o destino e as razões das religiões presentes na sociedade. Além dessas indagações, emerge a necessidade de se refletir sobre o modo como essas diferenças podem dialogar, em busca de caminhos eficazes para a paz e o desenvolvimento na sociedade e no mundo.

O trabalho ora apresentado, na busca de alternativas que permitam uma convivência mais pacífica entre os seres humanos, alicerçada no respeito e na tolerância, vê, no Diálogo Inter-religioso, a forma mais efetiva de encarar as situações conflituosas. Nessa perspectiva, a personagem central enfocada é o Papa João Paulo II.

Karol Józef Wojtyła (nome de batismo) nasceu na cidade de Wadowice, Polônia, a 18 de maio de 1920, de uma família de três filhos. Sua mãe, Emília Kaczorowska, era costureira lituana e seu pai, Karol Wojtyła, tenente do exército polonês. Na adolescência e na juventude, João Paulo II nutria interesse pelo esporte, pela literatura polonesa, pelo teatro. Viveu em períodos de grandes dificuldades, um exemplo disso, foi a invasão das tropas nazistas de Adolf Hitler na Polônia, pelas quais muitos judeus foram mortos.

Aos 22 anos, ingressou no seminário clandestino de Cracóvia, onde foi acolhido pelo Arcebispo Adam Sapieha. Foi ordenado sacerdote no dia 1º de novembro de 1946 na Catedral de Cracóvia. Doutor em Teologia pela Universidade Santo Tomás de Aquino em Roma e doutor em filosofia. Em 4 de julho de 1958, foi nomeado Bispo auxiliar de Cracóvia; participou do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965) e, em 1964, foi elevado a Arcebispo de Cracóvia. Promovido Cardeal em 1967 e eleito o 264º Papa em 1978. O primeiro Papa não italiano depois de 455 anos, com apenas 58 anos de idade. Seu pontificado se realizou num período de grandes transformações e a passagem para o século XXI. Visto como o 3º maior pontificado da história da Igreja (26 anos), realizou mais 100 viagens fora da Itália, visitou 129 países e mais de 1000 localidades. Escreveu 14 encíclicas e diversos pronunciamentos

no campo da atividade humana. Sofreu um atentado em 13 de maio de 1981, na Praça de São Pedro, pelo turco Manehte Ali Agca e, após um longo período, faleceu do mal de parkson no dia 2 de abril de 2005. Inspirado pelo chamado de “santo súbto”, pela multidão no dia do seu funeral, o Papa Bento XVI o beatificou no dia 1º de maio de 2011.

João Paulo II destacou-se como homem de múltiplas facetas; na política, nos mundos midiático e espiritual. Frente às realidades mais diversas do mundo moderno, que ameaçam a paz no mundo, e, diante de profundos conflitos religiosos da humanidade, ele se destacou, ainda, pela coragem de se dedicar à temática sobre o diálogo ecumênico e inter-religioso e foi o primeiro Papa na história da Igreja a convidar líderes de diferentes tradições religiosas para se encontrarem e refletirem juntos sobre o problema da paz mundial.

O objetivo desta pesquisa é analisar a postura do Papa João Paulo II sobre o diálogo entre as religiões durante o seu pontificado. Ela deve compreender os seus paradoxos, controvérsias e contribuições no campo do diálogo inter-religioso. Nessa perspectiva, no intuito de se responder à indagação sobre a importância da atuação do Papa para o diálogo inter-religioso, foi desenvolvido o seguinte percurso: fazendo uma análise histórico-teológica, o primeiro capítulo realça alguns aspectos importantes do relacionamento de Jesus com as outras culturas religiosas de fora de Israel. Além disso, tratar-se-á da relação entre cristãos e não cristãos ao longo da história da Igreja católica, até o Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965), evento que indicou um novo horizonte na ação pastoral da Igreja, em direção ao diálogo com as outras religiões. Nesse processo, destacam-se as contribuições de Frangiotti (2006); Lièbaert (2000) e Jacques Dupuis (2004).

O segundo capítulo enfatiza a contribuição de João Paulo II, particularizando suas viagens, gestos e encontros com líderes religiosos de diferentes credos, particularmente o encontro de Assis, quando aconteceu “A Jornada Mundial de Oração pela Paz”. É feita ainda a análise do documento “Diálogo e Anúncio”, considerado um dos principais textos emitidos durante o governo de João Paulo II sobre o diálogo entre as religiões. Para isso, dentre outros autores, conta-se com a contribuição de Lecomte (2005), assim como,

discursos, documentos e mensagens de João Paulo II disponíveis no site do Vaticano¹ e jornal.

O terceiro e último capítulo busca, a partir de alguns autores: Faustino Teixeira (1995; 1997; 2005; 2010); Svidercoschi (2011); Alemany (2001); Geffré (2004), analisar criticamente a postura de João Paulo II em relação ao diálogo Inter-religioso. Nessa direção, apresentam-se: paradoxos, controvérsias, ambiguidades e as contribuições do Papa.

Mediante o itinerário e o método bibliográfico a que se propõe esta pesquisa, é possível que João Paulo II abra para a Igreja e para o mundo um novo caminho de relacionamento entre as diferentes religiões, possibilitando maiores reflexões em torno da aproximação entre cristãos e não cristãos.

A pretensão é que esta pesquisa seja mais uma contribuição para as discussões sobre a importância do diálogo inter-religioso, tendo em vista as rápidas mudanças na sociedade atual, os conflitos interculturais envolvendo as religiões e a necessidade das religiões se unirem para a superação da violência, das injustiças e tantas outras realidades que afetam a dignidade da pessoa humana. Além disso, pretende ser um contributo na área das Ciências da Religião e incentivo para que outras pessoas possam continuar a pesquisar nessa área, levando em consideração a significativa importância dessa temática para o mundo atual.

¹ WWW.vatican.va/phone_po.htm

1 GRANDES TRAÇOS DA RELAÇÃO DE JESUS E DO CRISTIANISMO COM AS RELIGIÕES NÃO CRISTÃS AO LONGO DA HISTÓRIA

Observa-se que, na sociedade atual, tem crescido, com muita rapidez, uma diversidade de religiões. Esse cenário religioso tem questionado vários setores da sociedade e provocado mudanças de mentalidades em relação ao modo como se vê cada religião na sua particularidade e o modo como elas se relacionam com o Divino.

A diversidade religiosa na atualidade é uma realidade indiscutível. Para nossos dias, faz-se relevante destacar a importância do diálogo entre elas para que haja relacionamentos pacíficos entre os seres humanos, alicerçados no respeito e na tolerância. Reconhecendo essa situação, muitos estudiosos, sobretudo do âmbito das Ciências da Religião, sentem-se interpelados a aprofundar o assunto e consideram que a sociedade contemporânea aponta um vasto horizonte religioso e suscita novos paradigmas.

Na tentativa de se aprofundar o assunto sobre o diálogo entre as religiões, considera-se relevante uma retrospectiva histórico-teológica sobre o modo como o Cristianismo se vem relacionando com as outras tradições religiosas ao longo do tempo.

Antes de se fazer uma abordagem mais direta sobre a comunidade primitiva, é importante sublinhar a postura do próprio Jesus de Nazaré em relação aos que não pertenciam a Israel.

1.1 O relacionamento de Jesus com os povos não israelitas

Ao iniciar suas atividades públicas, Jesus deixou transparecer em seus gestos e palavras que a vontade daquele que o tinha enviado, seu Pai, consistia numa total e exclusiva dedicação ao povo de Israel.

O evangelista Mateus, descrevendo o relacionamento entre Jesus e a mulher Cananea, que pedia a cura de sua filha, mostrou que sua postura fora radical em relação ao lugar de sua missão: “Eu não fui enviado senão às ovelhas perdidas da casa de Israel” (Mt 15, 24). Na resposta de Jesus

transparece seu objetivo em relação ao povo de Israel, revelando-se consciente da realidade geográfica na qual deveria desenvolver seus trabalhos. Porém, outras citações bíblicas deixam a entender que a consciência² do lugar de sua missão acontece aos poucos, até chegar aos pagãos³, conforme se observa na citação que segue:

Ao entrar em Cafarnaum, chegou-se a ele um centurião que o implorava e dizia: 'Senhor, meu criado está deitado em casa paralisado, sofrendo dores atrozes'. Jesus lhe disse: 'eu irei curá-lo'. Mas o centurião respondeu-lhe: 'Senhor, não sou digno de receber-te sob o meu teto; basta que digas uma palavra e meu criado ficará curado. [...] ouvindo isso Jesus ficou admirado e disse aos que o seguiam: 'em verdade vos digo que, em Israel não achei ninguém que tivesse tal fé. Mas eu vos digo que virão do Oriente e do Ocidente e se assentarão a mesa no Reino dos Céus, com Abraão, Isaac e Jacó, enquanto os filhos do Reino serão postos para fora, nas trevas onde haverá choro e ranger de dentes'. Em seguida, disse ao centurião: 'Vai! Como creste assim te seja feito! ' Naquela mesma hora o empregado ficou curado (Mt 8, 5-13).

O diálogo com o centurião sinaliza um novo horizonte em suas atividades. Ao colocar-se prontamente para ir curar o homem paralisado que se encontrava fora do território legal de Israel, Jesus indica sua abertura e reconhecimento de que não deveria limitar-se apenas ao povo hebreu. Nessa perspectiva, percebe-se que ele referencia a autenticidade da fé do centurião, algo que talvez Jesus não tivesse percebido entre os israelitas. Contudo, o mais importante é compreender que a atitude de Jesus evidencia uma nova mentalidade em relação aos gentios. Desse modo, Jesus indica um novo estilo de relacionamento entre as pessoas, reconhecendo o ser humano de forma integral independente do lugar onde habita. Nesse itinerário, prossegue atuando no meio do povo.

Outro fato relevante é o encontro de Jesus com a mulher samaritana, algo que provoca espanto à própria mulher, no que se refere à possibilidade de poder dialogar com um Galileu: "[...] como, sendo judeu, tu me pedes de beber, a mim que sou samaritana?" (Jo 4, 9). Ela realça o que certamente costumava ouvir na sua cultura, sobre o relacionamento entre os judeus e os samaritanos.

² Sobre o processo evolutivo da consciência de Jesus. Cf. DUPUIS, 1999, p. 149-183.

³ Nomenclatura de origem muito antiga. Inicialmente eram conhecidos com gentios, posteriormente passaram a ser chamados de pagãos. Aqui se refere a todos que não eram cristãos.

Ao mesmo tempo, a mulher demonstra estar atenta à nova mentalidade que surgia naquele momento. Observa-se que do colóquio de Jesus com a samaritana emerge outra novidade: “[...] vem a hora que nem nessa montanha nem em Jerusalém adorareis o Pai. [...] Mas vem a hora – e é agora – em que os verdadeiros adoradores adorarão o Pai em espírito e verdade” (Jo 4, 20.23). Nessa narração, aponta-se um modelo de homem religioso, capaz de ultrapassar as fronteiras físicas, legais e institucionais estabelecidas naquele tempo. Jesus parece inaugurar um novo modo de relacionamento com o divino. Segundo Dupuis (2004, p.74), Jesus “não rejeita nem mesmo o culto samaritano no monte Garizim em vez do culto em Jerusalém”.

Poder-se-ia mencionar, ainda, muitos outros encontros de Jesus com os povos que estavam fora da instituição religiosa judaica: o episódio do samaritano que cuidou do homem caído à beira do caminho (Lc 17, 18-19); a cura dos dez leprosos (Lc 17, 11-14). Tudo isto tem demonstrado o acolhimento de Jesus e sua abertura para com os povos. Conforme se pode observar, no que se refere à cura dos leprosos, Jesus enalteceu o comportamento do samaritano que voltou agradecido pela cura: “um dentre eles, vendo-se curado, voltou atrás, glorificando a Deus em alta voz, e lançou-se aos pés de Jesus com o rosto por terra, agradecendo-lhe. Pois bem, era samaritano” (Lc 17, 15-16).

Nas narrações até aqui apresentadas, pode-se verificar a ocorrência de certa evolução do pensamento de Jesus ao longo da história. O comentário de Dupuis (2004, p. 74), realça o que está sendo pontuado:

Portanto, é claro que, para Jesus, a fé salvífica não é acessível aos pagãos e aos estrangeiros apenas remotamente: ela realmente atua entre eles. Analogamente, os estrangeiros podem também pertencer ao Reino de Deus, cujo chamado se estende para além das fronteiras do povo eleito de Israel.

A contribuição do autor leva a entender o processo evolutivo da consciência de Jesus em relação à salvação da humanidade. É importante reconhecer, também, a posição dos povos das outras culturas religiosas, situadas fora do território de Israel, uma vez que demonstraram abertura e acolhimento à mensagem de Jesus.

Na apreensão de encontros e desencontros de cunho religioso, é interessante, ainda, voltar a atenção sobre o modo como as comunidades apostólicas se posicionaram diante dos não cristãos.

1.2 A Comunidade primitiva e os não cristãos

Alguns textos bíblicos podem ser analisados para o levantamento de informações mais precisas, sobre a relação das referidas comunidades com os não cristãos.

Segundo o Evangelho de Marcos (70 d. C.), Jesus confia aos seus seguidores a responsabilidade de anunciarem sua mensagem a todos os povos: “Ide pelo mundo inteiro e pregai o Evangelho a toda criatura” (Mc 16, 15). Nota-se que as palavras pronunciadas para envio dos discípulos não delimitam o lugar aonde eles deveriam ir, pelo contrário, apresentam o mundo como realidade sem fronteiras. Em vista dessa missão, os apóstolos saíam a anunciar os ensinamentos de Jesus por todos os lugares.

Com o desenvolvimento da missão recebida, os discípulos são surpreendidos pelo modo como o novo ensinamento de Jesus é acolhido pelos gentios. Na narração de Lucas, autor dos Atos dos Apóstolos, escrito entre 80 a 95, encontra-se um exemplo sobre o relacionamento do apóstolo Pedro e os gentios, no momento em que esteve na casa de Cornélio, centurião da coorte itálica:

Encontrando muitos ali reunidos, assim falou: 'bem sabeis que é ilícito ao judeu relacionar-se com um estrangeiro ou mesmo dirigir-se à sua casa. Mas Deus acaba de mostrar-me que a nenhum homem se deve chamar de profano ou impuro' (At 10, 26-28).

Pedro evidencia o modo tradicional como os judeus tratam os que pertencem à cultura dos gentios; ao mesmo tempo, desperta a atenção dos que estavam em casa do centurião, sobre a possibilidade de nova perspectiva na formação das novas comunidades, levando em consideração a necessidade da superação e intolerância entre as diferenças culturais: “dou-me conta, em verdade, que Deus não faz acepção de pessoas, mas que, em qualquer nação, quem o teme e pratica a justiça, lhe é agradável” (At 10, 34-35). Na qualidade

de chefe dos apóstolos, Pedro indica que o anúncio da boa notícia de Jesus de Nazaré deveria passar pelo reconhecimento de valores nas diferenças e pela abertura aos povos. Ele reconhece a prática da justiça e do temor a Deus como valores a serem observados entre os seres humanos. Contudo é importante sublinhar que a postura do apóstolo também atraiu controvérsias entre os cristãos que estavam em Jerusalém:

Entretanto, os apóstolos e os irmãos que estavam na Judéia souberam que também os gentios haviam recebido a palavra de Deus. Assim, quando Pedro subiu a Jerusalém, começaram a discutir com ele os que eram da circuncisão, dizendo: ‘entraste em casa de incircuncisos e comeste com eles!’ Pedro, então, começou a expor-lhes a questão, ponto por ponto [...]. Logo a seguir, três homens apresentaram-se diante da casa onde estávamos enviados de Cesaréia para se encontrarem comigo. Disse-me então o Espírito que os acompanhasse sem hesitação. Foram comigo também estes seis irmãos e entraram na casa daquele homem. [...]. Ora, apenas começara eu a falar, desceu o Espírito Santo sobre eles, assim como sobre nós no princípio. Lembrei-me das palavras do Senhor: ‘João, na verdade, batizou com água, mas vós sereis batizados com o Espírito Santo’. Portanto, se Deus lhes concedeu o mesmo dom que a nós, que cremos no Senhor Jesus Cristo, quem seria eu para impedir a Deus de agir?(At 11, 1-4. 11-13. 15-17).

Acentuando o batismo no Espírito Santo, transparece o desejo de Pedro em demonstrar a maneira como Deus acolhe os gentios. Desperta os cristãos para uma nova realidade no horizonte da mensagem cristã e, ao mesmo tempo, sinaliza uma nova mentalidade.

É igualmente significativo observar o comportamento de Paulo de Tarso, que é reconhecido pela sua atuação missionária entre os gentios. Segundo Schnelle (2010, p. 257), “Paulo foi sem dúvida o missionário e o pensador teológico proeminente do Cristianismo primitivo”. No processo histórico do Cristianismo, contribui para sua expansão e defesa entre os povos. Além disso, percebe-se que Paulo foi também um crítico, em relação à prática da idolatria. Na carta aos romanos, escrita por volta do ano 55 - 56 ele afirma: “Jactando-se de possuir a sabedoria, tornaram-se tolos e trocaram a glória do Deus incorruptível por imagens do homem corruptível, de aves, quadrúpedes e répteis” (Rm 1, 22-25). A referência à prática da idolatria entre os judeus e pagãos, por não acreditarem no Deus único, indica a sua consciência em relação às práticas dessas religiões. Contudo, Paulo prossegue seu caminho

missionário avançando sempre mais na compreensão do diálogo. Por volta do ano 55, ele declara: “Se alguém está em Cristo é nova criatura. Passaram-se as coisas antigas; eis que se fez realidade nova” (2Cor 5, 17). A postura do Apóstolo, por um lado, revela certa desvalorização das tradições antigas; por outro lado, indica certo privilégio relacionado aos cristãos. Contudo, não demonstra total rejeição às outras religiões.

No processo evolutivo da consciência de Paulo, observa-se noutros textos bíblicos que sua visão foi alargando-se em relação aos gentios. O episódio da cura de um aleijado, na cidade de Icônio (At 14, 1), confirma o que está sendo dito:

Vendo o que Paulo fizera, as multidões levantaram a voz em língua licaônico, dizendo: ‘deuses em forma humana desceram até nós!’ [...] Ouvindo isso, os apóstolos Barnabé e Paulo rasgaram os mantos e precipitaram-se em meio à multidão, clamando e repetindo: Amigos, que estás fazendo? Nós também somos seres humanos, sujeitos aos mesmos sofrimentos que vós, mas vos anunciamos a Boa Nova da conversão para o Deus vivo, deixando todos esses ídolos vãos. Foi ele que fez o céu, a terra, o mar, e tudo que aí se encontra (At 14,11. 14-15).

O episódio pode ter ocorrido em Listra, uma colônia militar romana, lugar onde Paulo e Barnabé se refugiavam dos judeus. É provável que naquela região não existisse sinagoga judaica, os destinatários da palavra de Paulo eram alguns nativos pagãos que não compreendiam bem a língua grega e, por isso, falavam a língua licaônico (Cf. FABRIS, 1991, p. 265). Compreende-se que os pagãos manifestaram sua fé e acolhimento à palavra de Paulo. Vale ressaltar que esse texto aparece contrastando com o capítulo 14, 19-20, no qual, Paulo foi apedrejado e arrastado pelos judeus. No discurso de Paulo, parece ter ocorrido uma pré-evangelização, uma purificação e valorização das esperanças religiosas e humanas dos pagãos, conjugando-as com a revelação bíblica (Cf. FABRIS, 1991, p. 268). Outro texto relevante é o discurso de Paulo no Areópago de Atenas, onde demonstra respeito pela prática religiosa dos atenienses e lhes anuncia o deus “desconhecido”.

Cidadãos atenienses! Vejo que, sob todos os aspectos, sois os mais religiosos dos homens. Pois, percorrendo a vossa cidade e observando os vossos monumentos sagrados encontrei até um altar com a inscrição: ‘ao deus desconhecido’. Ora bem, o

que adorais sem conhecer, isto venho eu anunciar-vos (At 17, 23).

Embora tenha transparecido a intenção de anunciar o Deus de Jesus Cristo, demonstra um relacionamento positivo com os gentios. Seu comportamento indica a competência com a qual se direciona à cultura politeísta de Atenas anunciando o monoteísmo cristão. Embora Jesus Cristo tenha sido o conteúdo de sua mensagem, os seus pronunciamentos evidenciam um diálogo respeitoso diante das outras culturas religiosas.

Prosseguindo a investigação, é importante analisar alguns textos de autores cristãos, conhecidos como “Padres” ou “Pais” da Igreja. Período, chamado de Patrística que compreende os sete primeiros séculos do Cristianismo.

1.3 Contribuições Patrísticas: apologias e reconhecimentos

O título de Padres ou Pais da Igreja, inicialmente era atribuído aos bispos; às vezes também aos ascetas, pessoas que viviam no deserto e eram procuradas por outros, em busca de uma orientação, ou uma palavra que pudesse direcionar suas vidas e espiritualidade (Cf. GOMES, 1973, p. 9). Compreende-se que foram os autores cristãos dos primeiros séculos que contribuíram significativamente para o processo de esclarecimento e defesa da doutrina cristã.

Nesta abordagem, pretende-se apresentar alguns posicionamentos dos Padres, referentes ao encontro do Cristianismo com a Religião Judaica, o paganismo e a filosofia grega. Não se pretende esgotar o tema, mas acentuar alguns aspectos que podem contribuir nesta análise, tornando-a ainda mais significativa. Antes de tratar diretamente sobre a postura dos padres, é importante fazer uma referência ao contexto, onde o Cristianismo estava inserido. Segundo Frangiotti (2006, p. 255),

O Cristianismo desenvolveu-se no meio de controvérsias e conflitos externos e internos. Nem no universo judaico nem no universo pagão, encontrou um vácuo religioso, isto é, tanto num quanto noutro, vivia-se uma religiosidade tradicional, cada qual enquadrada num sistema político, social, econômico e cultural.

A situação onde se encontra o movimento cristão é marcada por forte organização de sistemas religiosos. Esse contexto indicava sérios desafios a serem enfrentados pelo Cristianismo. Segundo Liébaert (2000, p. 19),

O Cristianismo, ao sair do berço original, se propagou em um universo marcado pela organização romana, pelo espírito grego e pela religiosidade oriental: um universo que apresentava aspectos opostos, a um tempo unificado e atravessado por muitas e vigorosas correntes filosóficas e religiosas, no qual o Cristianismo encontrava reais possibilidades, mas em que teria de traçar também o seu caminho entre as tentações de retratação e isolamento e as seduções dos sincretismos da moda.

Observa-se inicialmente que a relação do Cristianismo com o pensamento filosófico foi caracterizado por encontros e desencontros. Outra situação a ser enfrentada é à influência das outras religiões no desenvolvimento interno do Cristianismo. É diante dessa realidade que se compreende o surgimento dos pensadores cristãos, chamados de apologistas ou defensores do Cristianismo. O objetivo dos padres era salvaguardar a doutrina cristã e converter os povos ao Cristianismo, através de seus escritos. Além disso, os apologistas pretendiam esclarecer para o Império Romano que o Cristianismo não lhe representava nenhum perigo, pelo contrário, poderia até superar os cultos já existentes no Império, tendo em vista o culto a um Deus único (Cf. FRANGIOTTI, 2006, p. 256). Quanto aos gregos, a intenção era argumentar sobre os mal-entendidos e falsas acusações que provocavam ainda mais as perseguições contra os cristãos (Cf. DROBNER, 2003, p. 76-77). Portanto, é diante de tal realidade que se pode situar a contribuição literária de alguns padres da Igreja primitiva.

A fim de se apresentar uma postura mais intransigente, em relação aos perseguidores dos cristãos, destacar-se-ão as contribuições de Justino de Roma e sobre o relacionamento do Cristianismo com o judaísmo, será evidenciado o posicionamento de Inácio de Antioquia.

Justino de Roma (100 d.C.), de origem pagã converte-se ao Cristianismo por volta do ano 135. Pode ser considerado “o melhor apologista do século II” (Cf. JUSTINO, 1995, p. 9-10). Em sua I apologia, frente às perseguições e castigos aplicados aos cristãos, por parte do Império Romano, Justino enfatiza:

Não se deve julgar que alguém seja bom ou mau por levar um nome, se prescindimos das ações que tal nome supõe. Além disso, se se examina aquilo que nos acusam, somos os melhores homens. [...] Acusam-nos de ser cristãos, isto é, bons, mas odiar o que não é bom não é coisa justa. Além disso, basta que um acusado negue com a palavra ser cristão, vós o pondeis em liberdade, como quem não tem outro crime a ser acusado; mas quem confessa que é cristão, vós o castigais apenas por essa confissão. O que se deveria fazer era examinar a vida tanto daquele que confessa, como daquele que nega, a fim de pôr as claras, por suas obras, a qualidade de cada um (JUSTINO, 1995, p. 4).

A postura revela sua insatisfação perante as perseguições injustas contra os membros do movimento cristão. Justino argumenta o modo como eles agem com violência contra os seguidores de Jesus, apenas pelo fato de se declararem cristãos. Justino chama atenção para que se observe comportamento integral dos cristãos e não apenas o nome que assumem. Na perspectiva de Drobner (2003, p. 84), outro motivo pelo qual os cristãos são perseguidos era a negação do culto aos deuses e por confessarem a fé em Jesus.

Os cristãos também são criticados como ateus por não adorarem os deuses do Império, como se pode observar na afirmação de Justino (1995, p. 23): “[...], também nós somos chamados de ateus; e tratando-se desses supostos, confessamos ser ateus. Não, porém, do Deus verdadeiríssimo no qual não há mistura de maldade”. Percebe-se um confronto entre o politeísmo romano e o monoteísmo cristão. Frente a essa realidade, Justino (1995, p. 25), declarou: “[...] não honramos, com muitos sacrifícios e coroas de flores, esses que os homens, depois de dar-lhes forma e colocá-los nos templos, chamam de deuses. [...] sabemos que são coisas sem alma e mortas [...]”. Portanto, a situação torna-se cada vez mais desafiadora para os seguidores de Jesus de Nazaré, tendo em vista que as religiões tradicionais se encontram apoiadas pelo poder imperial.

Inácio de Antioquia (35 – 110 d. C.), martirizado provavelmente no ano 110, no reinado de Trajano (Cf. PADRES APOSTÓLICOS, 1995, 74-75), numa de suas cartas, escrita por volta do final do século II aos Filadelfienses, ele expôs sua opinião em relação à convivência entre judeus e cristãos:

Se alguém vos interpreta o judaísmo, não o escuteis, porque é melhor ouvir o Cristianismo de homem circuncidado do que o

judaísmo de incircunciso. Se ambos não falam a respeito de Jesus Cristo, são para mim estelas e túmulos de mortos, sobre os quais estão escritos somente nomes de homens (INÁCIO, 1995, p. 111).

Foi sublinhada a importância de se permanecer firmes no seguimento a Jesus e, ao mesmo tempo, o autor quis revelar sua convicção enquanto membro dos cristãos. Nesse ínterim, apresenta sua postura crítica e negativista em relação aos que ignoram a pessoa de Jesus.

É relevante destacar que, no contexto das teorias apologéticas, também teve lugar uma nova compreensão do *Logos*⁴, agora na perspectiva cristã. Essa nova reflexão possibilita uma relação mais aberta e dialógica entre os cristãos e a sociedade onde estavam inseridos.

Para falar sobre o *Logos* na visão cristã, é importante recorrer ao prólogo do evangelho segundo João escrito por volta do ano 100, data em que muitos autores estão de acordo (Cf. DUFOUR, 1996, p. 18). Nele contém uma referência importante sobre o assunto. Segundo João,

No princípio era o Verbo e o Verbo estava com Deus e o Verbo era Deus. No princípio, ele estava com Deus. Tudo foi feito por meio dele e sem ele nada foi feito. [...]. Ele era a luz verdadeira que ilumina todo homem; ele vinha ao mundo. Ele estava no mundo e o mundo foi feito por meio dele, mas o mundo não o reconheceu. [...]. E o Verbo se fez carne e habitou entre nós (Jo 1, 1-3; 9.14).

Nessa visão, há uma nova interpretação do *Logos*, uma compreensão. Na interpretação dos filósofos gregos, o *Logos* era visto como ciência; na teologia sapiencial do Antigo Testamento, o *Logos* era compreendido como Verbo ou Palavra de Deus, por meio do qual, toda criação passa a existir. A novidade aparece através do modo como João reconhece, no nascimento de Jesus de Nazaré, a encarnação da própria Palavra de Deus e, portanto, o *Logos*. Esse Verbo que veio habitar na humanidade passa a ser visto como luz a iluminar todos os homens (Cf. LATOURELLE, 1981, p. 77). O Verbo na perspectiva de João aparece como manifestação universal de Deus na história,

⁴ Neste termo se cruzam três correntes: Especulação Bíblica sobre a sabedoria personificada; *Logos* na sabedoria grega como razão do universo; na especulação Judaico-Helenista de Filón sobre a sabedoria. Na perspectiva cristã, o *Logos* se identifica com Jesus pela encarnação (Cf. BIBLÍA. Português. Novo Testamento. Trad. De José Bortolini e Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus, 2000).

e o fato mais surpreendente é que esse Verbo toma forma humana. Como afirma Durfour (1996, p. 92):

Se é verdade que o *Logos* é Deus se comunicando, a comunicação não começou com a encarnação, mas logo a partir da criação, prosseguindo durante toda história da revelação. Contudo, a encarnação do *Logos* marca uma mudança radical no modo da comunicação.

Embora não tenha afirmado com tanta segurança a encarnação do *Logos* como Deus, o autor está de acordo com a manifestação do *Logos* ao longo da história como fato novo, a ser discutido. Dupuis (2004, p. 86), comentando sobre a apreensão de João evangelista chegou a afirmar que “O *Logos* dos cristãos é uma pessoa e uma pessoa divina: essa verdade tornou-se o cerne da mensagem cristã, frequentemente contestada pelos de fora, mas nunca negada por aqueles que compartilhavam a fé da Igreja”. Entende-se que, na colocação de João, abre-se uma nova versão literária sobre o *Logos*, essa nova teoria torna-se cada vez mais significativa no desenvolvimento histórico do Cristianismo.

Justino de Roma (1995, p. 98), apoiado na teoria de João e usando uma linguagem figurativa, chega à seguinte declaração:

Sabemos que alguns que professaram a doutrina estóica foram odiados e mortos. Pelo menos na ética eles se mostraram moderados, assim como os poetas em determinados pontos, por causa da semente do Verbo que se encontra ingênita em todo gênero humano.

A formulação de Justino torna-se ainda mais interessante, tendo em vista que ele reconhece a presença do Verbo inerente à pessoa humana, por meio do qual é possível detectar aspectos positivos em todo ser humano independente da religião que pratica. Segundo Justino: “Tudo que os filósofos e legisladores disseram e encontraram de bom, foi elaborado por eles pela investigação e intuição, conforme a parte do Verbo que lhes coube” (1995, p.100). Portanto, reconhece a influência do Verbo cristão na sabedoria dos filósofos. Contudo, o autor ainda chega a esclarecer que o Verbo se encontrava de maneira total no Cristianismo: “A nossa religião mostra-se mais sublime do que todo ensinamento humano, pela simples razão de que possuímos o Verbo inteiro, que é Cristo, manifestado por nós, tornando corpo, razão e alma” (Ibid).

Embora tenha acenado a possibilidade da presença do Verbo na sabedoria filosófica, não deixa de assinalar uma visão restrita do Verbo ligando-o ao cristianismo. Contudo, a apreensão de Justino sobre Verbo torna-se importante para se pensar a relação entre as diferentes culturas e religiões, onde se pode encontrar a presença do Verbo. Como diz Humman (1995, p. 28): “Ele age em tudo o que é verdadeiro e bom no mundo”. Referindo-se ao Verbo.

Clemente de Alexandria (150 - 215 d. C) também reconhece o valor da filosofia no processo pedagógico para Cristo:

Até a vinda do Senhor, a filosofia foi necessária aos gregos para alcançar a justiça. [...] A filosofia foi um pedagogo que levou os gregos a Cristo, como a lei levou os hebreus a Cristo. A filosofia foi um preparo que abriu caminho à perfeição em Cristo (CLEMENTE, apud FRANGIOTTI, 2006, p. 243).

Embora tenha colocado Cristo no centro de sua reflexão, Clemente leva a entender a importância da filosofia anterior ao nascimento de Jesus. Ele estabelece uma aproximação entre filosofia e fé cristã, sendo a filosofia pedagoga para a vinda de Cristo. Como afirma Frangiotti, (2006, p. 244), Clemente concebe o Logos atribuindo-lhe três funções: “Protéptico: exortar; Pedagogo: educar; e Didáscalos: iluminar”: a primeira função trata-se mais de um discurso apologético dirigido aos pagãos, onde ele ridiculariza os seus deuses chamando-os a descobrir a verdade nos profetas e em Cristo; a segunda se refere a um tratado de moral onde o Logos-Cristo é apresentado como educador dos homens; sobre a última função há informação de que ele não chega a compor, ou que se perdeu ao longo do tempo.

Ireneu de Lion (Século II), considerado um forte apologista da região da Ásia Menor (Cf. LIÉBAERT, 2000, p. 53), fez a seguinte declaração sobre o Logos:

E já que é Deus quem faz tudo em todos, ele é, por sua natureza e sua grandeza, invisível e inefável para todas as suas criaturas, mas não é desconhecido; pois, por meio do seu Verbo, todos apreendem que existe um único Deus Pai, que abarca todas as coisas, que dá a todos a existência, assim como está escrito no Evangelho: ‘Ninguém jamais viu a Deus; foi o Filho único, que está junto do Pai’ (Jô 1, 18). Assim, desde a origem, o Filho do Pai o revela, pois desde a origem ele está com o Pai; foi ele quem mostrou ao gênero humano a visão dos profetas e os diversos carismas, os seus trabalhos e a glorificação do seu Pai, tudo segundo uma organização e uma ordem, no seu devido tempo. Ele foi distribuidor da graça

paterna para todos os homens (IRENEU, apud DUPUIS, 2004, p. 93).

Irineu reconhece que toda a criação foi contemplada pela ação de Deus, por meio do Verbo. O Verbo de Deus, desde o princípio, tem revelado progressivamente e ordenadamente os atributos divinos no mundo. A colocação não estabelece limites geográficos para essa revelação, antes, leva a entender a existência de um Deus que se manifesta através dos tempos e de muitos modos à humanidade.

Portanto, as contribuições dos Padres aqui apresentadas tornam-se importantes para uma leitura mais aberta e dialógica sobre a diversidade de culturas e religiões na atualidade. As interpretações abrem possibilidades para uma nova discussão em relação às manifestações divinas no mundo, contribuindo na elaboração de uma teoria que possibilite pensar o diálogo inter-religioso.

1.4 A Virada Constantiniana e suas consequências para os não cristãos

O Cristianismo, desde sua origem, enfrenta muitos desafios onde está inserido. Conforme se pôde observar, o contexto é marcado pela civilização greco-romana e pelo judaísmo; na ocasião, Roma é considerada o centro do Império e, nesta situação, recorre a vários deuses de acordo com as necessidades (Cf. PIERRARD, 1983, p. 13). Diante de tal realidade, o movimento dos seguidores de Jesus de Nazaré foi-se expandindo e, à medida que crescia, atraía perseguições frente à diversidade religiosa. Segundo Comby, a pregação cristã encontra, no âmbito do Império Romano, sistemas religiosos extremamente variados (Cf. COMBY, 1993, p. 26). Entende-se, portanto, que, até o final do séc. III o politeísmo era muito presente no Império e o Cristianismo era visto com preconceito, como movimento que precisa ser combatido; o encontro dos cristãos com a religião imperial foi conflituosa, uma vez que o Cristianismo afirma a existência do Deus único, ao contrário do politeísmo. “Por professarem um monoteísmo exclusivo e recusarem o culto dos deuses, os cristãos são vistos como maus cidadãos, perigosos para a salvação do Império” (THELAMON, apud CORBIN, 2009, p. 34) Transparece, até aqui, que a recusa à mensagem cristã tem em vista o desequilíbrio que

pode ocorrer no Império, na situação. Aderir ao Cristianismo é uma afronta aos deuses e isso pode trazer sérias consequências para todo o Império Romano. É importante ter presente que existem no império duas fortes expressões religiosas: o culto agrário e o culto ao soberano imperador, essa última religião tem suas origens no Oriente, e é desenvolvida pelos soberanos helenísticos com relevância e cunho político (Cf. COMBY, 1993, p. 26). Diante da realidade plural das crenças do Império, o acolhimento a uma nova religião particularmente monoteísta, pontua rompimento com a religião tradicional e isso pode provocar mau funcionamento no Império Romano .

À medida que o movimento cristão ia expandindo-se, aumenta os confrontos com as outras crenças; as críticas, os preconceitos e as perseguições foram-se tornando cada vez mais radicais. Como se pode verificar,

Em Roma, em 64, em consequência do incêndio que devastou a cidade, numerosos cristãos são executados, 'acusados não tanto do crime de incêndio quanto de ódio ao gênero humano, escreve o historiador Tácito, por volta de 115-116. Eles são jogados às feras, crucificados ou transformados em tochas durante os jogos no anfiteatro dos jardins de Nero (THELAMON, apud CORBIN, 2009, p. 35).

Os cristãos são acusados de maneira injusta, o modo de vida dos mesmos e sua convicção no seguimento a Jesus atraem o ódio e assim são mortos de maneira violenta. Mesmo diante de tais atrocidades, o movimento cristão continuou crescendo mesmo tendo que enfrentar as formas mais trágicas de agressões nas perseguições organizadas pelos imperadores. Conforme afirma Durão (2011, p. 57):

As perseguições organizadas contra os cristãos surgiram a partir do século II: em 112, Trajano fixou o procedimento contra os cristãos. Para além de Trajano, as principais perseguições foram ordenadas pelos imperadores Marco Aurélio, Décio, Valeriano e Diocleciano. Os cristãos eram acusados de superstição e de ódio ao gênero humano. Se fossem cidadãos romanos, eram decapitados; se não, podiam ser atirados às feras ou enviados para trabalhar nas minas.

É importante frisar essa postura de oficialização das perseguições, algo desumano, além disso, como se observa, existe um tipo diferente de sacrifício, de acordo com a nacionalidade do cristão. Somente após uma longa trajetória

de exclusão e mortes, o Cristianismo passa a ser reconhecido no mundo social e político do Império Romano com Galério, do qual é dito:

Em 311, o Imperador Galério, perseguidor encarniçado, reconheceu o fracasso de uma perseguição que, por mais sangrenta que tenha sido não havia conseguido erradicar o Cristianismo. Realista, mas sem remorsos, decide dar mostra de 'indulgência'. Concede o direito de ser cristão, de reconstruir os locais de reunião, acrescentando: 'os cristãos deverão orar a seu Deus por nossa salvação, a do Estado e as deles' (THELAMON, apud CORBIN, 2009, p. 38).

A decisão do Imperador Galério mostra que as perseguições aos cristãos não devem continuar, tendo em vista o número de cristãos, que aumentava cada vez mais, mesmo diante das dificuldades e mortes. Seu gesto de indulgência sinaliza o início de uma nova realidade na história dos seguidores de Jesus proporcionando-lhes maior liberdade. Sendo o Imperador o responsável primeiro das decisões do Império, sua decisão em dar liberdade aos cristãos de orar ao seu Deus e pelo Império favorece maior expansão do Cristianismo até chegar a ser acolhido oficialmente como religião oficial.

No processo de oficialização da religião cristã é importante destacar a influência do Imperador Constantino I (272-337). Por motivo de sua conversão ao Cristianismo, os seguidores de Jesus podem viver com maior liberdade. Contudo, é importante sublinhar que sobre a sua conversão são levantadas dúvidas (Cf. VELASCO, 1996, p. 127), no entanto, sua decisão em aderir ao cristianismo abre caminho para a evolução da doutrina cristã. Segundo Durão (2011, p. 61):

Com a publicação do édito (ou carta) de Milão, no ano 313, Constantino estabeleceu a tolerância de culto, iniciada, anteriormente, por Galieno e Galério, e, no Concílio de Nicéia, condenou os donatistas e estabeleceu condutas de fé e disciplina, favorecendo, desse modo, o progresso do Cristianismo como religião dominante do império, situação que foi reforçada com a consagração à Virgem Maria, em 330, da capital do império de Constantinopla.

Com Constantino os cristãos visualizam novo horizonte no seguimento a Jesus, a liberdade de culto amplia suas conquistas e de maneira oficial, através da publicação de 313 e o Concílio de Niceia (425), acontecimentos que favorecem ainda mais a evolução do pensamento cristão. Mesmo diante da adesão e acolhimento de Constantino, não se pode ignorar que a oficialização

e legalização do Cristianismo, como religião do Império Romano, se dá no governo de Teodósio I. Como afirma Pierrard (1982, p. 42): “só com Teodósio (390-395) é que a situação privilegiada do paganismo cessaria totalmente, em favor do Cristianismo”. Desse modo, a relação da Igreja com o Império Romano favorece tanto a aceitação do Cristianismo como religião oficial, como também contribui para o fortalecimento da ortodoxia na Igreja, tendo em vista a relação entre o poder imperial político e o poder espiritual, a Igreja. Diante de tal realidade, os não cristãos passam a enfrentar sérias consequências, houve uma inversão de posturas:

No outono de 382, Graciano manda tirar do Senado a estátua e o altar da Vitória, depois suprime as imunidades das Vestais e dos sacerdotes pagãos, confisca seus rendimentos e subvenções; Teodósio ordena o fechamento dos templos: só podem permanecer abertos, com fins unicamente culturais ou para a realização de assembleias públicas, os que contêm obras de arte. Vários templos, em 384, são fechados ou demolidos. Mas é uma série de leis emitidas de 391 a 394 que culmina essa investida, vedando qualquer manifestação do culto pagão: a lei 24 de fevereiro de 391 proíbe-a para Roma; a de 16 de junho, para o Egito; a de 8 de novembro de 392, para todo império. Todos os sacrifícios, inclusive os modestos sacrifícios do culto doméstico, são desautorizados, seja em público, seja em particular, seja qual for o nível social, sob pena de multas pesadíssimas e até punições mais graves. Essa lei é que faz do Cristianismo a religião do Império, já que a religião tradicional perdeu todo direito legal de se exprimir: com Teodósio (e não com Constantino, como às vezes se diz), o Império Romano tornou-se oficialmente cristão (MARAVALL, apud CORBIN, 2009, p. 52-53).

Aqueles que antes perseguiam passam a ser perseguidos. É possível considerar que as mudanças religiosas acontecem com relação às vítimas. Após o acolhimento do Cristianismo pelo Império, os não cristãos é que são perseguidos. A religião cristã começa a ser imposta a todos os povos que estão sob o domínio do Imperador; a situação dá margem a exclusões e preconceitos e mesmo atitudes de violência, articulados não somente pelo Império como também pelos cristãos.

À medida que os cristãos ganham liberdade dentro do Império Romano, também começam a enfrentar influências de outras crenças na sua constituição interna. Muitos que se dizem convertidos ao Cristianismo o fazem a fim de manter a relação com o Imperador, e não por decisão livre. Na perspectiva de Frangiotti (2006, p. 15): “massas pagãs aderiram em avalanche ao

Cristianismo, não por vocação, mas por condição servil ou por algum interesse”.

Desse modo, é pertinente destacar que a legalização da religião cristã abre duas realidades históricas: como aspecto positivo, destaca-se o fim das perseguições e destruições dos lugares de culto, os cristãos passam a ter o apoio do Imperador e, conseqüentemente, a liberdade religiosa. A outra realidade e, portanto negativa, diz respeito ao fato de as outras religiões terem sido colocadas em posição de inferioridade, sem liberdade e perseguidas (Cf. COMBY, 1993, p. 77).

Assim, pode-se evidenciar que o Cristianismo nasce num contexto religioso plural. O processo de evolução do movimento de Jesus de Nazaré enfrenta duras perseguições e até mortes ao longo de sua trajetória para a oficialização.

É importante destacar que tradicionalmente a literatura que trata da oficialização do Cristianismo dá muita relevância à figura de Constantino. Não se pode negar sua influência, sobretudo, por ter ele próprio, se convertido ao Cristianismo. Mas, é indispensável, no entanto, não esquecer a figura de Teodósio I, que não somente restringe a livre expressão de culto, particularmente fora da ortodoxia, como leva todo império a aderir ao Cristianismo.

Contudo vale reconhecer que, após esse processo de liberdade, oficialização e legalização do Cristianismo, foi-se configurando entre os cristãos uma mentalidade cada vez mais radical em relação às outras religiões, a ponto de se restringir a salvação apenas à religião cristã católica como se pode verificar no item seguinte.

1.5 “Fora da Igreja não há salvação” – concordâncias e controvérsias

Após a oficialização do Cristianismo no Império Romano, surge entre alguns pensadores cristãos, uma mentalidade cada vez mais radical em relação aos não cristãos. As reflexões giram em torno do axioma: *extra ecclesiam nulla salus*, ou seja, “fora da Igreja não há salvação”. A afirmação teve início por volta do século III, sua fundamentação é baseada em textos

bíblicos do Novo Testamento⁵ que aponta a necessidade da fé em Jesus Cristo e do batismo para a salvação. Na primeira carta de Pedro, encontra-se uma alusão comparativa entre os que estão na Igreja e os que são salvos por meio da arca de Noé:

Com efeito, também Cristo morreu uma vez pelos pecadores, o justo pelos injustos, a fim de vos conduzir a Deus. Morto na carne foi vivificado no espírito, no qual também foi pregar aos espíritos em prisão. A saber, aos que foram incrédulos outrora nos dias de Noé, quando Deus em sua longanimidade, contemporizava com eles enquanto Noé construía a arca, na qual poucas pessoas, isto é, oito foram salvas por meio da água. Aquilo que lhe corresponde é o batismo que agora vos salva [...] (Pr 3, 18-22).

Segundo Dupuis, no texto do apóstolo Pedro, é feita uma comparação entre os que são salvos pela arca de Noé e os cristãos que são salvos por meio do batismo. Além disso, o mesmo comentador diz que esse texto foi retomado, posteriormente, por alguns escritores para realçar o paralelo da Igreja com a arca e, conseqüentemente, concluir que fora da Igreja não há salvação (Cf. DUPUIS, 2004, p. 124). Quanto ao autor do axioma: “fora da Igreja não há salvação”, convencionou-se atribuir a Cipriano, que viveu por volta do século III, porém existem outras opiniões a esse respeito. Segundo Vigil, alguns autores atribuem o referido axioma tanto a Orígenes como ao próprio Cipriano, contudo a formulação literal remete a Fulgêncio, que foi bispo de Ruspe, no século IV (Cf. VIGIL, 2006, p. 74). Pode-se dizer que muitos autores cristãos, dos primeiros séculos, aderiram à ideia da não existência da salvação fora da Igreja. Nessa direção, é importante destacar alguns desses pensadores:

Inácio de Antioquia (1995, p. 110), tratando da unidade com o Bispo e com a Igreja para a salvação, afirma: “Com efeito, todos aqueles que são de Deus e de Jesus Cristo, esses estão também com o Bispo. [...] Não vos enganeis, meu irmãos. Se algum segue cismático, não herdará o Reino de Deus”. Há uma referência àqueles que se separam da Igreja, destaca-se a relevância de se permanecer unidos a ela, como requisito para se alcançar a salvação. Na perspectiva de Orígenes (185-254),

⁵ Cf. Jo 3, 5; At 2, 37-41. 4, 12; Mc 16, 15-16

Se alguém quer se salvar venha para esta casa, que pertence àquela que era prostituta. Se alguém que pertence ao antigo povo [o povo judeu] também quer se salvar, venha para esta casa, na qual há o sangue de Cristo, em sinal de redenção. [...]. Ninguém se iluda, ninguém se engane: fora desta casa, ou seja, fora da Igreja, ninguém se salva (*extra hanc domun, id est extra ecclesiam, Nemo salvatur*). Se alguém sair dela vai se tornar réu da própria morte (ORÍGENES, apud DUPUIS, 2004, p. 127).

Aqui são sublinhados os judeus, que não aceitam a mensagem de Cristo, e é feita uma comparação da Igreja com a casa citado pelo autor bíblico, onde se pode obter a salvação. Por outro lado, é importante informar que Orígenes abre um novo caminho nesse contexto de controvérsias entre as religiões, pois, tratando sobre a Igreja, amplia a compreensão sobre ela, como corpo de Cristo, baseado na carta aos Coríntios (15, 28), onde Paulo escreve: “E, quando todas as coisas lhe tiverem sido submetidas, então o próprio Filho se submeterá àquele que tudo lhe submeteu, para que Deus seja tudo em todos”. Sobre isso, Dupuis (2004, p. 127) reconhece que “Orígenes imagina, aqui, uma época em que os membros doentes recuperarão a saúde e todos serão salvos”. Para Orígenes, no final dos tempos, na recapitulação total de todas as coisas, tudo e todos terminarão em Deus, inclusive o demônio. Essa teoria ficou conhecida como *apokatástase* e foi condenada como heresia pela Igreja. Portanto, cabe aqui admitir certa ambiguidade na explanação de Orígenes: se, por um lado, ele nega a salvação aos que se encontram fora da Igreja; por outro lado, ele inclui todos na plenitude da salvação no final dos tempos.

Em Cipriano, a quem é atribuído o axioma, como já foi mencionado, verifica-se a seguinte declaração:

Não pensem que terão a possibilidade de viver de modo cristão e de se salvar, se não quisermos obedecer aos bispos e aos sacerdotes [...]. Os soberbos e os rebeldes são mortos pela espada espiritual, quando se afastam da Igreja. Fora desta, não podem, realmente, viver de maneira cristã, pois a casa de Deus é uma só e ninguém pode se salvar a não ser na Igreja (CIPRIANO, apud DUPUIS, 2004, p. 128).

O posicionamento de Cipriano é dirigido aos cristãos que, mesmo estando na Igreja, divergem em relação aos direcionamentos indicados pelos bispos e sacerdotes. O contexto dessa discussão está relacionado aos não

disciplinados no que diz respeito aos sacramentos. Nesse sentido demonstra a preocupação em manter a unidade com os que estão à frente da Igreja, ao mesmo tempo reforça a importância de se manter na “casa”, a Igreja, para se alcançar a salvação.

Santo Agostinho (354 - 430), que foi Bispo da Igreja Católica, em Hipona, Argélia, amplia a ideia de Cipriano e defende a não salvação dos que se encontram separados da igreja. Na sua formulação, ele afirma: “Fora da Igreja pode ter tudo exceto a salvação. [...] pode-se possuir e pregar a fé em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo: mas em nenhum outro lugar pode-se encontrar a salvação, a não ser na Igreja católica” (AGOSTINHO, apud DUPUIS, 2004, p. 131). Até aqui, percebe-se que o dado em relevância é a salvação. Agostinho chega até a reconhecer valores religiosos fora da Igreja, mas não admite a salvação fora dela. Entende-se, portanto, que a temática discutida e afirmada de maneira exclusivista, gira em torno da necessidade de se afirmar a superioridade da Igreja Católica e sua relevância como única religião que pode salvar. Contudo, já nesse período, houve quem discordasse do pensamento de Agostinho. Próspero de Aquitânia, seguidor de Santo Agostinho, diverge do pensamento do mesmo ao afirmar:

Não temos nenhuma dúvida de que, no julgamento oculto de Deus, também foi estipulado um tempo para o seu chamado, quando ouvirão e aceitarão o Evangelho que, por hora, permanece-lhes desconhecido. Agora mesmo eles recebem a quantidade de ajuda geral que o céu sempre concedeu a todas as pessoas (PRÓSPERO, apud DUPUIS, 2004, p. 133).

A concepção de Próspero propõe outra visão em relação aos que estavam fora da Igreja. Ele não nega a salvação aqueles que estão fora, apenas sugere uma distinção entre aqueles que recebem o Evangelho e aqueles que não o recebem, sem excluir ninguém. Por meio de tal afirmação, pode-se entender uma abertura ao reconhecimento de valores salvíficos presentes entre os que não são conhecedores dos ensinamentos de Jesus. Entretanto, o exclusivismo aos não cristãos, em relação à salvação tem sua evolução na história da Igreja e muitos outros autores⁶ aderem a essa posição até ser incluída oficialmente nos pronunciamentos da Igreja, enquanto

⁶ Dentre ele se destacam: Santo Ambrosio, Gregório de Nissa, João Crisóstomo, Fulgêncio de Ruspas.

instituição. Esse processo evolutivo compreende o século III até o Concílio de Florença, em 1442 (Cf. DUPUIS, 2004, p. 124). Nesse processo, é relevante destacar ainda algumas afirmações oficiais da Igreja sobre a salvação fora da Igreja católica.

Numa carta do Papa Inocêncio III ao Arcebispo de Tarragona, a 18 de dezembro de 1208, encontra-se a seguinte declaração: “Com o coração cremos e com a boca professamos uma só Igreja, não dos hereges, mas a santa Igreja, Romana, católica e apostólica, fora da qual nós cremos que ninguém se salva” (DS, 2007, p. 280, n. 792)⁷. A crítica é bem direcionada aos hereges, pessoas que não estão de acordo com as verdades de fé apresentadas pelo Cristianismo. O Papa frisa a romanização da Igreja e ainda revela a ligação política da mesma com o poder imperial.

O Concílio lateranense, ocorrido no ano 1215, afirma a universalidade da Igreja, chamando atenção ao aspecto de sua unidade:

Ora, existe uma Igreja universal dos fiéis, fora da qual absolutamente ninguém se salva, e na qual o mesmo Jesus Cristo é sacerdote e sacrifício, cujo corpo e sangue são convertidos verdadeiramente no sacramento do altar, sob as espécies do pão e do vinho, pois que, pelo poder divino, o pão é transubstanciado no corpo e o vinho no sangue; de modo que, para realizar plenamente o mistério da unidade, nós recebemos dele o que ele recebeu de nós (DS, 2007, p. 284, n. 802).

Na declaração, Cristo é colocado como centro e ponto de unidade para os fiéis. A ênfase na pessoa de Cristo indica a não aceitação da salvação àqueles que por algum motivo não estão unidos a Ele.

O Papa Bonifácio VIII, em 18 de novembro de 1302, emite uma Bula papal intitulada: *Unam sanctam* – sobre a unicidade da Igreja. No documento, o Papa seguiu a mesma ideia radical em relação aos que estão fora da Igreja, reafirmando a unidade da Igreja em Cristo. O Papa se apoia em textos bíblicos para justificar a necessidade de os fiéis se manterem unidos na mesma fé:

Nela há “um só Senhor, uma só fé e um só batismo” [Ef 4, 5]. Uma só foi, ao tempo do dilúvio, a arca de Noé, prefigurando uma só Igreja e com um arremate de um só côvado, ela teve um só timoneiro e dirigente, isto é Noé; e fora dela lemos todo ser vivo sobre a terra foi destruído. A uma e única Igreja,

⁷ A partir daqui, para se fazer referência ao Denzinger-Hunermann: Compêndio dos Símbolos, definições e declarações de fé e moral, usar-se-á a sigla “DS”.

portanto, tem um só corpo, uma só cabeça – não duas, como um monstro -, a saber, Cristo e o vigário de Cristo que é Pedro e o sucessor de Pedro; pois o Senhor disse ao mesmo Pedro: “apascenta as minhas ovelhas” [Jo 21, 17]. “Minhas”, ele disse, e de modo geral, não singularmente estas ou aquelas: por isto se entende que todas lhe foram confiadas. Quando, portanto, os gregos ou outros dizem que eles não foram confiados a Pedro e aos seus sucessores, é necessário que eles declarem não pertencer às ovelhas de Cristo, dado que o Senhor diz em João: “um só rebanho e um só pastor”. [Jo 10, 16]. E declaramos, enunciamos, definimos que, para toda humana criatura, é necessário para a salvação submeter-se ao Romano Pontífice (DS, 2007, p. 305-307, n. 870/872 e 875).

Além do aspecto comparativo entre a Arca de Noé e a Igreja e a importância de se manter a unidade eclesial, o autor frisa aquele que conduz a arca, o dirigente da Igreja. A imagem usada sobre o dirigente da arca desperta a atenção para a realidade governamental da Igreja. O parecer de Dupuis é que o Papa sinaliza certa necessidade de se desenvolver uma teoria sobre a hierarquização da Igreja e a exigência de se pertencer a ela, assim como a submissão ao Bispo de Roma como critério positivo no processo de salvação (Cf. DUPUIS, 2004, p. 136). Pode-se dizer que essas exigências sobre a salvação dos não cristãos pontua um longo período na história da Igreja. Assim como outros pronunciamentos que seguiram⁸.

Embora sejam verificados posicionamentos fechados, não se pode ignorar outras posições, mais abertas e significativas na história do cristianismo.

Em 1076, o Papa Gregório VII escreve uma carta ao Rei mulçumano Anzir de Maurítânia e, na carta, não faz distinção entre o Deus dos cristãos e o Deus dos muçulmanos:

[...] O Deus onipotente, que deseja que todos sejam salvos (1Tm 2, 4) e que ninguém pereça, se compraz em admirar em nós, acima de tudo que, além de amá-lo, amemos aos outros, e não lhe façamos nada que eles não desejem que lhes seja feito (Mt 7, 12). Nós e vocês devemos mostrar às nações, de uma maneira especial, um exemplo desta caridade, uma vez que cremos e confessamos um mesmo Deus, embora de modo diferente, e o louvamos e adoramos cotidianamente como

⁸ Cf. Concílio geral de Florença de 4 de fevereiro de 1442- sob a direção do Papa Eugenio IV, dirigido aos Jacobitas ou Coptas do Egito: “ A Igreja crê firmemente, confessa e anuncia que ‘ nenhum dos que estão fora da Igreja católica, não só os pagãos’, mas também os judeus ou hereges e cismáticos, poderá chegar à vida eterna, mais irão para o fogo eterno ‘preparado para o diabo e para seus anjos [Mt 25, 41]’. E ainda sobre a condenação do Padre Jesuíta Leonard Feeney por Pio XII – 1949 – o axioma seguiu na sua forma mais rígida.

criador de todas as épocas e soberano deste mundo (GREGÓRIO, Apud DUPUIS, 2004, p. 146-147).

É importante lembrar que a referida carta foi enviada como declaração da amizade do Papa ao Rei Anzir, por ele ter libertado alguns prisioneiros e ter enviado presentes ao mesmo Papa (Cf. DUPUIS, 2004, p. 146). Na ocasião, nota-se uma expressiva unidade acentuada pelo Papa. Além de chamar atenção para a universalidade da salvação, expressa sua disposição de estar em acordo com os muçulmanos na adoração do mesmo Deus.

Outra explanação substancial nesta análise é um texto de Pedro Abelardo. Ele nasce em Falais, França, em 1079. Foi professor de teologia e filosofia em Paris e é admirado como um dos maiores dialéticos do período medieval. A obra que interessa nesta discussão tem como título: “O diálogo entre um filósofo, um judeu e um cristão”, escrito por volta do ano 1141. Segundo Gutiérrez (2009, [s.p]): “o Diálogo foi a última obra de Abelardo e foi escrita um pouco antes de sua morte acontecida em 1142. A obra ficou inacabada”. É importante dizer, ainda, que se trata de um sonho de Abelardo, mas que retrata o pensamento do filósofo em relação ao encontro entre as três realidades religiosas e culturais diferentes. Num primeiro momento do diálogo, aparece Abelardo interrogando os três homens por aproximarem-se dele:

Disseram: somos homens pertencentes a diferentes credos religiosos e ainda que todos nos declaramos por igual adoradores de um Deus único que lhe servimos, não obstante, com uma fé e umas formas de vidas diferentes. Efetivamente uno de nós é um gentil desses que chamam filósofos e que se conformam com a lei natural. Os outros dois possuem escrituras, sendo judeu um e cristão o outro (ABELARDO, apud GUTIÉRREZ, 2009, [s.p.]).

Após longo conversa, sobre o porquê de os homens terem-se dirigido a ele e tê-lo escolhido como Juiz na discussão, Abelardo chega a se pronunciar com as seguintes palavras:

Eu não solicito a graça dessa honra que me reservastes, pois, em ausência de homens doutos, tomastes por juiz a um néscio. Ao igual que vocês estou, efetivamente, acostumado a vãs disputas deste mundo e não é meu propósito escutar com a severidade do juiz em coisas que eu costumava tratar por puro deleite. No entanto, tu, filósofo, que não professas lei alguma e unicamente te submetes à razão não sobrevalorizes a superioridade que parece assistir-te nesta contenda. (...) Pois, como lembra um dos vossos, não há doutrina, por falsa que

seja, que não leve misturadas algumas verdades. E creio que por muito frívola que seja uma disputa conterà algum argumento instrutivo (ABELARDO, apud GUTIÉRREZ, 2009, [s.p.]).

Diante de tais colocações, verifica-se a autenticidade do diálogo entre as diferentes culturas, e com isto, pode-se dizer que a colocação possibilita-se pensar o diálogo inter-religioso e intercultural. Na visão de Dupuis (2004, p. 148), “a principal mensagem do Diálogo como um todo é a de que o filósofo, o judeu e o cristão, embora de modos diferentes e em diversos graus, estão à procura do mesmo bem e reconhecem o mesmo Deus, o absoluto”.

Raimundo Lúlio ou *Ramon Llull* (1232), no livro “do gentio e os três sábios”, faz uma alusão à diversidade de religiões, os valores e desvalores dessa pluralidade: “Pensai senhores, disse o sábio a seus companheiros, quantos são os danos que se originam pelo fato de os homens não seguirem uma só religião, e quantos são os bens que advinham se todos tivessem uma só fé e uma só Lei” (LULIO, 2001, p. 47). Sendo o diálogo algo muito importante na vida do autor, ele inicia uma reflexão surpreendente, contudo uma impossibilidade frente à realidade mundial. Ao término do diálogo, entre o gentio e os três sábios, após o gentio indagar aos sábios se eles não desejavam saber a religião que ele escolhe, os sábios respondem: “[...] se em nossa presença, dissesse qual é a lei que mais amas, não teríamos mais assunto para discutir, nem verdade a descobrir”. E refletindo sobre a pergunta do gentio, e após conversarem entre eles sobre a possibilidade da unidade de fé, cada um pede perdão ao outro caso tivessem ofendido a lei um do outro e ordenaram um lugar e a hora onde pudesse continuar a debater, procurando honrar-se e servir-se mutuamente (Cf. LÚLIO, 2001, p. 247-248). É notável na obra citada que o autor, expressa, através dos três sábios, o desejo de que haja entre as religiões um projeto de unidade e paz. É interessante a apreciação de Lúlio (2001) pelo seu método dialógico em vista de uma relação pacífica e tolerante entre as religiões. Sua ideia foi retomada posteriormente, em 1454, por Nicolau de Cusa, numa de suas obras com o título de “A paz da fé”. Nicolau, Bispo de Bressanome, e cardeal da Igreja romana, em 1437. Dupuis, (2004, p. 153), sobre as religiões, citando Nicolau afirma que “todas as divergências dizem respeito mais aos ritos do que ao culto do único Deus”. A

obra do Cardeal “A paz de fé” sugeriu a possibilidade de se aprimorar o diálogo entre as diferentes religiões.

Compreende-se, portanto, que as reflexões a respeito do encontro do Cristianismo com as outras religiões foram marcadas por controvérsias. Somente no século XX, com o Concílio Vaticano II, a Igreja chega a elaborar uma nova mentalidade mais aberta e dialógica.

1.6 Concílio Ecumênico Vaticano II: breve visão contextual

Diante da evolução das culturas e da sociedade, a própria Igreja compreende que precisaria passar por um processo de transformação a transmissão da mensagem cristã; deveria levar em consideração as mudanças sociais, políticas e econômicas da humanidade, a fim de que pudesse influenciar eficazmente na vida das pessoas. É importante frisar que a mudança de mentalidade do ser humano também contribui no processo de mudanças da Igreja. Segundo Libânio (2005, p. 19),

O sujeito social pré-moderno caracterizava-se por sua inserção e sua maneira de pensar e atuar próprias do tempo histórico anterior às revoluções: capitalismo, democrática, copernicana, cartesiana, da autonomia do sujeito. No mundo religioso, vivia um teocentrismo sobrenatural e uma eclesiologia da visibilidade e de caráter jurídico.

Essa afirmação se refere à realidade que precede o Vaticano II. Para ele, as mudanças da sociedade estão ocorrendo em vários setores e conseqüentemente também influenciam na Igreja. A realidade religiosa girava em torno da vida sobrenatural: Deus. A Igreja se apresenta como um meio pelo qual o ser humano poderia guiar-se na vida.

Essa realidade contextual provoca mudanças e a autonomia do sujeito. Surgem vários movimentos na Igreja com o objetivo de ajudar a Igreja a repensar seu modo de agir no mundo. Esses movimentos possuem características específicas: bíblico, litúrgico, ecumênico, missionário, leigo, teológico, social (Cf. LIBÂNIO, 2005, p. 28). É relevante destacar aqui, que o movimento ecumênico nasce fora dos muros da Igreja católica em 1910, na Suécia, impulsionado por missionários protestantes inconformados com a

divisão entre católicos e protestantes, algo que para eles era considerado um obstáculo para a evangelização (Cf. LIBÂNIO, 2005, p. 30).

Dentro desse contexto de transformação da sociedade e avanços do mundo moderno, o bispo de Roma, João XXIII, convoca o Concílio Ecumênico Vaticano II, aos 25 dias de janeiro de 1959, através da Constituição Apostólica *Humanae Salutis*:

[...] acolhendo como vinda do alto uma voz íntima de nosso espírito julgamos estar maduro o tempo para oferecermos à Igreja católica e ao mundo o dom de um novo concílio ecumênico, em acréscimo e continuação à série dos vinte grandes concílios, realizados ao longo dos séculos, como uma verdadeira providência celestial para incremento da graça na alma dos fiéis e para o progresso cristão⁹.

O Concílio Vaticano II teve início no dia 11 de outubro de 1962, tendo à frente o Papa João XXIII e concluído pelo seu sucessor o Papa Paulo VI, em 1965. Segundo Faustino Teixeira, diferente de Concílios anteriores, que foram marcados por dinâmicas apologéticas e de controvérsia doutrinal, o Vaticano II aponta preocupação eminentemente pastoral e ao mesmo tempo acentua uma mudança decisiva de perspectiva (Cf. TEIXEIRA, 2004, p. 273). Pelo seu cunho pastoral e ecumênico, o Concílio indica uma nova abordagem doutrinal e teológica, levando a Igreja a reconhecer as exigências do seu tempo. "O resultado de todo trabalho conciliar supõe promover, de fato, mudar o caminho da Igreja e abrir as portas para a instauração de uma visão de profundas derivações das Comunidades e sociedades (ALEMANY, 2001, p. 52-53, tradução nossa)¹⁰. O autor reconhece o esforço do Concílio na perspectiva de abrir novos caminhos diante das exigências históricas da sociedade.

É relevante destacar parte do pronunciamento de Paulo VI, na qualidade de sucessor de João XXIII, aos 29 dias do mês de setembro de 1963, na abertura do segundo período do Concílio:

[...] O olhar da Igreja enxerga além de seus próprios acampamentos as outras religiões, que mantém vivo o senso e o reconhecimento do Deus único, criador, providente, sumo e transcendente em relação a todas as coisas naturais, que

⁹ Cf. JOÃO XXIII, Papa. Constituição apostólica *Humanae Salutis*-sobre a convocação do Concílio Ecumênico Vaticano II, de 25 de dezembro de 1961.

¹⁰ Cf. (El resultado de todo trabajo conciliar suponía promover, de hecho, un cambio en la mentalidad de la Iglesia, y abría las puertas a la instauración de una visión de profundas derivaciones en la vida de las colectividades y sociedades).

prestam culto a Deus com atos de piedade sincera, na raiz de práticas e doutrinas que regulam os costumes e as relações sociais. [...] A Igreja Católica percebe lacunas, defeitos e erros nessas religiões, mas não pode deixar de olhá-las com a maior atenção, para que tenham a certeza de que procura julgar com objetividade tudo que têm de verdadeiro, bom e humano [...] (PAULO VI, apud VATICANO II, 1998, p. 58).

No discurso do Papa, sobressai uma visão ampliada em relação às outras religiões; é pontuada a necessidade de se reconhecer que cada religião comporta limites e verdades. Existe, ainda, um entendimento de que as religiões possuem um papel importante no regulamento social e, neste ponto, elas possuem semelhanças, haja vista que estão estritamente inseridas na sociedade e nela influenciam. Na 142ª congregação geral do Concílio, de volta da viagem à ONU, a 5 de outubro de 1965, o referido Papa fez a seguinte afirmação: “[...] nossa fé deve-se colocar a serviço da caridade, tanto no diálogo ecumênico como no diálogo a respeito das coisas espirituais e sociais, com todos os seres humanos de boa vontade, de todas as religiões” (Ibid., p. 108). Nota-se a exigência do diálogo e da ética num projeto mais abrangente, permitindo certa harmonia entre religião e sociedade, tendo em vista a concretização da paz entre os povos.

Prosseguindo nessa abordagem sobre o Vaticano II, destacar-se-á, a partir daqui, uma visão geral sobre o modo como a Igreja se refere às religiões não cristãs. A reflexão que segue levará em consideração alguns textos de declarações e outros documentos do Concílio Vaticano II, que aludem ao diálogo inter-religioso em suas formulações.

1.6.1 O Diálogo Inter-religioso na perspectiva dos documentos conciliares

A declaração *Nostra Aetate*, sobre a Igreja e as religiões não cristãs, de 28 de outubro de 1965, contém uma substancial contribuição na perspectiva desta pesquisa. Segundo o documento:

A Igreja Católica não rejeita o que é verdadeiro e santo em todas as religiões. Considera suas práticas, maneiras de viver, preceitos e doutrinas como reflexo, não raramente autêntico, da verdade que ilumina todos os seres humanos, ainda que se distanciem do que ela crê e ensina. Anuncia, porém, a Cristo, e se sente incessantemente obrigada a fazê-lo, como “caminho, verdade e vida” (Jo 14, 16), em quem todos somos chamados

a encontrar a plenitude da religião e em quem Deus reconciliou consigo todas as coisas. Por isso, a Igreja Católica exorta seus filhos ao diálogo e à colaboração com os seguidores das outras religiões, para que dêem o testemunho da fé e da vida cristã, reconhecendo, servindo e promovendo os bens espirituais e morais assim como os valores socioculturais presentes nelas (NA 2)¹¹.

Diferente do fechamento ocorrido na história, conforme já foi apresentado neste capítulo, verifica-se um significativo caminho de abertura e valorização das verdades contidas nas religiões em geral. A nova concepção eclesial não nega a importância de manter seus membros firmes no seguimento de Jesus, mas eleva a importância do diálogo entre as religiões como contributo na construção de uma sociedade que exige respeito aos valores da pessoa humana em primeiro lugar. “A Igreja rejeita como contrária ao pensamento de Cristo toda discriminação ou perseguição por causa das diferenças de raça, cor, condição ou religião” (NA 5). Há um avanço considerável nesta afirmação, possibilitando maior aprofundamento em relação à teologia das religiões. A declaração *Dignitatis Humanae*, sobre a liberdade religiosa, do dia 7 de dezembro de 1965, também reconhece a importância de se respeitar a pessoa humana em suas escolhas religiosas, deixando que o agir humano seja regido pela sua própria consciência, sem coação de outros:

[...] nenhum ser humano deve estar sujeito à coerção de outros indivíduos, nem da sociedade e ou de qualquer poder humano. Em matéria religiosa ninguém seja levado a agir contra a consciência e, desde que se mantenha dentro dos devidos limites, seja impedido de agir segundo sua consciência, em público ou de forma privada. Declara igualmente que direito à liberdade religiosa se baseia na dignidade da pessoa, reconhecida pela razão e manifestada pela palavra de Deus revelada. O direito da pessoa à liberdade religiosa deve ainda ser reconhecido pelo ordenamento jurídico da sociedade, para que se torne um direito civil (DH 2)¹².

Valorizou-se em primeiro lugar e, como fundamento para o diálogo, a pessoa humana em sua dignidade. Nessa perspectiva, a liberdade humana assumiu um lugar de destaque levando a entender que cada pessoa possui direito de fazer sua escolha religiosa, como ordenamento civil reconhecido. Como se observa no número 3 do mesmo documento: “Injuria-se, pois, a

¹¹ A partir daqui, para fazer referência ao Documento *Nostra Aetate* usar-se-á a sigla “NA”.

¹² A partir daqui, para fazer referência ao Documento *Dignitatis Humanae*, usar-se-á a sigla “DH”.

pessoa e a própria ordem estabelecida por Deus para os seres humanos quando, mantida a ordem pública, nega-se a liberdade de professar a religião em sociedade”. Portanto, trata-se de uma realidade, na qual todos os seres humanos precisam ser respeitados.

A constituição *Gaudium et Spes*, de 7 de dezembro de 1965, sobre a Igreja no mundo de hoje. Fazendo uma abordagem a respeito do serviço que se deve prestar ao ser humano, enfatiza a inserção da Igreja nas realidades legítimas em que vivem os seres humanos, fazendo a seguinte afirmação:

O Concílio reunido em nome de Cristo, dando testemunho e expondo a fé do povo de Deus, manifesta sua união, atenção e amor para com toda a família humana em que se está inserido. A melhor maneira de fazê-lo é abrir um diálogo com todos os seres humanos a respeito de nossos problemas comuns, recorrendo à luz do Evangelho e se colocando a serviço do gênero humano, com as forças salutares que a Igreja, conduzida pelo Espírito Santo, recebeu de seu fundador (GS 3)¹³.

Embora tenha sido acentuado o aspecto cristológico, no qual estão fundamentados os encaminhamentos e trabalhos conciliares, o diálogo continuou sendo apresentado como aspecto importante a ser considerado diante dos exigentes desafios da sociedade moderna tendo em vista o bem estar da humanidade. O acento recai sobre as situações que podem ser assumidas por todos, independentemente da religião ou cultura onde cada ser humano se encontra.

O Decreto *Ad Gentes*, sobre a atividade missionária da Igreja, também de 7 de dezembro de 1965, chamou atenção dos cristãos para a necessidade de se valorizar as diferenças humanas, levando em consideração a situação de cada grupo, cultura e religião:

Para que o testemunho de Cristo seja válido, os cristãos devem valorizar o que têm de próprio os diferentes grupos humanos e neles se integrar com amor, participar integralmente de sua vida social e cultural e relacionar-se com naturalidade uns com os outros, sob todos os aspectos da vida humana de todo dia. Familiarizem-se com suas tradições culturais e religiosas (AG 11)¹⁴.

¹³ A partir daqui, para fazer referência ao Documento *Gaudium Et Spes*, usar-se-á a sigla “GS”.

¹⁴ A partir daqui, para fazer referência ao Documento *Ad Gentes*, usar-se-á a sigla “AG”.

Neste ponto, é indicada a postura que os cristãos precisam assumir frente à diversidade social onde estão inseridos, a fim de que os povos em geral reconheçam a verdade do Evangelho. O decreto *Ad Gentes*, proporcionou um deslocamento da maneira da Igreja ser missionária, saindo de uma realidade territorial menor, colocando-se a serviço da humanidade em direção aos não cristãos (Cf. SUESS, [s.d.], p. 11). Ao mencionar a importância do relacionamento humano em todos os aspectos, embora não apareça de modo direto a referência aos não cristãos, subentende-se que essa postura dialógica e respeitosa da Igreja precisa levar em consideração todos os membros da sociedade. O n.º. 34 do mesmo documento, tratando sobre a formação dos missionários cristãos fez a seguinte advertência: “O correto exercício da atividade missionária requer a preparação científica dos evangelizadores para o diálogo com as religiões e as culturas não-cristãs”. Nota-se o desejo de um aprofundamento qualificativo capaz de oferecer aos missionários da atualidade uma perspectiva que ultrapasse os limites geográficos do Cristianismo.

Diante de tais exposições, pode-se concluir que o Concílio Ecumênico Vaticano II, direciona positivamente uma nova trajetória na história da Igreja católica frente as outras tradições religiosas. Os documentos citados demonstram a importância do diálogo e da tolerância para a convivência pacífica entre as nações; apontam o significado valorativo da instituição católica ao sair de seu reduto eclesial em direção à realidade mundial na qual vivem os povos, seus desafios e esperanças. Pode-se dizer que o Vaticano II valorizou a pessoa humana, seus direitos e deveres e, nessa perspectiva, reconhece as verdades religiosas presentes em cada realidade religiosa.

Como é possível observar, o próprio Jesus de Nazaré enfrenta as contrariedades de sua cultura judaica ao dirigir-se aos povos pagãos. Sua atuação entre os povos de fora de Israel sinaliza sua intenção de difundir sua mensagem entre todos os povos. Nesse objetivo, os primeiros cristãos são decisivos quando, mesmo diante dos confrontos que lhes impunham sérias dificuldades e agressões, não desistem de levar adiante os ensinamentos recebidos. Mas é importante declarar que o cristianismo, ao longo da história, é perseguido e persegue. Diante dos confrontos vivenciados chega a reconhecer a necessidade de abrir-se a uma nova mentalidade frente às necessidades da

humanidade. Mesmo afirmando sua adesão a Jesus Cristo, como fundamento de sua fé, a Igreja Católica soube reconhecer a urgente necessidade do diálogo entre as diferentes religiões, como caminho para a paz entre os seres humanos, religiões, culturas e sociedades em geral.

2 A CONTRIBUIÇÃO DO PAPA JOÃO PAULO II PARA O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO

A pretensão é evidenciar posições significativas do Papa, pelas quais é possível reconhecer sua atuação dialógica com as religiões cristãs e não cristãs ao longo de seu pontificado. Nessa perspectiva, apresentar-se-ão: viagens, discursos e gestos que se referem ao relacionamento de João Paulo II com os cristãos do Oriente, focalizando sua intenção de refazer a unidade entre as Igrejas que, embora tenham a Jesus de Nazaré como centro de suas crenças, possuem também pontos divergentes. No que tange aos não cristãos, é relevante perceber como o Papa consegue reconhecer os valores positivos das religiões, provoca maior comprometimento em favor da dignidade da pessoa humana e as desperta para a oração como realidade transcendente, na qual todas podem apoiar-se na esperança de um mundo mais pacífico.

2.1 A relação de João Paulo II com a Igreja cristã do Oriente

Embora esta pesquisa tenha como objetivo analisar a relação de João Paulo II com as religiões não cristãs, considera-se relevante fazer referência a sua atuação em relação à Igreja cristã do Oriente, tendo em vista o significado histórico da divisão entre as duas Igrejas, que viveram unidas por longos anos.

É relevante sublinhar que, desde o início de seu governo, enquanto Bispo de Roma, João Paulo II apresenta um itinerário pastoral, no qual pretende valorizar a relação dialógica entre as religiões. Segundo Lecomte (2005, p.535), após sua eleição, a 6 de agosto de 1978, convoca o Cardeal *Johannes Willebrands*, na época, responsável pela Secretaria para a Unidade dos Cristãos e encarrega-o de promover um encontro com Demétrio I, Patriarca de Constantinopla. O encontro acontece no dia 29 de novembro de 1979, na cidade de Istambul, Turquia. Dirige-se a Demétrio I com palavras acolhedoras; lembra o processo histórico em que a Igreja do Oriente mantém unidade com a Igreja do Ocidente e faz referência aos Concílios celebrados juntos: Niceia (325), Constantinopla (381), Éfeso (431), Calcedônia (451). Nas palavras do Papa é possível observar seu desejo de manter a unidade entre as duas Igrejas: “Queria que a visita que hoje realizo tivesse o sentido de um encontro

na fé apostólica comum, para caminharmos juntos rumo a essa unidade total, ferida por tristes circunstâncias históricas, sobretudo no decorrer do segundo milênio”¹⁵. Suas palavras apontam o início de um itinerário pastoral que deve ter continuidade em suas atividades à frente da Igreja, buscando a unidade e o diálogo entre as duas realidades eclesiais: orientais e ocidentais.

A declaração elaborada por João Paulo II e o Patriarca Dimítrio I, por ocasião da celebração da festa do Apóstolo André, indica a pretensão dos líderes religiosos em trabalharem juntos, em vista da aproximação das duas Igrejas. Parte do texto contém a seguinte colocação: “[...] nós afirmamos de novo o nosso firme propósito de fazer todo o possível para aproximar o dia em que a plena comunhão entre a Igreja católica e a Igreja ortodoxa seja restabelecida”¹⁶. Não obstante a motivação evidenciada, vale salientar que João Paulo II não é o único a buscar a unidade entre as referidas Igrejas. Anterior a ele, o Papa Paulo VI, em viagem à Terra Santa, janeiro de 1964, também esteve com o Patriarca Atenágoras I com o objetivo de chegar a um acordo sobre a unidade entre as Igrejas do Oriente e o Ocidente. Contudo, a atitude de João Paulo II sinaliza a contínua intenção da Igreja na busca da unidade.

Ainda na perspectiva cristã, em 1982, João Paulo II encontra-se com o Primaz anglicano Robert Runcie na cidade de Canterbury. Na ocasião, é elaborada uma declaração em conjunto, entre os dois líderes religiosos, no interesse de trabalharem juntos em busca da unidade entre os povos, conforme eles mesmos expressam: “Nosso objetivo não se limita à união de nossas duas Comunhões sozinho, com a exclusão de outros cristãos, mas estende-se ao cumprimento da vontade de Deus para a unidade visível de todos os seus povos”¹⁷. Essa reflexão ultrapassa os limites das Igrejas em diálogo; impulsionados por suas convicções religiosas, demonstram-se interessados em

¹⁵ Discurso do Papa João Paulo II ao Patriarca Ecumênico Dimítrios I, na Catedral de São Jorge, por ocasião de sua visita a Turquia a 29 de novembro de 1979. Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1979/november/documents/hf_ip-ii_spe_19791129_dimitrios-turchia_po.html. Acesso em 10 set. 2011.

¹⁶ Declaração comum do Papa João Paulo II e do Patriarca Dimítrios I na festa do Apóstolo André, durante sua visita a Turquia, 1979. Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1979/november/documents/hf_ip-ii_spe_19791130_dichiarazione-jpii-dimitrios_po.html. Acesso em 10 set. 2011.

¹⁷ Declaração comum do Papa João Paulo II e o Arcebispo de Canterbury, 29 de maio de 1982, n.5. Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1982/may/docu.html. Acesso em 10 set. 2011.

contribuir para a unidade em escala mais ampla. Esse modo de refletir sobre a possibilidade do diálogo ou unidade entre as nações, mesmo que baseados em motivações espirituais cristãs, deixa margem para se pensar a necessidade do diálogo entre as religiões não cristãs.

2.2 João Paulo II e os não cristãos

Ao longo da história, o Papa João Paulo II deu passos ainda mais significativos em direção ao diálogo com as outras religiões. Suas viagens e encontros com representantes de religiões não cristãs indicam seu interesse em desenvolver um trabalho pastoral que leve em consideração não somente o cristianismo católico, mas todas as religiões que coexistem no mundo.

Na Tailândia, em maio de 1984, encontra-se com lideranças espirituais do Budismo. Parte de seu discurso, no dia 6 de maio do mesmo ano, na capela da Nunciatura de Seul, na Coreia, indica sua intenção em relação aos budistas:

A Igreja Católica busca entrar em um diálogo fraterno com todas as grandes religiões que têm guiado a humanidade ao longo da história. Este continuará a fazer de modo que nossa compreensão mútua e da cooperação possa crescer, e os valores espirituais e apoio moral para continuar a oferecer sabedoria e força interior para os homens e mulheres do nosso tempo (Tradução nossa)¹⁸.

No discurso mostra-se atento à importância do diálogo entre todas as religiões da humanidade, ao mesmo tempo em que reconhece o valor da cooperação e compreensão entre as diferenças religiosas como serviço fraterno à humanidade. No mesmo discurso, ele ainda afirma: “Na verdade, as religiões têm agora mais do que nunca um papel vital a desempenhar em uma sociedade em rápida mudança [...] (Tradução nossa)”¹⁹. Através da

¹⁸ Discurso do Papa João Paulo II aos líderes espirituais da comunidade não cristã, por ocasião de sua viagem à Tailândia, 6 de maio de 1984, n.1: (La Chiesa cattolica cerca di entrare in dialogo fraterno con tutte le grandi religioni Che hanno guidato l'umanità attraverso la storia. Questo continueremo a fare, in modo Che la nostra reciproca comprensione e collaborazione possa crescere, e i valori spirituali e morali che sosteniamo continueremo ad offrire saggezza e forza interiore agli uomini e alle donne del nostro tempo). Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1984/may/documents/hf_ip-ii_spe_19840506_capi-religioni-tradizionali_it.html>. Acesso em 10 set. 2011.

¹⁹ Ibid. n. 1: (Infatti, le religioni hanno oggi più che mai un ruolo vitale da svolgere in una società in rapida evoluzione qual è quella coreana). Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1984/may/documents/hf_ip-ii_spe_19840506_capi-religioni-tradizionali_it.html>. Acesso em 10 set. 2011.

identificação da realidade social, tratou sobre a importância das religiões no desenvolvimento da sociedade e fazendo referência ao Concílio Vaticano II, citou o n. 1 da *Nostra Aetate*, documento que trata sobre a diversidade religiosa: “Nossa diversidade de crenças religiosas e éticas é um convite para todos nós a cultivar um verdadeiro diálogo fraterno e a ter em especial consideração àquilo que os seres humanos têm em comum e o que favorece a convivência entre eles (Tradução nossa)”²⁰. Ao fazer referência ao valor da fraternidade entre as religiões, o Papa destacou o ser humano e seu destino como parte fundamental a ser levada em consideração na direção do diálogo inter-religioso.

No Quênia, em 18 de agosto de 1985, João Paulo II se reuniu com diretores e representantes da comunidade de Hindus e Islâmicos, em Nairóbi. No contexto, revela-se satisfeito pelo encontro e fez alusão a outro encontro que tinha realizado em maio de 1980. Após falar sobre algumas necessidades da humanidade, prossegue dizendo: “Nossa presença juntos, hoje - hindus muçulmanos e cristãos reunidos em amizade - é um sinal de esperança em um mundo pluralista cheio de tensões. Nenhum grupo religioso pode permitir-se viver e agir de forma isolada dos outros (Tradução nossa)”²¹.

No dia seguinte, 19 de agosto de 1985, no Marrocos, encontra-se com vários jovens muçulmanos em Casablanca. Na ocasião, profere palavras de gratidão e acolhimento aos jovens reunidos e sublinha: “Cristãos e muçulmanos temos muitas coisas em comum, como crentes e como seres humanos. Nós vivemos no mesmo mundo, marcado por muitos sinais de esperança, mas também por múltiplos sinais de angústia (Tradução nossa)”²².

²⁰ Ibid. n. 2: (La nostra diversità de credenze religiose Ed etiche è per tutti noi un invito a coltivare un genuíno fraterno dialogo e a tener in speciale considerazione ciò che gli esseri umani hanno comune e cio che favorisce tra loro la convivenza, Cf. Nostra Aetate 1). Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1984/may/documents/hf_ip-ii_spe_19840506_capi-religioni-tradizionali_it.html>. Acesso em 10 set. 2011.

²¹ Discurso do Papa João II aos diretores e representantes da comunidade Hindus e islâmicos em Nairobi, Quênia, por ocasião de sua viagem ao Togo, Costa do Marfim II, Camarões, República Centro Africano II, Zaire, Quênia II, Marrocos. 18 de agosto de 1985, n. 4: (La nostra presenza oggi insieme-indù, musulmani e cristiani riuniti in amicizia- è un segno di speranza in un mondo pluralista pieno di tensioni. Nessun gruppo religioso può permettersi di vivere e agire isolato dagli altri). Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1985/august/documents/hf_ip-ii_spe_19850818_musulmani-indu_it.html>. Acesso em 10 set. 2011.

²² Discurso do Papa João II aos jovens muçulmanos, Casa Blanca, Marrocos por ocasião de sua viagem ao Togo, Costa do Marfim II, Camarões, República Centro Africano II, Zaire, Quênia II, 19 de agosto de 1985, n. 1: (Cristiani e musulmani, abbiamo molte cose in comune, come

Embora não tenha tratado especificamente dos pontos em comum, é ressaltada a existência de alguns em nível religioso e também em nível antropológico. Repete-se a preocupação em relação à realidade social da humanidade, marcada por indícios de esperanças e angústias vividas pelos seres humanos. Prossequindo o pronunciamento, quis mostrar aos jovens a relação entre as duas religiões, levando em consideração a tradição de fé e a adoração do mesmo Deus entre cristãos e muçulmanos. “Abraão é o mesmo para nós um modelo de fé em Deus [...]. Nós acreditamos no mesmo Deus, o único Deus, o Deus vivo, o Deus que criou o mundo e traz suas criaturas à sua perfeição (Tradução nossa)”²³. Nessa colocação, sobressaem dois assuntos relevantes para o diálogo entre as religiões: a fé de Abraão, baseada na tradição bíblica e o culto monoteísta praticado entre muçulmanos e cristãos. Aludindo ao Deus único, aponta a possibilidade do engajamento de ambas as religiões, na construção de um mundo melhor, baseado no projeto de Deus. No mesmo texto, o Papa foi direto ao afirmar: “o diálogo entre cristãos e muçulmanos é agora mais necessário do que nunca (Tradução nossa)”²⁴. Desse modo evidencia a importância de se levar adiante o projeto dialógico com os muçulmanos como uma necessidade. Nesse ínterim, conclui manifestando sua intenção particular sobre o referido diálogo: “Eu acredito que nós, cristãos e muçulmanos, devemos reconhecer com alegria os valores religiosos que temos em comum, e dar graças a Deus (Tradução nossa)”²⁵. É significativa sua atitude, tendo em vista que, ao longo da história, nem sempre é pacífica a convivência entre cristãos e muçulmanos. O fato de reconhecer

credenti e come segni di speranza, ma anche da molteplici segni di angoscia). Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1985/august/documents/hf_ip-ii_spe_19850819_giovani-stadio-casablanca_it.html>. Acesso em 10 set. 2011.

²³ Ibid. n.1: (Abramo è per noi uno stesso modello di fede in Dio, di sottomissione Allá sua volontà e di fiducia nella sua bontà. Noi crediamo nello stesso Dio, l'único Dio, Il Dio vivente, Il Dio che crea i mondi e porta le sue creature alla loro perfezione). Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1985/august/documents/hf_ip-ii_spe_19850819_giovani-stadio-casablanca_it.html>. Acesso em 10 set. 2011.

²⁴ Ibid. n.4: (Il dialogo tra cristiani e musulmani oggi è più necessário che mai). Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1985/august/documents/hf_ip-ii_spe_19850819_giovani-stadio-casablanca_it.html>. Acesso em 10 set. 2011.

²⁵ Ibid. n. 10: (Credo che noi, cristiani e musulmani, dobbiamo riconoscere con gioia i valori religiosi che abbiamo in comune e renderne grazie a Dio). Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1985/august/documents/hf_ip-ii_spe_19850819_giovani-stadio-casablanca_it.html>. Acesso em 10 set. 2011.

valores na religião Islâmica sinaliza um gesto importante na história do Cristianismo católico na intenção de superar os erros do passado.

2.2.1 João Paulo II entre as religiões da Índia

Em 1986, podem-se constatar, outros fatos marcantes da vida de João Paulo II em relação às religiões da Índia. Em fevereiro do ano já citado, o Papa realiza uma visita a *Raj Ghat*, monumento dedicado à memória de Mahatma Gandhi. Na ocasião demonstra seu apreço pela pessoa de Gandhi e, em seguida, destaca a importância e o empenho do mesmo na luta pela paz no mundo: “hoje vim aqui como peregrino da paz, para prestar homenagem a Mahatma Gandhi, herói da humanidade (Tradução nossa)”²⁶. Observa-se o respeito com o qual João Paulo II se dirige a Gandhi, como líder religioso destacado entre o povo indiano. As palavras do Papa manifestam respeito e reconhecimento pelo trabalho de Gandhi, mesmo pertencendo à outra tradição religiosa. Além disto, referencia-o como alguém que se interessa pela dignidade da pessoa humana e reflete sobre o poder da verdade na erradicação de alguns males que afetam a humanidade:

O poder da verdade nos leva a reconhecer com Mahatma Gandhi, a solidariedade dignidade, igualdade e fraternidade de todos os seres humanos, e nos leva a rejeitar todas as formas de discriminação. Ela nos mostra mais uma vez a necessidade de compreensão mútua, aceitação e cooperação entre os grupos religiosos na sociedade pluralista da Índia moderna e em todo mundo (Tradução nossa)²⁷.

Fez entender que a verdade passa pela apreensão do ser humano em todas as suas dimensões e, para que isso aconteça de maneira satisfatória, faz-se necessário o engajamento solidário e compreensivo entre os grupos religiosos, especialmente na Índia, na sociedade e no mundo. Nessa

²⁶ Discurso do Papa João Paulo II durante a visita a Raj Ghat, Delhi (Índia), 1 de fevereiro de 1986, n. 1: (oggi sono venuto qui, pellegrino di pace, a rendere omaggio al Mahatma Gandhi, eroe dell'umanità). Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1986/february/documents/hf_ip-ii_spe_19860201_raj-ghat_it.html>. Acesso em 10 set. 2011.

²⁷ Ibid. n.2: (La potenza della verità ci porta a riconoscere con il Mahatma Gandhi la dignità, l'aguaglianza e la solidarietà fraterna di tutti gli esseri umani, e ci incita a rifiutare ogni forma di discriminazione e della reciproca comprensione tra gruppi religiosi nella società pluralista dell'India moderna e in tutto il mondo). Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1986/february/documents/hf_ip-ii_spe_19860201_raj-ghat_it.html>. Acesso em 10 set. 2011.

abordagem papal, tem lugar as Bem-aventuranças (Mt 5, 3-10), através das quais expressa seu objetivo:

Que estas palavras junto com outras expressões nos livros sagrados das grandes tradições religiosas presentes no solo fértil da Índia sejam uma fonte de inspiração para todos os povos e seus líderes, na busca de justiça entre os povos e paz entre todas as nações do mundo (Tradução nossa)²⁸.

Reconhecendo a diversidade de expressões religiosas da Índia e as instruções literárias das religiões em geral, leva a entender a importância da colaboração mútua entre elas na construção de um mundo mais justo. Nota-se que a pretensão do Papa é sempre na intenção de apontar caminhos, em vista da superação da divisão e dos preconceitos que atrapalham o desenvolvimento dos povos.

Em 2 de fevereiro, do mesmo ano, João Paulo II encontra com representantes das outras tradições religiosas e culturais no estádio “Indira Gandhi”. Na situação, saúda a todos, mas não deixa de sublinhar uma saudação especial aos membros das diferentes religiões, afirmando: “Sou muito grato às pessoas de religiões diversas que me acolheram cordialmente e expuseram seus pensamentos mais profundos, junto à mais sincera esperança para a Índia e para o mundo (Tradução nossa)”²⁹. Após as saudações, o Papa fez referência ao homem como tema central, a ser considerado entre as religiões, o qual precisa ser respeitado na sua dignidade integral e em todos os níveis, conforme se pode constatar em suas palavras:

No mundo de hoje há uma exigência de que todas as religiões trabalhem em conjunto pela causa da humanidade e que o façam tendo em vista a natureza espiritual do homem. Hoje, como hindus, muçulmanos, sikhs, budistas, giainiani, parsis e cristãos, nos reunimos em amor fraterno para afirmar isso com a nossa própria presença. Ao proclamar a verdade sobre o homem, insistimos que a busca do bem-estar temporal social e

²⁸ Ibid. n. 4: (Possao queste parole insieme ad altre espressioni Nei libri sacri delle grandi tradizioni religiose presenti sul fecondo suolo dell’India essere fonte d’ispirazione per tutti i popoli e per i loro capi, nella ricerca di giustizia tra i popoli e di pace tra tutte le nazioni del mondo). Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1986/february/documents/hf_ip-ii_spe_19860201_raj-ghat_it.html>. Acesso em 10 set. 2011.

²⁹ Discurso do Papa João Paulo II aos representantes de outras tradições religiosas e culturais, no Estádio ‘Indira Gandhi’, Delli, Índia, 2 de fevereiro de 1986, n. 1: (Sonno molto riconoscente alle persone di religioni diverse che mi hanno accolto così cordialmente e hanno esposto le loro profonde riflessioni, insieme alle più sincere speranze per l’India e per il mondo). Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1986/february/documents/hf_ip-ii_spe_19860202_rappresentanti-religioni_it.html>. Acesso em 10 set. 2011.

de uma plena dignidade humana por parte do homem corresponda ao anseio mais profundo da sua natureza espiritual. Trabalhando para a realização e proteção de todos os direitos humanos, incluindo o direito fundamental de adorar a Deus segundo os ditames de uma reta consciência e professar esta fé exteriormente, deve tornar-se ainda mais o tema da colaboração entre as religiões em todos os níveis (Tradução nossa)³⁰.

Desse modo, propôs aos ouvintes uma nova consciência em favor da humanidade, valorizando o homem como ser temporal e espiritual. Ressaltando os direitos humanos, o Papa mostra-se interessado em abordar a liberdade religiosa como direito do ser humano, algo que deve ser respeitado. Sugere aos representantes das diferentes religiões a importância de se empenharem na defesa da vida humana independente do estado religioso em que vivem. Na visão do Papa, o homem continua sendo o centro para o qual as religiões precisam voltar-se no desenvolvimento de suas ações, tendo em vista a sua natureza espiritual. Na mesma peregrinação, em Calcutá, o Papa encontra-se com representantes de religiões não cristãs, a 5 de fevereiro de 1986. No início do acontecimento, João Paulo II afirma: “Eu desejava visitar a Índia, uma terra de muitas religiões e rico patrimônio cultural [...] estou feliz por ter essa oportunidade de amizade espiritual com vocês (Tradução nossa)”³¹. Transparece uma atenção especial pela experiência religiosa indiana e nesse sentido expressa sua visão sobre a realidade politeísta que existe no território da Índia: “A Igreja católica reconhece as verdades contidas nas tradições religiosas da Índia. Tal reconhecimento permite um diálogo sincero (Tradução

³⁰ Ibid. n.7: (Nel mondo odierno vi è l'esigenza che tutte le religioni collaborino per la causa dell'umanità e Che lo facciano nell'ottica della natura spirituale dell'uomo. Oggi, come indu, musulmani, sikh, buddisti, giainiani, parsi e cristiani, ci riuniamo in fraterno amore per esserle cio con la nostra stessa presenza. Nel proclamare la verità sull'uomo, insistiamo sul fatto che la ricerca di un benessere temporale e sociale e di una piena dignità umana da parte dell'uomo corrisponde all'anelito profondo della sua natura spirituale. Operare per il raggiungimento e la difesa di tutti i diritti umani, ivi incluso il diritto fondamentale ad adorare Dio secondo i dettami di una retta coscienza e di professare esteriormente questa fede, deve divenire ancor più tema di collaborazione tra religioni a tutti i livelli). Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1986/february/documents/hf_ip-ii_spe_19860201_raj-ghat_it.html>. Acesso em 10 set. 2011.

³¹ Discurso do Papa João Paulo II aos representantes das religiões não cristãs no Hall de Madras, Rajaji, Calcutá, Índia, 5 de fevereiro de 1986, n. 1: (Desideravo ardentemente visitare l'India, terra di molte religioni e dal ricco patrimonio culturale, [...]. Sono molto felice di avere questa occasione di amicizia spirituale con voi). Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1986/february/documents/hf_ip-ii_spe_19860205_religioni-non-cristiane_it.html>. Acesso em 12 set. 2011.

nossa)³². Tratando-se de verdades contidas nas religiões da Índia, abre-se na visão do Papa, espaço para um diálogo mais efetivo onde é possível perceber, que as verdades incluídas nas religiões estão relacionadas à verdade do Cristianismo. Sobre o valor do diálogo entre as religiões, foi enfatizado de maneira ainda mais específica no n. 4 do mesmo texto:

O diálogo entre os membros das diferentes religiões aumenta e aprofunda o respeito mútuo e abre o caminho para as relações que são fundamentais na solução de problemas do sofrimento humano. O diálogo que envolve respeito e abertura à opinião dos outros pode promover a união e empenho nesta causa nobre. Além disso, a experiência do diálogo dá um sentido de solidariedade e coragem para superar as barreiras e dificuldades na tarefa de construção da nação. Porque sem diálogo, as barreiras da desconfiança, preconceito e incompreensão não podem ser efetivamente removidas. Através do diálogo, cada parte faz uma tentativa honesta de lidar com os problemas comuns da vida e recebe coragem para o desafio de buscar a verdade e perseguir o bem. A experiência do sofrimento, da desilusão, o desapontamento e conflito tornaram-se sinais de falimento e destruição em tempos de progresso na amizade e confiança (Tradução nossa)³³.

A reflexão indicou a relevância do diálogo para relacionamentos mais respeitosos e fraternos, possibilitando uma ação recíproca em favor dos humanos, na superação de problemas que afetam a humanidade como todo. Nessa visão, o diálogo requer a capacidade de cada um em saber acolher e aceitar o outro na sua especificidade religiosa e, portanto, não diz respeito a proselitismo, não deixa espaço para elaboração de críticas destrutivas em relação ao que o outro acredita e cultua. Pode-se dizer ainda que o diálogo

³² Ibid. n. 2: (La chiesa cattolica riconosce le verità che sono contenute nelle tradizioni religiose dell'India. Tale riconoscimento rende possibile il vero dialogo). Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1986/february/documents/hf_ip-ii_spe_19860205_religioni-non-cristiane_it.html>. Acesso em 12 set. 2011.

³³ Ibid. n. 4: (Il dialogo tra i membri di religioni diverse accentua e approfondisce il rispetto reciproco e apre la via a relazioni che sono fondamentali nella soluzione di problemi della sofferenza umana. Il dialogo che implica rispetto e apertura alle opinioni altrui può promuovere l'unione e l'impegno in questa nobile causa. Inoltre, l'esperienza del dialogo dà un senso di solidarietà e coraggio per superare le barriere e le difficoltà nel compito di edificare la nazione. Poiché senza il dialogo le barriere del pregiudizio, della diffidenza e dell'incomprensione non possono essere efficacemente rimosse. Con il dialogo, ciascuna delle parti effettua un onesto tentativo di occuparsi dei comuni problemi di vita e riceve coraggio nell'accettare la sfida di ricercare la verità e perseguire il bene. L'esperienza della sofferenza, del disinganno, della delusione e del conflitto si sono trasformati da segni di falimento e di distruzione in occasioni di progresso nell'amicizia e nella fiducia). Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1986/february/documents/hf_ip-ii_spe_19860205_religioni-non-cristiane_it.html>. Acesso em 12 set. 2011.

nessa ótica é colocado num nível mais ampliado, capaz de ultrapassar os limites religiosos e despertar os seres humanos a causas nobres que envolvem a realidade das nações. Nesta apreensão dialógica, cada parte deverá verificar com honestidade os problemas comuns do todo e buscar resolvê-los de modo recíproco, como parte do todo, onde todas as religiões se sintam responsáveis pela construção de um mundo melhor. Entende-se que o diálogo e a verdade propostos pelo Papa não devem perder de vista a superação dos problemas enfrentados pela humanidade e o objetivo de suscitar nos membros de todas as religiões maior empenho para a resolução dos mesmos, como afirma o próprio Papa: “Como seguidores de diferentes religiões, devemos nos unir na promoção e defesa de ideais comuns nos campos da liberdade religiosa, fraternidade humana, da educação, da cultura, do bem-estar social e da ordem civil (Tradução nossa)”³⁴. As questões elencadas indicam questões básicas da vida humana que precisam ser assumidas por todos os povos e religiões, como valores que independem do estado religioso de cada um, uma vez que se referem a realidades fundamentais da vida humana.

2.2.2 João Paulo II em visita à Sinagoga de Roma

A referida visita de João Paulo II à Sinagoga de Roma ocorre no dia 13 de abril de 1986. Segundo Dom Estevão Bettencourt, (2005, [s.p]),

A visita ocorreu às 17 horas do dia 13 de abril de 1986. Ao chegar ao Lungotevere dei Cenci, o antigo gueto romano, João Paulo fez, portanto o que nenhum outro Pontífice jamais fizera na história da Igreja. O Papa, usando solidéu e hábito brancos, foi recebido ao som da música de Handel e abraçado fortemente pelo Rabino-Chefe Elio Toaff, que usava o tradicional chapéu de oito pontas e trazia nos ombros um tallit de faixas azuis e brancas. O cortejo, tendo à frente o grupo de Rabinos e o encarregado do cerimonial, foi saudado pelo cântico do Aleluia. Os dois lugares de honra, na parte alta da Tevá, que é a área sagrada do templo, foram ocupados pelo Papa e pelo Rabino-Chefe. Depois da leitura de um trecho do Gênesis, em hebraico e em italiano, coube ao Presidente da Comunidade Israelita saudar o Papa.

³⁴ Ibid. n. 4: (Come seguaci di diverse religioni dovremmo unirici insieme nella promozione e nella difesa degli ideali comuni nei campi della libertà religiosa, della fraternità umana, dell'educazione, della cultura, del benessere sociale e dell'ordine civile). Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1986/february/documents/hf_ip-ii_spe_19860205_religioni-non-cristiane_it.html>. Acesso em 12 set. 2011.

O gesto do Papa sublinha um importante acontecimento na história da Igreja e na relação do Cristianismo com o Judaísmo, trata-se de um fato sem precedente na história, a iniciativa indica, ao mesmo tempo, a abertura de João Paulo II na tentativa de favorecer a ampliação da ação pastoral dialogal da Igreja. É importante enfatizar as palavras do próprio Papa quando, na oportunidade, inicia sua fala agradecendo a Deus que estende os céus e fez a terra, baseado nas palavras do profeta Isaias (Cf. Is 51, 16), além disso, declarou:

Eu sinto que é meu dever agradecer o Rabino-Chefe, Professor Elio Toaff, que acolheu com alegria, desde o início, o projeto desta visita e agora me recebe com grande abertura de coração e com vivo sentido de hospitalidade; e com ele agradeço a todos aqueles que, na comunidade hebraica de Roma, tornaram possível este encontro e se empenharam de tantos modos para que fosse uma realidade e um símbolo. Obrigado, portanto, a todos vós. "Toda Rabá" (Muito obrigado), (Tradução nossa)³⁵.

Após expressar os agradecimentos, prossegue tentando mostrar a importância do relacionamento entre judeus e cristãos e como isso é fundamentado na história das duas religiões:

A religião judaica não é "extrínseca", mas de certa forma é "intrínseca" à nossa religião. Portanto, temos uma relação que não temos com qualquer religião. Vocês são nossos irmãos amados e, de certa forma, vocês poderiam dizer que são nossos irmãos mais velhos (Tradução nossa)³⁶.

O reconhecimento dos judeus como "irmãos amados" e "mais velhos", evidencia o acolhimento do Papa numa perspectiva fraterna e desejo de superação das situações de conflitos estabelecidas na história, e reconciliação

³⁵ Discurso do Papa João Paulo II a comunidade judaica na Sinagoga de Roma, 13 de abril de 1986, n.1: (Sento poi il dovere di ringraziare il Rabbino capo, prof. Elio Toaff, che há accolto com gioia, fin dal primo momento, il progetto di questa visita e che ora mi riceve con grande apertura di cuore e con vivo senso di ospitalità; e con lui ringrazio tutti coloro che, nella comunità ebraica romana, hanno reso possibile questo incontro e si sono in tanti modi impegnati affinché Esso fosse nel contempo una realtà e un símbolo. Grazie quindi a tutti voi. "Todà rabbá(grazie tante)). Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1986/february/documents/hf_ip-ii_spe_19860413_sinagoga-roma_it.html>. Acesso em 12 set. 2011.

³⁶ Ibid. n. 4: (La religione ebraica non ci è "estrínseca", ma in un certo qual modo, è "intrínseca" alla nostra religione. Abbiamo quindi verso di essa dei rapporti che no abbiamo con nessun'altra religione. Siete i nostri Fratelli prediletti e, in un certo modo, si potrebbe dire i nostri Fratelli maggiori). Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1986/february/documents/hf_ip-ii_spe_19860413_sinagoga-roma_it.html>. Acesso em 12 set. 2011.

em vista do diálogo entre ambas as tradições religiosas; além disso, há uma sinalização sobre o processo histórico do Judaísmo do qual nasce o cristianismo. Fazendo novamente referência ao documento conciliar, *Nostra Aetate*, o Papa realça o laço espiritual entre as duas Tradições religiosas: “o laço de comunhão espiritual que liga o povo do Novo Testamento à raça de Abraão” (NA 4). Nessa ocasião, João Paulo II lamenta o ódio e perseguições dirigidos aos judeus ao longo do tempo e finaliza com a recitação do Salmo (118, 1-2. 4): “Celebrai a lahweh, porque Ele bom, porque seu amor é para sempre! A casa de Israel repita: o seu amor é para sempre!”. Vale salientar que esta recitação é proferida em hebraico. Segundo Lecomte (2005, p. 558),

Em dois mil anos, nunca um papa havia entrado numa sinagoga. Vinte séculos de hostilidade, desprezo, incompreensão e perseguições ficaram relegadas ao passado por essa imagem de um papa que recitava, em hebraico, o salmo Hondu ladonai ki tob: daí graças ao Senhor, pois ele é bom [...].

A postura do Papa impulsiona uma nova história na Igreja, tendo em vista as controvérsias ocorridas durante séculos entre Judaísmo e Cristianismo.

Aos 27 de outubro de 1986, realiza-se um encontro inter-religioso na cidade de Assis, na Itália. Na ocasião, João Paulo II reúne lideranças religiosas de várias partes do mundo para um dia de jejum, oração e peregrinação em favor da paz entre as nações. Tal encontro repercute em escala mundial. Diante disso, tratar-se-á desse acontecimento em seguida, tendo em vista sua relevância diante dos outros acontecimentos direcionados por João Paulo II.

2.2.3 João Paulo II pede perdão pelos erros da Igreja

É significativo destacar alguns pedidos de perdão manifestados por João Paulo II, reconhecendo as faltas históricas da Igreja: em 3 de novembro de 1982, em sua primeira viagem à Espanha, na cidade de Madri, reconhece os erros da Igreja em relação à Inquisição; em viagem à África no dia 13 de agosto de 1985, fez o primeiro pedido de perdão aos negros pelo tráfico negreiro; pede perdão aos indígenas pelas injustiças cometidas pelos cristãos ao longo da história, fato ocorrido a 13 de outubro de 1992, por ocasião do quinto centenário do descobrimento das Américas, em Santo Domingo; em

maio de 1995, na República Checa, penitenciou-se em nome de todos os católicos, pediu perdão aos não católicos pelos erros históricos cometidos pelos católicos; em 2 de julho de 1995, em Presov, o Papa presta homenagem aos mártires evangélicos diante do monumento dos mesmos e ainda, em atitude semelhante, em 1987, silencia diante do monumento dos mártires calvinistas, mortos pelos católicos. (Cf. ACCATTOLI, 1997, p. 142/152/166 e 220). Como gestos penitenciais, embora não se refiram diretamente ao diálogo entre as religiões, foram significativos na história de seu pontificado, pelos quais o Papa fez perceber seu reconhecimento de que a Igreja não é infalível em seus membros. Evidencia, desse modo, o desejo de refazer a história do cristianismo católico levando em consideração a necessidade de se construir um mundo mais pacífico e mais humano.

Na proclamação do ano 2000, ano em que a Igreja Católica celebra o Jubileu do nascimento de Jesus Cristo, foram marcantes os gestos assinalados por João Paulo II. Diante do acontecimento do ano jubilar, o Papa não deixa de expressar suas motivações e intenções em relação às outras religiões, em vista da realização do evento. Nesse ínterim, apresenta a cidade de Roma e a Terra Santa, lugares onde deseja realizar a programação do Ano Jubilar. Reportando-se à Terra Santa, chega a afirmar: “Possa o Jubileu propiciar um passo a mais no diálogo recíproco, até um dia podermos, todos juntos — judeus, cristãos e muçulmanos —, trocar entre nós a saudação da paz em Jerusalém”³⁷. A celebração do Jubileu, mediante suas palavras, comporta o desejo de aproximação e reconciliação entre as diferentes Religiões. Isso se torna ainda mais expressivo quando o Papa afirma: “Por ocasião desta grande festa, convidamos cordialmente a partilharem também da nossa alegria os adeptos de outras religiões e ainda todos aqueles que estão longe da fé em Deus”³⁸. Desse modo, o convite se estende a toda a humanidade independentemente da postura religiosa que assume cada ser humano. Suas palavras transmitem acolhimento e abertura até mesmo aos que não têm fé e, portanto, um chamado que busca incluir a todos sem deixar margem para que alguém se sinta excluído.

³⁷ Incarnationis Mysterium. Bula de proclamação do grande jubileu do ano 2000, de 29 de novembro de 1998. Disponível em: < http://www.vatican.va/jubilee_2000/docs/documents/hf_ip-ii_doc_30111998_bolla-jubilee_po.html>. Acesso em 13 de set. 2011.

³⁸ Ibid.

É significativo ainda mencionar a viagem de João Paulo II à Terra Santa, no período de 20 a 26 de março de 2000. Dentre as atividades realizadas durante a visita, acentuam-se nesta análise, algumas atitudes relevantes para esta pesquisa.

Destaca-se, de início, a visita ao memorial *Yad Vashem*, em Jerusalém, lugar que lembra milhões de judeus mortos no Holocausto. Diante do memorial, João Paulo II mostra-se mais uma vez motivado a continuar empenhado na luta pela concórdia entre os cristãos e judeus, conforme se pode observar em sua afirmação: “Neste lugar de solene memória, rezo com fervor para que a nossa tristeza pela tragédia vivida pelo judeu no século XX, conduza a uma nova relação entre judeus e cristãos”³⁹. Noutros momentos, o Papa já havia expressado seu desejo de aproximar o cristianismo católico dos judeus, aqui ele reforçou sua intenção. Na visita ao *Hechal Shlomo*, em Jerusalém, dirige-se aos Grão-rabinos de Israel chamando-os a trabalhar juntos por um futuro mais pacífico entre as duas Tradições religiosas:

Devemos trabalhar juntos para construir um futuro em que não haja mais antijudaísmo entre cristãos, nem sentimentos de anticristãos entre os judeus. Temos muito em comum. Juntos poderemos fazer muito pela paz, pela justiça, por um mundo mais humano e fraterno. O senhor do céu e da terra nos conduza para uma nova e frutuosa era de respeito e cooperação mútuos, para o benefício de todos⁴⁰.

O esforço pela concretização do diálogo inter-religioso aparece com o objetivo de promover a paz e a justiça visando ao bem da humanidade. Outro encontro marcante de João Paulo II acontece no Pontifício Instituto “*Notre-Dame*”, na quinta-feira, 23 de março de 2000, onde o Papa fala a vários representantes de religiões diferentes do Cristianismo:

Comove-me profundamente seguir os passos dos inúmeros peregrinos que, antes de mim, oraram nos lugares santos ligados às intervenções de Deus. Estou consciente de modo particular do facto que esta terra é santa para os Judeus, os Cristãos e os Muçulmanos. Por isso, a minha visita não estaria completa sem este encontro convosco, ilustres responsáveis

³⁹ Discurso do Papa João Paulo II durante a visita ao memorial “Yad Vashem”, março de 2000. Disponível em: < http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/trvels/documents/hf_ip-ii_spe_20000323_yad-vashem-mausoleum_po.html>. Acesso em 13 de set. 2011.

⁴⁰ Saudação do Papa João Paulo II aos dois grão-rabinos de Israel no Hechal Shlomo, 23 de março de 2000, Jerusalem. Disponível em: < http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/trvels/documents/hf_ip-ii_spe_20000323_chief-rabbis_po.html>. Acesso em 14 de set. 2011.

religiosos. Obrigado pelo apoio que a vossa presença oferece aqui, nesta tarde, à esperança e à convicção de pessoas tão numerosas entrarem numa nova era de diálogo inter-religioso. Estamos conscientes de que é necessário e urgente estabelecer vínculos mais estreitos entre todos os crentes, para garantir um mundo mais justo e pacífico⁴¹.

Constata-se que, no pronunciamento, ele se dirige especialmente ao Judaísmo, Cristianismo e Islamismo, as três grandes religiões presentes naquela circunstância. Após demonstrar-se acolhido entre eles, acentua a importância do engajamento de todos no diálogo inter-religioso, como garantia na sustentação de um mundo mais justo e livre de violências. É significativo frisar a maneira como o Papa reconhece o diálogo como parte da missão da Igreja:

A Igreja católica deseja prosseguir um diálogo inter-religioso sincero e fecundo com as pessoas de fé judaica e os seguidores do Islã. Este diálogo não é uma tentativa de impor aos outros a nossa visão. Ele exige que todos nós, fiéis àquilo em que cremos, escutemos o outro com respeito, procuremos discernir quanto há de bom e de santo em cada uma das outras doutrinas, e cooperemos no apoio a tudo o que favorece a mútua compreensão e a paz⁴².

Reaparece a pretensão do Papa em conduzir a Igreja em direção ao diálogo com o Islã e com os Judeus. É importante dizer que não se trata de uma mistura de crença ou sua intenção pretende converter os outros ao cristianismo, sugere uma relação respeitosa e fraterna entre os diferentes modos de se viver a fé em Deus. O direcionamento do diálogo inter-religioso, prossegue nesta perspectiva da prática da tolerância e do respeito no intuito de se reconhecerem as verdades que comportam as religiões não cristãs.

Outro acontecimento singular na trajetória do Papa foi a visita a Mesquita “*Omayyde*”, em Damasco. Por se tratar da primeira visita de um Papa a uma mesquita, o fato foi surpreendente para muitos. O episódio se dá no dia 6 de maio de 2001. Na situação, João Paulo II não esconde seu contentamento por estar naquele lugar:

⁴¹ Discurso do Papa João Paulo II no encontro inter-religioso no Pontifício Instituto “Nostre-Dame”, 23 de março de 2000. n. 1. Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/trvels/documents/hf_ip-ii_spe_20000323_jerusalem-notre-dame_po.html>. Acesso em 15 de set. 2011.

⁴² Ibid. n. 4: Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/trvels/documents/hf_ip-ii_spe_20000323_jerusalem-notre-dame_po.html>. Acesso em 15 de set. 2011.

A minha peregrinação jubilar tem sido caracterizada por importantes encontros com os chefes muçulmanos no Cairo e em Jerusalém, e agora estou profundamente emocionado por ser vosso hóspede aqui na grande Mesquita "Omlyyade"⁴³.

Após esse momento de exteriorização de seus sentimentos, continua e, em seu pronunciamento, refere-se ao diálogo entre cristãos e muçulmanos com firme esperança de um dia ver concretizada entre ambos uma relação mais consciente e eficaz:

A minha ardente esperança é de que os chefes religiosos e os mestres muçulmanos e cristãos apresentem as nossas duas grandes comunidades religiosas como grupos que vivem em diálogo respeitador, e nunca mais como comunidades em conflito. [...] É importante que os muçulmanos e os cristãos continuem a explorar em conjunto as questões filosóficas e teológicas, a fim de alcançar uma compreensão mais objetiva e exaustiva dos recíprocos credos religiosos. [...] O diálogo inter-religioso é mais eficaz quando nasce da experiência de "vida conjunta", dia após dia, no contexto das mesmas comunidades e culturas. [...] Como membros da única família humana e como crentes, temos obrigações em relação ao bem comum, à justiça e à solidariedade. O diálogo inter-religioso levará a várias formas de cooperação, de maneira especial ao cumprimento do dever de cuidar dos pobres e dos mais frágeis. Esses são os sinais de que o nosso culto a Deus é genuíno⁴⁴.

É relevante sublinhar a importância dada ao diálogo entre os membros de diferentes religiões: além de reconhecer a necessidade da aproximação, sugeriu um aprofundamento filosófico e teológico para relações mais conscientes e objetivas entre experiências religiosas e culturais. No final do discurso, foi destacado o diálogo numa perspectiva libertadora, por meio do qual, pode-se pensar maior empenho pela causa dos mais pobres, dos mais sofredores, como verdadeiro culto a Deus.

Não obstante os fatos já mencionados, a atitude de João Paulo II que mais despertou atenção sobre a relação do cristianismo com as outras religiões foi a convocação dos vários líderes de diversas religiões para se unirem em oração pela paz no mundo, acontecimento que marca o pontificado de João Paulo durante seus 25 à frente da Igreja.

⁴³ Discurso do Papa João Paulo II na Mesquita "Omayyde", Damasco. 6 de maio de 2001. n. 1. Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/2001/documents/hf_ip-ii_spe_20010506_omayydi_po.html. Acesso em 15 de set. 2011.

⁴⁴ Ibid. n. 3 e 4: Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/2001/documents/hf_ip-ii_spe_20010506_omayydi_po.html. Acesso em 15 de set. 2011.

2.3 João Paulo II e líderes de outras religiões em oração pela paz

A Jornada de oração pela paz realizada em Assis, Itália, sublinha um acontecimento relevante na história da Igreja católica. Decidido a realizar o evento, João Paulo II quis fazê-lo em companhia das comunidades cristãs em geral e lideranças religiosas do mundo. Cristãos e não cristãos foram convidados a orar em favor da paz. Através do acontecimento, o Papa pontua um novo horizonte em relação às religiões, sinalizando um fato sem precedente na história e, ao mesmo tempo, incentivando a reflexão sobre o diálogo inter-religioso, frente aos desafios da sociedade moderna.

Na alocução da audiência geral da quarta-feira, no dia 22 de outubro de 1986, o Papa explica oficialmente aos ouvintes seu propósito para a Jornada de oração, jejum e peregrinação em favor da paz:

É sem dúvida um acontecimento singular, de carácter religioso, exclusivamente religioso, assim foi pensado e é nesta perspectiva que se realizará com a colaboração de todos os participantes: será assinalado pela oração, pelo jejum e pela peregrinação (L'OSSERVATORE ROMANO, 1986, p. 16, n. 1).

João Paulo II não deixa espaço para outras interpretações quanto à característica do encontro, sua postura mostra que estava seguro em relação ao que iria realizar, porém aberto à contribuição dos participantes. No discurso, não obstante sua ênfase na pessoa de Jesus, apresenta a oração como mecanismo que possibilita estar junto aos demais líderes religiosos:

Não se pode, certamente, 'rezar juntos', isto é, fazer uma oração comum, mas pode-se estar presente quando os outros rezam; desse modo manifestamos o nosso respeito pela oração dos outros e pela atitude dos outros perante a Divindade; ao mesmo tempo oferecemos-lhes o testemunho humilde e sincero da nossa fé em Cristo, Senhor do Universo (L'OSSERVATORE ROMANO, 1986, p. 16, n. 4).

Houve um esclarecimento sobre a pedagogia utilizado nos momentos de orações. Orar pela paz em companhia de outros líderes religiosos não significaria, na perspectiva do Papa utilizar-se de um único rito, ou mesmas palavras, mas cada participante teria a oportunidade de rezar de acordo com sua crença e rito com a qual manifesta sua fé. Diante disso, cada um deveria posicionar-se com respeito e acolhimento às demais religiões. As palavras do

Papa tentam esclarecer aos prelados da Cúria romana sobre a impossibilidade do “sincretismo religioso”.

O convite às diversas religiões compreendia outro sentido: “as religiões do mundo, apesar das divergências fundamentais que as separam, são todas chamadas a dar o seu contributo para o nascimento de um mundo mais humano, mais justo, mais fraterno” (L’OSSERVATORE ROMANO, 1986, p. 16, n. 5). Ele reconhece que, não obstante as divergências que existem entre as várias religiões, todas devem envolver-se na luta pela dignidade humana e isso indica uma preocupação comum às religiões.

Passados alguns meses, após o comunicado oficial, A Jornada de oração pela paz aconteceu. A chegada de João Paulo II à cidade de Assis foi descrita pelo Jornal da Cidade do Vaticano, nos seguintes termos:

O Santo Padre [...] chegou por volta 8.45h de 27 de outubro. Após uma breve cerimônia de acolhimento à entrada da praça da Basílica de Santa Maria dos Anjos, João Paulo II recebeu todos os representantes das Igrejas e Comunhões cristãs à porta da Basílica, bem como os de outros credos religiosos. Dentro da Basílica, todos se dispuseram em semicírculo à volta da porciúncula, lugar sagrado que recorda o nascimento da Ordem Franciscana, e em seguida teve início a cerimônia de acolhimento oficial (L’OSSERVATORE ROMANO, 1986, p. 1).

O gesto do Papa à porta da Basílica recebendo os convidados revela acolhimento e humildade aos convidados. Segundo Lecomte, (2005, p. 551):

No dia 27 de outubro, assim, a pitoresca cidade de São Francisco transformou-se em cenário de uma reunião única na história das religiões. A foto de João Paulo II de batina branca, sentado no meio desse isótipo grupo de muçulmanos, ortodoxos, protestantes, *sikhis*, hindus, bonzos tibetanos, xintoístas, zoroastrianos – no total, trinta e duas delegações cristãs e vinte e oito delegações não-cristãs -, alinhados na praça da Basílica de São Francisco, ficaria como uma das imagens mais fortes do pontificado. E por sinal foi transmitida por televisão para grande número de países.

Tendo escolhido a cidade de Assis, João Paulo II, quis realçar a pessoa de São Francisco, alguém que se empenha na promoção da paz entre os seres humanos. O acontecimento sinaliza para toda a Igreja e para o mundo a importância da oração, como caminho que pode levar os povos a viverem em paz. Essa atitude do Papa fez reconhecer a paz como valor fundamental da vida humana, algo a ser procurado por todas as religiões, como realidade que

transcende as particularidades de cada uma delas. A presença das várias delegações cada qual com sua diferença religiosa revela a abertura e acolhida do Papa em direção à diversidade, ao mesmo tempo que mostra para o mundo a importância da unidade das pessoas em vista de causas comuns. Outra informação sobre os participantes observa-se no livro: “O peregrino da fé – a cruzada de João Paulo II pelos caminhos do Evangelho”:

Atendendo ao seu pedido, lá estiveram o rabino-chefe de Roma, o Dalai-Lama, monges budistas, bispos ortodoxos, índios americanos e lideranças mulçumanas. Naquele mesmo dia, uma trégua mundial foi observada por vários países que estavam em guerra (2005, p. 83).

A disposição dos líderes religiosos em responder ao convite do Papa fez entender a credibilidade de João Paulo II na Igreja e no mundo e sua capacidade de relacionar-se.

No discurso oficial de abertura, na Basílica de Santa Maria dos Anjos, João Paulo II, intensifica o acolhimento aos presentes e em seguida apresenta o objetivo do encontro:

Como líderes religiosos, vocês não estão vindo aqui para uma conferência inter-religiosa sobre a paz. [...] O encontro de tantos líderes religiosos para orarem, é em si mesmo um convite que se faz hoje ao mundo para que tome consciência de que existe outra dimensão de paz e outra maneira para a promover, que não é o resultado de negociações, de compromissos políticos ou de acordos econômicos (L'OSSERVATORE ROMANO, 1986, p.1, n. 1).

Observa-se que foi apresentado um novo caminho de se promover ou buscar a paz, nova pedagogia. João Paulo II sugere ao mundo que é possível buscar a paz através da espiritualidade, por meio da oração. Transparece em suas palavras a intenção de apontar a unidade na diversidade religiosa. A fim de esclarecer ainda mais sobre o evento de Assis, João Paulo II afirma:

O fato de termos vindo aqui não implica intenção alguma de buscar entre nós um consenso religioso ou de negociar as nossas convicções religiosas de fé. Nem sequer significa que as religiões podem ser reconciliadas a nível de um compromisso comum num projeto terreno que sobrepujaria todas elas. Nem é uma concessão ao relativismo nas crenças religiosas, pois todo ser humano tem de seguir com sinceridade a sua reta consciência, com a intenção de buscar a verdade e de lhe obedecer (L'OSSERVATORE ROMANO, 1986, p. 1, n. 2).

Ficou acentuado o respeito a cada identidade religiosa e a consciência de cada pessoa no seguimento de sua religião, onde cada membro deve sentir-se livre para fazer suas escolhas em busca da verdade.

O modo como foram conduzidas as atividades revelam sensibilidade e respeito aos participantes: cada um teve oportunidade de vivenciar a jornada em conformidade com sua identidade religiosa, conforme anuncia o Papa:

As religiões são muitas e diversas, e elas reflectem o desejo dos homens e das mulheres de todos os tempos, de entrarem em relação com o Ser Absoluto. [...] Daqui iremos para os diversos lugares de oração. Cada religião terá o tempo e a oportunidade de se expressar no seu rito tradicional. Depois de cada um desses lugares de oração, nós caminharemos em silêncio até a praça inferior de São Francisco. Uma vez reunidos na praça, de novo cada religião terá a possibilidade de apresentar a sua própria oração, uma depois da outra (L'OSSERVATORE ROMANO, 1986, p. 1, n. 4).

Em suas palavras há um reconhecimento de que o ser humano sente a necessidade de relacionar-se com algo que lhe transcende. Esse “Ser Absoluto”, buscado por caminhos diferentes, parece, de alguma forma, ser o mesmo presente em cada religião com nomes diferentes. A pedagogia dos lugares determinados para a oração ajuda a compreender que o Papa quis levar as religiões a se sentirem responsáveis pela paz orando cada qual no rito próprio de sua tradição. O fato de poderem expressar-se cada um da sua maneira sugere a possibilidade do conhecimento mútuo e a oportunidade para a superação de eventuais preconceitos e intolerâncias.

Quanto à conclusão do evento, essa é realizada na praça inferior da Basílica de São Francisco. Declarando sua amizade e agradecimentos a todos os participantes, João Paulo II mostrou-se mais uma vez satisfeito pela realização do evento. Retomando a carta de São Paulo aos Efésios (2, 14), refere-se a Jesus Cristo afirmando: “Ele é a nossa paz!”. Assim, reforça sua identidade cristã perante as outras religiões. Mostrando a importância de cada um estar em seu lugar, fica acentuada a importância da convicção de fé para prática do diálogo inter-religioso: “É, de facto, a minha convicção de fé que me fez dirigir a vós, representantes das Igrejas Cristãs e Comunidades Eclesiais e das Religiões Mundiais, em espírito de profundo amor e respeito” (L'OSSERVATORE ROMANO, 1986, p. 4, n. 2). Nessa direção, Accattoli (1997, p. 139) reconhece como ponto central do encontro de Assis o momento

em que o Papa sublinha: “Repito aqui humildemente a minha própria convicção: a paz tem o nome de Jesus Cristo, mas, ao mesmo tempo e no mesmo espírito, estou pronto a reconhecer que os Católicos não foram sempre fiéis a essa afirmação”. Houve aqui um reconhecimento das falhas da Igreja, constituídas por homens e mulheres ao longo da história, que em vez de promoverem a paz, impulsionaram a violência. Numa perspectiva diferente, João Paulo II apresenta-se cada vez mais consciente da necessidade de estabelecer relações mais estreitas e dialógicas entre as religiões. Em sua compreensão,

Ou aprendemos a caminhar juntos em paz e harmonia ou andaremos à deriva e destruir-nos-emos a nós mesmos e aos outros. Esperamos que esta peregrinação a Assis nos tenha ensinado de novo a sermos conscientes da origem comum e do comum destino da humanidade. [...] Este Dia em Assis ajudou-nos a tornarmo-nos mais conscientes dos nossos compromissos religiosos (L'OSSERVATORE ROMANO, 1986, p.4, n. 5).

O Papa quis conscientizar os ouvintes sobre o valor de se caminhar unidos, suas palavras suscitam uma reflexão substancial sobre a origem e destino da humanidade, situação em que todos os seres humanos se podem encontrar, enquanto participantes de uma mesma natureza. Verifica-se que o encontro de Assis favorece aos participantes positiva reflexão sobre a responsabilidade que cada um precisa assumir frente aos grandes problemas que afetam a humanidade.

Seguindo na mesma perspectiva de oração pela paz, João Paulo II realiza um segundo encontro por ocasião dos 2000 mil anos do nascimento de Jesus Cristo. O evento ocorre no dia 24 de janeiro de 2002. A ideia de reunir as lideranças cristãs e não cristãs novamente em oração pela paz fez entender sua contínua preocupação com o futuro da humanidade. Vale salientar que no segundo encontro, o Papa amplia os convidados, incluindo lideranças das religiões africanas e xamânicas. Prolongando a experiência de 1986, realça o compromisso de todas as religiões na busca pela paz e destaca a necessidade de se pedir perdão a Deus pelos erros cometidos ao longo da história, como fruto do egoísmo humano⁴⁵. Essa constatação é evidente no seu discurso aos

⁴⁵ Discurso do Papa João II aos participantes no dia de oração pela paz, em Assis, 24 de janeiro de 2002, n.1. Disponível em:

participantes do encontro, quando declara: “Queremos oferecer nossa contribuição para afastar as nuvens do terrorismo, do ódio, dos conflitos armados, nuvens que nesses últimos meses se adensaram de modo particular no horizonte da humanidade”⁴⁶. Além de mostrar-se consciente do contexto social de sua época, é compreensível sua finalidade de apresentar ao mundo, através da oração e do relacionamento entre as religiões, uma nova fórmula, pela qual é possível a humanidade viver em paz e construir um mundo mais humano e fraterno. Mesmo ciente do bem que pode emergir desse projeto dialógico entre as religiões, o Papa reconhece que se trata de uma tarefa desafiadora e, por isso, declara: “É necessário ter humildade e coragem para percorrer este itinerário”⁴⁷. Isso revela, de certo modo, sua experiência pessoal e ao mesmo tempo sua disposição em continuar insistindo no caminho da unidade, do diálogo e, sobretudo, na abertura do ser humano a Deus, mesmo de forma diferente, como possibilidade para a paz. Ainda no mesmo discurso ele enfatiza:

[...] queremos mostrar ao mundo que o impulso sincero da oração não impele à contraposição e, menos ainda, ao desprezo pelo próximo, mas ao contrário, a um diálogo construtivo em que cada qual, sem ceder de qualquer maneira ao relativismo, nem ao sincretismo, torna ainda mais viva a consciência do dever do testemunho e do anúncio⁴⁸.

Nisto se reconhece, de maneira mais evidente, sua intenção de esclarecer que o caminho de aproximação entre as religiões, a oração e o diálogo são elementos positivos que podem impulsionar um modo mais solidário entre as religiões, sem ferir suas identidades.

Pode-se concluir que as Jornadas Mundiais de Oração pela Paz de 1986, assim como o encontro de 2002, realizados em Assis, indicam um novo horizonte na história da humanidade em direção à paz. A presença das diversas comunidades cristãs e representantes das religiões mundiais unidas pelo mesmo objetivo indica a possibilidade de um dia serem superados os preconceitos religiosos concretizados entre os povos ao longo da história. A iniciativa de João Paulo II demonstra à própria Igreja cristã católica a maneira

http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/2002/january/documents/hf_jp-ii_spe_20020124_discurso-assisi_po.html. Acesso em 01 de abril de 2012.

⁴⁶ Ibid.

⁴⁷ Ibid. n. 3.

⁴⁸ Ibid. n. 7.

como é preciso anunciar a mensagem de Jesus levando em consideração as mudanças da sociedade, abrindo caminhos novos onde o egoísmo e o terrorismo tendem a ser instaurados. Na mesma perspectiva, mostra ao mundo que as religiões precisam ser respeitadas e valorizadas em suas especificidades, uma vez que também comportam, em suas práticas, verdades que podem ser somadas às verdades do cristianismo em vista de um mundo mais solidário e justo.

Focalizando o aspecto espiritual do ser humano em suas formas mais diversas, os acontecimentos de Assis levam a entender a oração como uma das dimensões comuns às religiões, na qual todos podem encontrar-se reconhecendo sua origem e destinos comuns. Desse modo, João Paulo II sublinha uma força que é capaz de superar os limites dos seres humanos e aproximá-los entre si diante de causas que podem favorecer o bem de todos.

Os encontros inter-religiosos sinalizaram a existência de um Ser que transcende a história e os povos e pode intervir no curso da humanidade, ajudando-os a construir um mundo melhor, sem guerras, injustiças e preconceitos.

2.40 documento Diálogo e Anúncio

Emitido durante o pontificado de João Paulo II, o documento Diálogo e Anúncio (DA⁴⁹) torna-se relevante nesta pesquisa, tendo em vista o objetivo a que se propõe o presente capítulo: analisar a postura de João Paulo II frente ao diálogo inter-religioso.

Trata-se de um texto preparado pelo Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso, órgão da Cúria Romana, responsável pelos assuntos referentes à missão da Igreja em relação aos não cristãos. O documento é escrito na perspectiva do Concílio Vaticano II, mais especificamente, fazendo referência aos 25 anos da promulgação da *Nostra Aetate*, declaração conciliar que trata sobre a relação da Igreja com as outras religiões e seu dever de anunciar Jesus Cristo (NA 2). Além disso, há uma relação com o documento “A Igreja e

⁴⁹ A partir daqui, para se fazer referência ao documento, Diálogo e Anúncio, usar-se-á a sigla “DA”.

as outras religiões - Diálogo e missão”, emitido pelo Secretariado para os não cristãos a 10 de junho de 1985.

Vale salientar que a iniciativa de criar um setor na Cúria Romana, para tratar da relação da Igreja com os não cristãos, foi de Paulo VI, em 1964, intitulado: “Secretariado para os Não Cristãos” (DA 2). Em 1988, João Paulo II deu continuidade ao trabalho com um novo nome: “Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso”.

O DA, além da introdução e conclusão consta de três partes: diálogo inter-religioso, anúncio de Jesus Cristo e diálogo inter-religioso e anúncio. Para sua elaboração final, foram necessários vários estudos e discussões em assembleia, (1987 e 1990), quando então foi aprovado no último ano citado.

No documento, fora considerada a realidade da sociedade moderna, a qual impulsiona um novo horizonte na Igreja: a rapidez na comunicação, a mobilidade das pessoas, a interdependência e mesmo o pluralismo religioso (DA 4b).

Outra informação importante no texto diz respeito às divergências ocorridas a respeito do tema, sobre como entender o valor da mensagem evangélica diante do diálogo inter-religioso (DA 4c). Para tanto, observa-se que importantes orientações a respeito das indagações vieram através da encíclica *Redemptoris Missio*, de João Paulo II, promulgada a 7 de dezembro de 1990, onde o Papa esclareceu sobre o lugar do diálogo inter-religioso na missão da Igreja, segundo ele,

O diálogo inter-religioso faz parte da missão evangelizadora da Igreja. Entendido como método e meio para um conhecimento e enriquecimento recíproco, não está em contraposição com a missão *Ad Gentes*; pelo contrário, tem laços especiais com ela e é uma certa modalidade dela (RM 55).

Na perspectiva do documento, João Paulo II aparece como incentivador na elaboração do texto. Na mesma direção é mencionado o dia de oração pela Paz na cidade de Assis, a 27 de outubro de 1986, promovido por João Paulo II (DA 5). Desse modo, fica sublinhada a tentativa do Papa em esclarecer sobre o diálogo inter-religioso e anúncio de Jesus Cristo, atividades que não se contradizem na evangelização da Igreja (DA 6).

No que tange aos destinatários, a obra foi dirigida a todos, cristãos e não cristãos (DA 7). Observa-se que a intenção é tornar o documento conhecido

pelo maior número possível de pessoas e, nesse sentido, foram feitos alguns esclarecimentos quanto a termos usados no texto: “evangelização” aparece referindo-se “à missão da Igreja no seu conjunto” (DA 8). Continuando é lembrada a encíclica *Evangelii nuntiandi* de Paulo VI onde o termo significa: “Levar a boa nova a todas as parcelas da humanidade, em qualquer meio ou latitude, e pelo seu influxo, transformá-las a partir de dentro, tornar nova a própria humanidade” (EN⁵⁰ 8). E por fim, a evangelização sinaliza um “sentido lato, enquanto que o aspecto mais específico é apresentado com o termo anúncio” (DA 8).

A palavra “diálogo” comporta mais de um significado: no sentido antropológico, aparece indicando “comunicação recíproca”; “atitude de respeito e de amizade” (DA 9). Frente ao pluralismo religioso e com base no documento Diálogo e Missão, diálogo significa: “o conjunto das relações inter-religiosas, positivas e construtivas, com pessoas e comunidades de outros credos para um conhecimento mútuo e um recíproco enriquecimento” (DM 3)⁵¹. O termo diálogo não se restringe a questões doutrinárias ou teológicas, mas é apresentado num sentido amplo, favorecendo a relação positiva em nível antropológico e religioso.

“Anúncio” – sobre isso o documento é preciso ao afirmar que se trata da “comunicação da mensagem evangelizadora, o mistério da salvação realizado por Deus para todos em Jesus Cristo, como poder do Espírito” (DA 10).

Sobre a “conversão” é retomado o documento Diálogo e Missão, n. 37: “o retorno do coração humilde e contrito a Deus, com o desejo de lhe submeter mais generosamente a própria vida”. Para tanto, o significado do termo conversão depende do contexto onde for citado (DA 11).

Sobre as “religiões” e “tradições religiosas”: as religiões compreendem aquelas que estão ligadas à fé de Abraão e, no segundo caso, refere-se “às grandes tradições religiosas da Ásia, da África e demais Continentes” (DA 12). É feita uma distinção entre as diferentes religiões, contudo, o diálogo inter-religioso é sugerido a todas as religiões (DA 13).

⁵⁰ A partir daqui, para se fazer referência ao documento, *Evangelii Nuntiandi*, usar-se-á a sigla “EN”.

⁵¹ A partir daqui, para se fazer referência ao documento, Diálogo e Missão, usar-se-á a sigla “DM”.

Para tanto, o documento DA pode ser entendido como resultado do trabalho realizado pelo Pontifício Conselho para o Diálogo inter-religioso e a Congregação para a Evangelização dos povos (DA 3).

Na primeira parte do documento, é feita uma explanação sobre o diálogo inter-religioso. Inicialmente são sublinhados alguns critérios para uma avaliação positiva das outras tradições religiosas: conhecimentos teóricos, experiências práticas do diálogo inter-religioso, avaliação teológica das outras tradições religiosas (DA 14). Também é frisada a importância da sensibilidade aos valores espirituais e humanos presentes nas outras religiões (DA 14).

Como referência na explicação sobre o diálogo inter-religioso sobressai o Concílio Vaticano II, mais especificamente o número 22 da *Gaudium et Spes* (alegrias e esperanças), na qual foi reafirmada a salvação em Jesus Cristo e sua manifestação a todas as pessoas por caminhos diferentes (DA 15). Nessa lógica, também foram citados os Santos Padres da Igreja primitiva, na intenção de ilustrar a universalidade da ação de Deus entre as nações, como “Verdade” que ilumina a todos (NA 2); “sementes do Verbo” entre os povos (AG 11) e o “bem semeado” na humanidade (LG 17)⁵². Ainda se destacou, entre outros documentos do Vaticano II, é citado o (NA 2): “A Igreja Católica não rejeita o que é verdadeiro e santo em todas as religiões”. Nessa direção é reconhecida a presença de valores cristãos nas outras religiões.

No número 17, há um reconhecimento da ação do Espírito Santo que opera no mundo, conforme fora sublinhado pelo documento (AG 4): “não resta dúvida que o Espírito Santo já atuava no mundo antes da glorificação de Cristo”. Mesmo reconhecendo valores nas outras religiões, o documento não deixou de frisar que esses valores encontram sua perfeição e plenitude em Cristo.

Mesmo reconhecendo a aliança que Deus fez com a humanidade ao longo da história da Salvação (DA 19), no mesmo número é reafirmado o cumprimento final da história da salvação em Jesus Cristo, para todos os povos. A discussão histórica da salvação tem continuidade ressaltando-se a mensagem dos profetas, outro indicativo da universalidade da salvação, não obstante a consciência religiosa do povo de Israel, como povo eleito (DA 20).

⁵² A partir daqui, para se fazer referência ao documento, *Lumen Gentium*, usar-se-á a sigla “LG”.

No texto, destaca-se a contribuição do profeta Isaias, que escreveu: “Iahweh descobriu o braço santo aos olhos de todas as nações, e todas as extremidades da terra verão a salvação de nosso Deus” (Is 52, 10). Segundo o documento, a citação aponta a ação divina num horizonte que ultrapassa os limites geográficos de Israel (DA 20). Voltando-se para o Novo Testamento, o Diálogo e Anúncio apoiam-se nas atitudes de Jesus frente aos pagãos, onde Jesus reconhece ter encontrado gente de fé fora de Israel, como por exemplo, o Centurião romano: “Jesus ficou admirado e disse aos que o seguiam: ‘em verdade vos digo que, em Israel, não achei ninguém que tivesse tal fé’” (Mt 8, 10). Além desse episódio, são apresentados outros testemunhos em favor dos estrangeiros (Cf. Mc 7, 24-30; Mt 15, 21-28). O documento reconhece que Jesus abre um novo horizonte de relacionamentos (DA 21). Destaca-se também a contribuição do apóstolo Paulo na sua atividade missionária com os pagãos. Nessa direção é apresentado o discurso em Licaônia (At 14, 8-18) e no Areópago de Atenas (At 17, 22-34).

Ainda aludindo aos Santos Padres ou autores dos séculos II e III, fica acentuada sua relevância na reflexão teológica da história da Salvação, tendo em vista a plenitude dada com a Encarnação de Jesus Cristo (DA 25), perspectiva retomada pelo Vaticano II, prolongada no Magistério da Igreja e assumida com relevância pelo Papa João Paulo II, através de seus pronunciamentos e atitudes.

No que se refere ao lugar do diálogo inter-religioso na missão da Igreja, o documento mostra que existe um vínculo estreito entre Igreja e Reino de Deus, os dois encontram seu ponto de unidade em Jesus Cristo. Os membros de outras religiões são unidos a Igreja e a Cristo dado que, de algum modo, participam do Reino de Deus que transcende a Igreja (DA 35). Demonstra-se a necessidade de a Igreja assumir o diálogo como parte integrante de suas atividades, levando em consideração a relação que Deus estabelece com a humanidade ao longo da história (DA 38). Nesse ínterim, João Paulo II aparece como alguém que incentiva a Igreja a assumir o diálogo inter-religioso como intercâmbio de dons, testemunho recíproco dos diferentes credos e descoberta das convicções religiosas, sem descartar a possibilidade da conversão, mediante a livre consciência de cada pessoa (DA 41).

As formas de diálogo são baseadas no documento Diálogo e Missão de 1984 (DA 42), onde se acentua a importância do diálogo para o desenvolvimento integral da pessoa humana (DA 44). Sobre as culturas, o diálogo é apresentado com o objetivo de “eliminar as tensões e os conflitos, e eventuais confrontos, para uma melhor compreensão entre as diversas culturas religiosas existentes numa determinada região” (DA 45).

No que tange às disposições para o diálogo inter-religioso, focaliza-se a necessidade do equilíbrio acolhedor entre os que dialogam (DA 47); a convicção religiosa e reconhecimento dos valores das outras religiões (DA 48) e a abertura à verdade como valor que transcende o cristianismo (DA 49).

Ainda são reconhecidos no documento alguns obstáculos que podem impedir a realização do diálogo, tanto no nível antropológico como no teológico (DA 52), dentre eles, destaca-se a falta de compreensão sobre a natureza e objetivo do diálogo inter-religioso (DA 53). Contudo, esses obstáculos não devem ser causa de desânimo na prática do diálogo, tendo em vista os passos que já foram dados.

Na segunda parte do documento, a reflexão se refere ao anúncio de Jesus Cristo. Para fundamentar a responsabilidade dos seguidores de Jesus, no que tange ao anúncio do Evangelho, o documento se apoia nas citações dos evangelistas: Mateus (28,18-20); Marcos (16,15-16); Lucas (24, 46-48) e João (20, 21). Há também referência aos Atos dos Apóstolos (1,8), onde os discípulos receberam de Jesus a missão de continuar anunciando o Reino de Deus (DA 57). Nesse sentido, a Igreja também é apresentada com a responsabilidade de proclamar o Reino de Deus, anunciado por Jesus (DA 58), como continuadora da Missão recebida.

Sobre o conteúdo do anúncio o documento declara ser Cristo Ressuscitado. Faz referência a Pentecostes, pelo qual Pedro, apóstolo, anuncia Jesus às multidões (At, 2-36), assim como os outros seguidores do nazareno. Num segundo momento é realçada a pessoa de Paulo como anunciador de Jesus Crucificado (1Cor 1, 23. 2, 2). Destaca-se ainda a importância do auxílio do Espírito Santo no desenvolvimento do anúncio (DA 64). O número 66 enfatiza a exortação (EN 5) evidenciando o dever da Igreja de anunciar a mensagem do evangelho para a salvação dos povos, porém ainda é esclarecido que o anúncio precisa levar em consideração a realidade

do lugar e das pessoas para quem se dirige, reconhecendo os valores já presentes entre eles (DA 68). No texto, os anunciadores devem levar em consideração alguns aspectos importantes: a fidelidade à mensagem; humildade; respeito ao Espírito Santo, como agente principal na atividade de anunciar; o saber dialogar e saber inculturar-se na realidade dos ouvintes (DA 70).

Aprofundando sobre os obstáculos, eles foram divididos em internos e externos. Quanto aos internos, destacam-se: discrepâncias por parte dos anunciadores entre palavras e ações, negligência, falta de respeito pelos outros de tradições religiosas diferentes e atitudes de superioridade cultural (DA 73). Sobre os externos, apontam-se: as marcas negativas da história quanto à evangelização dos povos; o temor da destruição das religiões; a falta de respeito aos direitos humanos e suas práticas; a perseguição; a identificação da religião com a cultura nacional ou sistema político; a proibição legal da conversão e o perigo do indiferentismo, relativismo ou do sincretismo religioso (DA 74). Concluindo, reafirma-se a pessoa de Jesus Cristo, Filho de Deus, feito homem, morto e ressuscitado, como salvação de todos os homens, ápice e centro da evangelização (DA 75).

O terceiro tópico reflete sobre o diálogo inter-religioso e o anúncio. Os dois aspectos são evidenciados como atividades integrantes da ação evangelizadora da Igreja. Contudo, o primeiro é apresentado como meio de tornar Jesus Cristo conhecido e amado, e o segundo, como meio pelo qual se pode realizar o diálogo. Assim se compreende a estreita relação entre as duas atividades da Igreja.

Para a realização das atividades observam-se as circunstâncias nas quais as Igrejas estão inseridas, de modo geral (DA 78). Sublinha-se, ainda, a importância de a Igreja estender sua ação missionária a todo ser humano, inclusive os não cristãos, e permanecer aberta aos questionamentos que estes poderão levantar (DA 79). Segundo os indicativos do n. 80, o diálogo inter-religioso deve ser colocado numa perspectiva que transcenda a Igreja católica em direção às outras religiões. O anúncio de Jesus, segundo o documento, precisa ser compreendido num processo progressivo e com discernimento, a fim de se perceberem os valores e a presença de Deus em cada pessoa. Nesse sentido, acentua que a responsabilidade de anunciar e dialogar pertence

a todos os cristãos, visto que, no diálogo inter-religioso, “o processo dinâmico da missão evangelizadora da Igreja atinge o seu ápice e a sua plenitude” (DA 82). Compreende-se o diálogo entre as religiões, na perspectiva do documento, como meio de se vencer o medo e a agressividade e apresenta Jesus como exemplo.

O Diálogo e Anúncio oferecem forte contribuição na reflexão sobre o diálogo inter-religioso. Não obstante seu acento na pessoa de Jesus Cristo, em vários lugares do texto, deixando espaço para ambiguidades, sugere uma mudança de horizonte no cenário da Igreja frente às necessidades do mundo atual, sobretudo a diversidade religiosa, que tem marcado os diversos setores da sociedade. Longe de querer substituir o anúncio pelo diálogo inter-religioso, deixa esclarecida a importância de se dialogar em vista de uma sociedade mais humana, mais justa e mais fraterna.

Nos vários passos dados pelo Papa, conforme foram descritos, nota-se em seu procedimento, forte desejo de refazer as divisões que separam as religiões, cristãs e não cristãs. É relevante o modo como sabe reconhecer que as religiões em geral comportam verdades, valores espirituais e éticos que podem contribuir para um mundo melhor. Sobretudo os seus gestos o fizeram um verdadeiro “peregrino da paz”, da justiça e da solidariedade. É interessante como João Paulo II consegue perceber a realidade da sociedade em mudanças e aponta caminhos para que a humanidade não pereça frente às hostilidades do mundo, os preconceitos, a violência, o egoísmo. Sua postura é de quem acredita numa força que lhe transcende e convida todas as religiões a caminharem nessa mesma perspectiva, embora cada qual a seu modo. Nos vários pronunciamentos do Papa, em vários momentos, sobressai seu empenho por um mundo melhor, regido pelo diálogo fraterno, justiça e paz.

3 JOÃO PAULO II EM RELAÇÃO AO DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO: PARADOXOS, CONTROVÉRSIAS E CONTRIBUIÇÕES

Mesmo que o Papa tenha pontuado relevante reflexão no campo do diálogo, é de interesse ainda nesta pesquisa apresentar alguns posicionamentos que indicam certa contradição na sua ação, no se refere ao diálogo inter-religioso. Nessa ótica, dá-se atenção a vários autores que avaliam sua atuação, destacando algumas controvérsias, como consequência de seu avanço ao encontro das religiões; ambiguidades em alguns posicionamentos e, por fim, apresentar-se-á uma avaliação positiva de João Paulo II, como testemunho que aponta um novo horizonte na Igreja, diante das mudanças da sociedade moderna.

3.1 Uma visão geral sobre a declaração *Dominus Iesus*

A declaração “*Dominus Iesus*” é outro documento eclesial que suscita muitas críticas por parte de teólogos e outros estudiosos interessados pelo tema do diálogo entre as religiões. Refere-se a um texto emitido pela Congregação para a Doutrina da Fé, sobre a unicidade e universalidade salvífica de Jesus Cristo e da Igreja, datado de 6 de agosto de 2000. Tendo em vista a repercussão do escrito em vários setores eclesiais e fora destes, considera-se relevante apresentar uma visão geral sobre o texto.

Na introdução do documento, é lembrada a responsabilidade da Igreja continuar no mundo o mandato de Jesus, fazendo referência ao texto bíblico do evangelista São Marcos, que se refere à necessidade da fé ligada ao batismo para a salvação (Cf. Mc 16, 15-16). Em seguida, é transcrita a profissão de fé dos católicos, segundo a tradição aprovada no Concílio de Niceia (325) e Constantinopla (381), conhecido como credo niceno-constantinopolitano, como conteúdo fundamental da fé, o qual deve ser assumido e anunciado pelos cristãos católicos (DI 1).

Na primeira parte, é notável a intenção de colocar-se de forma rígida frente aos avanços teológicos no âmbito da teologia do pluralismo religioso que possibilitem questionamentos sobre a revelação plena de Deus em Jesus de Nazaré. Nisto o documento é determinante ao afirmar: “Para fazer frente a essa

mentalidade relativista, que se vai difundindo cada vez mais, há que reafirmar, antes de mais, o carácter definitivo e completo da revelação de Jesus Cristo” (DI 5). Portanto, a afirmação dirige-se na intenção de combater, segundo o documento, as teorias que vão de encontro à doutrina cristã que professa a revelação única e plena em Jesus. Não deixa abertura para se pensar outro tipo de revelação a não ser vinculada a Jesus.

Na segunda parte da declaração, encontra-se uma reflexão sobre o *Logos* Encarnado e o Espírito Santo na obra da Salvação. Na explanação, há uma tentativa de afastar as discussões que pretendem dar ênfase ao Jesus histórico e reconhecem no Verbo de Deus um potencial que transcende a Igreja Católica. Segundo a declaração, “não é compatível com a doutrina da Igreja a teoria que atribui uma atividade salvífica do *Logos* como tal na sua divindade, que se realizasse ‘à margem’ e ‘para além da humanidade de Cristo, também depois da encarnação” (DI 10). Observa-se que a pretensão foi reafirmar a unidade de Jesus dentro da Igreja católica.

Na terceira parte tratou-se de modo mais direto, da necessidade de se afirmar a unicidade e universalidade do mistério salvífico de Jesus Cristo:

É igualmente freqüente a tese que nega a unicidade e a universalidade salvífica do mistério de Jesus Cristo. Tal posição não tem nenhum fundamento bíblico. Deve-se ao invés, crer-se firmemente, como dado perene da fé da Igreja, a verdade de Jesus Cristo, Filho de Deus, Senhor e único salvador, que no seu evento de encarnação, morte e ressurreição realizou a história da salvação, a qual tem nele a sua plenitude e o seu centro (DI 13).

A reflexão sugere a impossibilidade de se ignorar que Deus salvou a humanidade unicamente por meio de Jesus. O aspecto cristológico acentua a fé da Igreja que acredita ser Jesus o centro de toda história humana.

Na quarta parte, declara-se a unicidade e unidade da Igreja. Reconhecendo o mistério de Cristo em estreita unidade com a Igreja, o documento afirma: “em relação com a unicidade e universalidade da mediação salvífica de Jesus Cristo, deve-se crer firmemente como verdade de fé católica a unicidade da Igreja por ele fundada” (DI 16). Portanto, as duas realidades, “unicidade de Jesus” e “unicidade da Igreja”, segundo a declaração se encontram no mesmo nível de verdade.

Na quinta parte, mostra a relação entre Igreja e Reino de Deus, afirmando que a Igreja precisa ser entendida como “germe e início” do Reino; como instrumento histórico que possibilita a união da humanidade com o divino; como povo reunido na unidade da Trindade (DI 18). Nessa perspectiva, foi realçada a íntima ligação entre Cristo, Igreja e Reino de Deus, constituindo uma realidade só, na qual a Igreja é compreendida como continuadora da mensagem de Jesus no mundo.

Sobre a salvação na Igreja e nas outras religiões, a declaração é enfática: “antes de mais, deve crer-se firmemente que a ‘Igreja, peregrina na terra, é necessária para a salvação” (DI 20). Quanto aos não cristãos, é citado o número 7 do decreto *Ad Gentes*, do Concílio Vaticano II, onde se afirma que a salvação dos não cristãos acontece por caminhos misteriosos conhecidos somente por Deus. Há um reconhecimento de valores nas práticas de outras religiões, mas, com relação à salvação, o documento sublinha que “não se pode ignorar que certos ritos, enquanto dependentes da superstição ou de outros erros (cf. 1cor 10, 20-21), são mais propriamente um obstáculo à salvação” (DI 21). Portanto é reafirmada a salvação somente na Igreja católica.

É importante destacar que o documento é concluído reafirmando a autoridade de Jesus sobre toda humanidade e a universalidade da história (DI 23). Trata-se de um texto profundamente cristocêntrico e eclesiocêntrico.

3.2 Avaliação sobre a *Dominus Iesus*

Costa (2009), na tentativa de afastar as críticas negativas direcionadas à declaração, chega a explicar algumas partes do texto. Sobre as críticas ao documento a respeito da não existência da salvação fora da Igreja católica, faz o seguinte comentário: “Esta declaração deu muito que falar na imprensa, em geral de modo negativo, afirmando-se que o Papa tinha dito que somente se salvaria quem fosse cristão católico. Claro que tal afirmação é falsa!” (COSTA, 2009, [s.p.]). Em seguida, mostra que o objetivo da declaração: “[...] era, na verdade, ‘recordar aos bispos, aos teólogos e a todos os fiéis católicos alguns conteúdos doutrinários imprescindíveis’ para a nossa fé católica apostólica” (COSTA, 2009, [s.p.]). A visão do autor faz entender a necessidade da Igreja de reafirmar aos seus membros sua doutrina e, portanto, uma orientação

voltada para questões internas da Igreja. No último parágrafo de seu texto, o autor reafirma que,

O documento da Santa Sé em nada quis ferir ou desmerecer nossos amigos de outras religiões não cristãs nem nossos irmãos cristãos de outras confissões. Simplesmente, como é dever do Papa, foi reproposta a fé perene da Igreja para dissipar algumas ambiguidades que circulam por aí (COSTA, 2009, [s.p.]).

Desse modo, fica compreendido que o propósito do documento é corrigir algumas teorias que sugerem uma nova compreensão a respeito do lugar das outras religiões no mundo, diante das quais a Igreja se sente ameaçada em sua identidade. Sobretudo, quando se trata das religiões como instituições que comportam verdades de fé, capazes de salvar seus membros, sem a mediação da Igreja Católica.

Como se pode verificar, segundo Teixeira (2010, [s.p.]), a “declaração significou um forte impacto. Na ocasião, as repercussões são muito negativas entre as instâncias que trabalham os temas do ecumenismo e do diálogo inter-religioso”. Isto pode ser entendido dentro de um contexto no qual vem se desenvolvendo a fim de promover cada vez mais a aproximação entre as religiões. No que concerne diretamente ao diálogo entre cristãos e não cristãos o autor sublinha que a Declaração *Dominus Iesus* “carece de um olhar mais ampliado sobre a positividade do pluralismo religioso. É um documento que se restringe a reinterpretar as teses tradicionais da Igreja católico-romana” (Ibid.). A limitação apresentada leva a entender que a abordagem do documento indica certo retrocesso por parte da Igreja, haja vista, os sinais de abertura na Igreja realizados por João Paulo II. Diante dessa situação, cabe uma indagação sobre os motivos que a Igreja tem para agir desse modo? Usando ainda a posição de Teixeira, a DI aponta na Igreja uma tendência a certo “entrincheiramento identitário”, a tentativa de se reafirmar cada vez mais na centralidade do anúncio da mensagem de Jesus. Por outro lado, expressa medo diante dos avanços epistemológicos da sociedade moderna. O “relativismo”, o “indiferentismo” são dois temas que questionam a postura doutrinal da Igreja católica (Cf. Ibid.). Teixeira é taxativo ao reconhecer que,

A forma como o documento trata as outras religiões é extremamente pobre, revelando uma teologia que não é capaz de ver no outro senão um momento de passagem para um

patamar mais elevado, que se arroga o espaço privilegiado para a autêntica experiência reveladora de Deus (Ibid.).

Segundo o que é mencionado, o objetivo da Igreja, no documento, ainda gira em torno da tentativa de converter os membros das outras religiões ao catolicismo. Quanto a ideia de superioridade sobre as outras religiões, ainda se insiste no argumento de que os não cristãos precisam voltar-se para o cristianismo, uma vez que se encontram em situações inferiores. Teixeira não nega o acento dialógico da declaração DI, mas mostra que o mesmo não representa consistência diante do assunto. Segundo ele, o diálogo aparece

Enfraquecido na compreensão mais profunda e digna, reduzido ao reconhecimento da 'dignidade da pessoa', dos interlocutores, sem, porém levar ao exercício essencial da humildade do 'reconhecimento' para poder se abrir ao patrimônio doutrinal do outro (Ibid.).

O diálogo é identificado como realidade fechada, marcada pela auto-suficiência eclesial. Desperta para a necessidade de uma experiência dialógica mais ampla, capaz de ultrapassar o simples relacionamento fraterno e abrir espaço ao reconhecimento dos valores patrimoniais espirituais do outro, no qual se podem haurir verdades semelhantes às verdades cristãs.

Segundo Suess (2005, p. 408), “nas sete afirmações destiladas da Declaração *Dominus Iesus*, essa procura separar o trigo, representado pela Igreja Católica, do joio, representado por outras religiões e denominações cristãs”. A apreensão indica divisão em vez de aproximação, representa o inverso daquilo que sublinha o Concílio Vaticano II, quando reconhece elementos positivos nas religiões não cristãs (OT 16; GS 92; AG 9; AG 18; NA 2) e no qual, também João Paulo II procura fundamentar seus escritos na direção do diálogo. Comentando sobre a salvação dos não cristãos, mediada pela Igreja Católica (DI 20b), Suess enfatiza:

A *Dominus Iesus* garante virtualmente a unicidade e unidade da Igreja Católica que não é um caminho entre outros, mas o único caminho de salvação. As religiões não são caminhos complementares a Igreja. Nessa perspectiva, deve-se interpretar a fórmula: fora da Igreja não há salvação (SUESS, 2005, p. 410).

Retoma-se a afirmação exclusivista apresentada no primeiro capítulo desta pesquisa. Esse tema da salvação nas outras religiões ainda requer maior

aprofundamento, mesmo que a Igreja tenha reconhecido verdades nas outras religiões, essas parecem ser incapazes de salvar seus adeptos. É perceptível que a Igreja oficial tem dificuldade em aceitar a ideia de “complementaridade”, uma vez que se entende como único meio pelo qual os homens podem salvar-se. Contudo, essa reflexão eclesial pode criar dificuldades diante da urgente necessidade de uma reflexão que contemple as religiões em geral. Como afirma Suess sobre a dimensão dialógica da declaração:

O diálogo inter-religioso parece um conchavo entre perdedores sem perfil eclesial e identidade. [...] Os autores da *Dominus Iesus* sabem do risco da violência inerente ao anúncio militante dos fundamentalistas. Não incentivam a violência, mas tampouco promovem a paz, ao apontar, basicamente, para aquilo que separa a Igreja Católica das religiões (SUESS, 2005, p. 411).

É evidenciada a ignorância dos responsáveis pelo documento, em relação ao contexto sociorreligioso atual, fato que sugere maior sensibilidade e respeito aos que possuem crenças diferentes. A referência ao discurso fundamentalista mostra os sérios desafios que a Igreja pode enfrentar ao permanecer fechada em suas convicções doutrinárias. Em sua explanação, o texto leva a entender a Igreja como instituição voltada para si, sem levar em consideração os riscos pelos quais passam os seres humanos diante de ideias exclusivistas.

Para Suess: “a *Dominus Iesus* reabilita argumentos e práticas missionárias da época colonial, sem explicitamente falar delas. É o método da substituição de ‘crenças’ pela ‘fé católica’” (Ibid.). O autor sublinha, portanto, o aspecto retrógado do documento que não leva em consideração as necessidades atuais para a evangelização e por se preocupar em declarar a superioridade da religião cristã católica sobre as outras.

Vários teólogos se pronunciam a partir da declaração *Dominus Iesus* frente à pluralidade das religiões no contexto atual.

Segundo Barros (2005, p. 13) a “*Dominus Iesus* não parece ter sido nenhuma coisa nem outra. Ela surpreendeu por vir na contramão do esforço de João Paulo II de fazer do Jubileu do ano 2000 um acontecimento ecumênico e encerrá-lo em um encontro inter-religioso”. Nessa discussão, o documento não condiz com a prática pastoral do Papa, tendo em vista sua postura durante seu pontificado, a qual aponta a necessidade da Igreja abrir-se para uma

convivência mais fraterna e dialógica com aqueles que professam uma fé diferenciada. Tratando mais especificamente sobre o tema da “unicidade e universalidade salvífica de Cristo e da Igreja” o autor reconhece que,

O próprio título do documento identifica a tal ponto o Cristo e a Igreja que usa para os dois (Cristo e Igreja) atributos iguais, sem quaisquer distinções: “unidade e universalidade salvíficas do Cristo e da Igreja”. Como se a mediação salvífica do Cristo e a da Igreja fossem da mesma natureza, supondo que esta a tenha e seja aquela através da qual o Cristo exerce a sua. Esta identificação simplista provoca o exclusivismo teológico e pastoral (Ibid.).

Com essa colocação, é levantada uma questão importante sobre a natureza da Igreja. O limite nesta visão encontra-se na forma reducionista de apresentar a Igreja católica como proprietária única da revelação cristã. A comparação aparece mais acentuada no número 16 do documento no qual se enfatiza: “[...] Cristo e a Igreja não podem confundir-se nem mesmo separar-se, constituindo ao invés um único “Cristo total”. Na visão do autor, a Igreja possui o seu valor, enquanto mediadora de valores cristãos, mas sem deixar de reconhecer que outros valores poderão emergir em culturas e religiões diferentes. Concluindo, o autor propôs um novo título: “a unicidade da vida e a universalidade do amor que Jesus Cristo testemunha ao reverenciar a presença divina no outro” (Ibid.). Esse seria, em sua visão, um tema que sugere uma visão mais aberta do cristianismo.

Boff (2005) faz uma análise da declaração principalmente no que tange a relação entre “Igreja de Cristo” e a “Igreja católica”. Para apresentar um argumento mais consistente, ele faz uma alusão ao que disseram os padres conciliares, na *Lumen Gentium*, n. 8:

A Igreja de Cristo se concretiza na Igreja católica, apostólica, romana. Mas não se exaure nesta concretização, pois ela, por causa das limitações históricas, culturais-ocidentais e outras, especialmente em razão das sombras e dos pecados presentes em seu interior [...] não pode identificar-se in todo, purê et simpliciter, sem resto, com a Igreja de Cristo (BOFF, 2005, p. 17).

Fazendo referência ao texto do Vaticano II, o autor parece pretender sublinhar a controvérsia da Declaração da Congregação para a Doutrina da Fé quando equipara a Igreja de Cristo e a Igreja católica. Nesta perspectiva, Boff sublinha a controvérsia fazendo a seguinte afirmação:

A distinção entre “est” e o “subsist in” feita pelos padres conciliares abriu caminho novo para o ecumenismo católico que não poderá mais ser fechado. O Card. J. Ratzinger no *Dominus Iesus* erroneamente usa o “subsist in” para fechar o ecumenismo católico aberto, reafirmar a identificação exclusiva da Igreja católica romana com a Igreja de Cristo e assim voltar aquilo que o Concílio quis superar, ao “est”, à identificação pura e simples, sem distinção (Ibid., p.20).

Nessa colocação, transparece que a interpretação exclusivista do documento diz respeito à postura teológica pessoal do Cardeal Ratzinger, na época prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé. O mesmo transparece ignorar aquilo que é apresentado e definido no Concílio Vaticano II sobre a Igreja e os valores salvíficos que transcende o Cristianismo católico. Nota-se que, na perspectiva de Boff, o Cardeal abre um caminho retroativo na Igreja contrariando as perspectivas abertas em direção aos não cristãos.

Ferraro (Cf. 2005, p. 31) analisa o desafio da fé cristã frente ao pluralismo religioso e afirma que o Vaticano II proporciona certa abertura ao diálogo ecumênico e inter-religioso, na mesma direção, João Paulo II realiza vários gestos que sinaliza sua adesão ao diálogo, em conformidade com as orientações do Concílio. Contudo, nas duas últimas décadas, observa-se um retrocesso nessa abertura dialógica, prejudicando o aprofundamento de questões vitais para a vivência da fé cristã em um contexto de pluralismo cada vez mais acentuado no mundo. Ferraro conclui que “depois de cinco anos, a *Dominus Iesus* continua exigindo reflexão cada vez mais aprofundada do desígnio salvífico de Deus. Os cristãos/ãs compreendem, cada dia mais, a necessidade do diálogo ecumênico e inter-religioso” (Ibid., p. 37). Portanto, não se pode dar por acabada a discussão acerca do assunto, mas é preciso compreender a atuação da Igreja dentro das situações históricas em que vivem os seres humanos e levar em consideração suas interpelações.

Fazendo uma análise hermenêutica da recepção da DI, Knitter (2005, p. 45) afirma:

O que os cristãos estão percebendo através da prática do diálogo está em tensão com a teologia das religiões que encontramos na DI e outros pronunciamentos oficiais do Vaticano. Tal tensão ainda que dolorosa, é também vivificante. A DI elaborada pelo Cardeal Ratzinger nos ajudou a ficarmos mais conscientes desta tensão.

Para o Knitter, assim como para outros autores, a DI não entra em sintonia com a discussão da teologia das religiões. Nesse sentido, fica ainda mais perceptível o aspecto divergente existente nos setores internos da Igreja, no que diz respeito às questões inter-religiosas. Outra opinião pertinente é a de Serna (2005). Em sua apreciação, tenta mostrar a disparidade entre o pensamento da Congregação para a Doutrina da Fé e a opinião dos membros da Igreja, em geral, que, conhecendo mais de perto a realidade dos tempos modernos, discordam de algumas posturas apresentadas pela DI. Tentando encontrar um significado para a não aceitação da declaração, o autor chega a declarar:

[...] não parece que a causa tenha sido um a 'ditadura do relativismo', senão uma oposição a uma outra ditadura, aquela das vozes que erigem-se em donas únicas da verdade, como únicos e autorizados intérpretes do Concílio Vaticano II, e como "Vox Dei" que não soube escutar previamente a "Vox Populi" (SERNA, 2005, p. 65).

É sentida a não aceitação das pessoas de dentro e fora da Igreja católica, como reação à postura auto-suficiente com a qual é escrita a declaração. A resistência das pessoas ao documento evidencia ainda que a Igreja continua mantendo, em alguns setores, posições consideradas "absolutas", que se tornam agressivas diante das mudanças da sociedade.

Ricard também reconhece o fechamento e a postura de superioridade, com a qual o documento é escrito em relação aos não cristãos e enfatiza mais uma causa, que, na sua visão, influencia a desvalorização das outras grandes tradições religiosas:

As grandes religiões estão fundamentalmente no Terceiro Mundo, especialmente o cristianismo, o islã, o hinduísmo, o budismo, o taoísmo e muitas outras. [...] A Europa tem perdido sua identidade cristã e é hoje um continente descristianizado. Por estas razões o diálogo inter-religioso adquire uma importância vital para o terceiro mundo. Este problema não existe para um documento totalmente eurocêntrico e romano (2005, p. 58, tradução nossa)⁵³.

⁵³ Cf. (Las grandes religiones están fundamentalmente m el Tercer Mundo, especialmente el cristianismo, el islam, el hinduismo, el budismo, el taoísmo e muchas otras. [...] Europa há perdido su identidad Cristiana y es hoy um continente descristianizado. Por estas razones el diálogo inter-religioso adquire una importância vital para o Tercer Mundo. Este problema não existe para um documento totalmente eurocêntrico y romano).

O posicionamento do autor torna-se pertinente para se compreender a realidade para a qual se direciona o documento. A situação do cristianismo varia de acordo com a realidade geográfica onde está inserido. É interessante essa diferença apresentada por Ricard sobre a Europa e os Países de Terceiro mundo. Fica compreendido que os responsáveis pelo texto da DI careceram de maior conhecimento sobre as realidades dos povos e suas religiões. Continuando no mesmo texto, o autor esclarece sobre a necessidade do diálogo inter-religioso nos Países de Terceiro Mundo:

No Terceiro Mundo o diálogo inter-religioso tem como temas “teológicos” as situações de guerra, fome, violência e a exportação colonial das grandes empresas transnacionais. Dialogamos sobre a riqueza humana, cultural e espiritual dos povos dos três continentes do Terceiro Mundo (Ibid., p. 59, tradução nossa)⁵⁴.

A necessidade do diálogo ultrapassa o tradicionalismo dogmático da Igreja. Nesse ponto, é compreendida sua urgência nos Países mais pobres, para que, entre as diferenças, haja respeito, compreensão e, juntos, os seres humanos possam viver em harmonia. A importância do diálogo se faz, ainda levando em consideração a dignidade da pessoa humana, suas tradições e crenças, aspectos relevantes para toda a humanidade. Ricard afirma que,

Muitos teólogos têm declarado que este documento tem sido um grave erro na Igreja católica. Eu quisera ir mais longe e afirmar que a DI fez visível a crise que vive atualmente nossa Igreja. Em forma mais específica creio que vivemos uma crise irreversível de um modelo determinado de Igreja. Esta crise é irreversível, por que só pode ser superada na construção de outro modelo de Igreja no interior da mesma Igreja católica (Ibid., p. 59, tradução nossa)⁵⁵.

Não obstante o reconhecer do fechamento do documento desperta os leitores para a necessidade de um novo paradigma na Igreja. Esse novo modelo deveria superar o tradicionalismo que tenta manter a Igreja fechada

⁵⁴ Cf. (En El Tercer Mundo El diálogo inter-religioso tiene como temas “teológicos” las situaciones de guerra, hambre, violencia y la explotación colonial de las grandes empresas transnacionales. Dialogamos sobre la riqueza humana, cultural y espiritual de los pueblos de los tres continentes Del Tercer Mundo).

⁵⁵ Cf. (Ya mucho teólogos han declarado que este documento há sido um grave error em la Iglesia católica. Yo quisera ir más lejos y afirmar que la declaración DI hace visible la crisis que vivi actualmente nuestra Iglesia. Em forma más específica creo que vivimos una crisis irreversible de um modelo determinado de Iglesia. Esta crise es irreversible, porque solo puede ser superada en la construcción de outro modelo de Iglesia al interior de la misma Iglesia Católica).

diante das interpelações da humanidade. Esse novo modelo, sem perder de vista as realidades fundamentais e internas da Igreja, precisa apoiar-se na Sagrada Escritura, na Tradição apostólica, no Vaticano II e nos Sínodos de Medellín e Puebla. Além desses o autor propõe uma teologia que reflita a partir das realidades dos Países mais pobres (Cf. Ibid.).

Vale salientar que as várias críticas feitas ao documento são indiretamente dirigidas a João Paulo II. Não obstante os aspectos positivos realçados sobre ele, verificam-se ambiguidades. Mesmo tendo realizado tantos gestos de abertura e acolhida, a DI aponta um caminho restrito para o diálogo com as religiões.

De um modo geral, são muitos os passos do Papa na direção do diálogo com as religiões, mas também é importante destacar que existem paradoxos. Nesse sentido, observa-se a mentalidade tradicionalista de alguns membros da Igreja, que tendem a inibir os avanços de João Paulo II na relação com os não cristãos.

Um posicionamento, como o da *Dominus Iesus* indica uma postura fechada na Igreja, uma vez que muitos sinais de abertura são pontuados nas atitudes de João Paulo II. Portanto, é relevante mencionar que as ações do Papa em direção ao Diálogo Inter-religioso pontuam mais abertura do que fechamento.

3.3 Controvérsias e ambiguidades das atitudes de João Paulo II frente às religiões

Não obstante o avanço da Igreja em direção ao diálogo entre as religiões, a postura de João Paulo II também atrai críticas, sobretudo por parte de alguns membros da Igreja, que, no decurso do tempo, assumiram posturas fechadas em relação aos avanços modernos e mesmo às novidades empreendidas pela Igreja em relação aos não cristãos.

Uma das controvérsias da Igreja em relação à postura de João Paulo II frente ao diálogo inter-religioso pode ser observada logo quando ele anuncia

seu projeto de oração para o dia mundial da paz. Segundo Lecomte (2005, p. 549),

No dia 25 de janeiro [1986], preparando-se para viajar para a Índia onde se encontrará com os mais altos dignitários hindus, muçulmanos, *sikkis* e budistas, o papa causa estupor no Vaticano ao anunciar uma iniciativa inédita e desconcertante: ele convida solenemente todos os líderes religiosos do planeta, cristãos e não-cristãos, para participar em outubro de uma jornada mundial de oração pela paz.

A reação desconcertante dos membros do Vaticano frente à decisão do Papa aponta neles a falta de preparação, diante da possível aproximação com as outras religiões. Opondo-se à ideia do encontro entre os líderes religiosos, demonstram suas limitações para tratar de assuntos que envolvam os não cristãos, tais atitudes revelam, ainda, suas disposições em permanecer fechados em suas convicções de superioridade e unicidade da Igreja alimentada ao longo dos séculos. Todavia, a atitude convicta do Papa quis mostrar aos membros da Igreja a necessidade de direcionar as atividades da Igreja pela via da superação dos preconceitos históricos, das divisões, proporcionando-lhe maior abertura para o diálogo frente ao cenário religioso mundial.

Tratando-se diretamente sobre o evento inter-religioso de Assis, nota-se que ele, tendo em vista sua expressividade mundial, suscita também posições antagônicas em vários níveis, provocando sérias reflexões:

Logo que o projeto vem a ser conhecido, muitos prelados da cúria se insurgem contra esse “sincretismo” que nada tem de católico, questionando-se, às vezes em voz alta: como poderia o papa orar em companhia de pessoas que adoram divindades estranhas ao cristianismo? A quem se haverá de estar orando? Como colocar o catolicismo no mesmo plano que o budismo e o animismo? Pode o sucessor de Pedro misturar-se, por uma questão de respeito por seus convidados, num grupo indistinto de líderes religiosos que por sinal, em sua maioria, não são do seu nível? Todas essas questões têm fundamento (LECOMTE, 2005, p. 550).

Ocorre inicialmente um comportamento incompreensivo sobre o verdadeiro significado do encontro por parte dos prelados. No posicionamento contra o possível “sincretismo”, fez entender o medo de que a Igreja viesse a misturar-se com os não cristãos perdendo sua identidade. As indagações apresentam uma ideia de rejeição aos que professam a fé num deus diferente

do Deus cristão indicando a falta de conhecimento sobre as realidades das religiões e suas crenças. Ainda acenam a possibilidade do Papa perder-se na oração cristã, dirigindo-se a deuses diferentes em meio às influências dos não cristãos, como se o sucessor de Pedro não tivesse segurança suficiente de se manter integralmente na sua convicção cristã. Na visão dos que discordavam do Papa na Cúria, tanto a Igreja como o Papa são colocados acima de todas as outras tradições religiosas, reduzindo os líderes presentes a uma categoria de inferioridade.

Os questionamentos levantados são assumidos pelo Papa como pertinentes e o levaram a encarregar um Cardeal da Cúria Romana para aprofundá-los. Na ocasião, o Cardeal Roger Etchegaray, presidente da Comissão Justiça e Paz, fica incumbido de estudar sobre as questões e apresentar possíveis respostas às indagações (Cf. Ibid.). Contudo, pode-se dizer que o Papa não espera passivamente pelas eventuais respostas. Enquanto se realizam as discussões em busca de uma compreensão mais ampla sobre o assunto, João Paulo II se prepara para colocar em prática o seu projeto de oração. Accattoli (1999, p. 212) comentando sobre o acontecimento, chega a declarar que “a ofensiva interreligiosa de João Paulo II surpreendeu os observadores e até os colaboradores da Cúria romana”. E, continuando no mesmo texto, destaca-se a opinião do Cardeal Joseph Ratzinger⁵⁶, que também se revela incomodado diante das intenções do Papa, no campo inter-religioso. Segundo o autor, o Cardeal Ratzinger reconhece no comportamento de João Paulo II uma “ênfase excessiva aos valores das religiões não-cristãs” (Ibid.).

Faustino Teixeira, num artigo intitulado o “paradigma de Assis”, também comenta sobre os temores e reações ao evento. Segundo ele, o maior temor repousa no medo de que o encontro viesse a se tornar um sincretismo religioso. A situação é observada já no momento em que o Papa anuncia seu propósito para o dia de oração, conforme é mencionado neste capítulo. Teixeira ainda sublinha que “outras críticas mais sutis vieram de setores da cúria romana, igualmente insatisfeitos com o significado e as repercussões do evento” (Cf. TEIXEIRA, 2010, [s.p.]). Compreende-se a insatisfação de alguns

⁵⁶ Atualmente Bento XVI, Papa da Igreja Católica.

colaboradores do Papa em direção ao sincretismo, evidenciando insegurança e, medo da repercussão que o acontecimento pode sublinhar dentro e fora da Igreja católica. Segundo Svidercoschi (2011, p.101),

Tratou-se provavelmente da decisão mais audaz, mais corajosa, de João Paulo II. E também a mais discutida, a mais contestada, inclusive por parte de cardeais renomados, pelo temor de que essa iniciativa acabasse produzindo sincretismo ou mal – entendido entre o povo cristão.

É relevante frisar o aspecto corajoso do Papa que não se limita àquilo que já vem sendo afirmado pela Tradição da Igreja, mas provoca um novo horizonte na Igreja, mesmo enfrentando resistências dentro da própria instituição. Contudo, seu testemunho revela sua intenção de avançar no campo do diálogo, sugerindo uma maior inserção da Igreja nas situações emergentes da sociedade e, sobretudo, seu compromisso diante das grandes causas que ameaçam o processo vital da humanidade.

Outro acontecimento importante, na linha das controvérsias, é a explicação de João Paulo II aos membros da Cúria Romana, no dia 22 de dezembro de 1986, por ocasião do encontro inter-religioso de Assis.

Em seu discurso, o Papa, além dos cumprimentos natalinos aos presentes, cita o evento de Assis pela sua expressividade popular e religiosa. Durante seu discurso, insistiu na importância da oração como caminho para a paz no mundo e como motivo principal do encontro. Além disso, destacam-se, em sua fala, de maneira explicativa, as bases onde ele se apoia para a realização do evento: os ensinamentos do Concílio Vaticano II, a revelação bíblica da criação, como unidade originária da pessoa humana e a redenção, como elementos que indicam a unidade da humanidade, e o plano salvífico de Deus pela encarnação de Cristo⁵⁷. Parte do discurso revela sua convicta consciência sobre a importância do diálogo entre as religiões:

O evento de Assis pode muito ser considerado como uma ilustração visível, uma classe de coisas, uma catequese de todo inteligível, do que significa e exige o compromisso com o diálogo ecumênico, inter-religioso recomendado e promovido pelo Vaticano II⁵⁸.

⁵⁷ Discurso do Papa João Paulo II à Cúria Romana para cumprimentos de Natal, 22 de dezembro de 1986, n. 2;3;4. Disponível em:

<http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1986/december/documents/hf_ip-ii_spe_19861222_curia-romana_it.html> Acesso em 30 de mar de 2012.

⁵⁸ Ibid., n. 7

Nessa perspectiva, o evento indica a atualização das orientações do Vaticano II. Portanto, não se trata de uma iniciativa individual do Papa, mas de um compromisso para o qual toda Igreja é chamada a assumir, em conformidade com as orientações conciliares. Além do Vaticano II, João Paulo II esclarece a não “confusão e sincretismo” do evento e realça o significado e o valor das religiões não cristãs⁵⁹. Por outro lado, o acontecimento de Assis também indica um momento de grande importância no seu pontificado, demonstrando seu empenho em mostrar ao mundo o valor do diálogo entre a diversidade de crenças presentes na sociedade. Vale salientar, ainda, o discurso de João Paulo II ao corpo diplomático acreditado junto à Santa Sé, no qual ele defende a legitimidade do Encontro de Assis, a 10 de janeiro de 1987, por ocasião da troca de cumprimentos do ano novo. Diante das autoridades presentes o Papa, retoma aspectos importantes para se alcançar a paz: a oração como “símbolo da unidade da humanidade”, por meio da qual é possível afastar do coração humano o egoísmo, a agressão, a ganância e, ao mesmo tempo pode levar à conversão do coração humano; a paz como “realidade de natureza ética”, nessa direção lembra que a importância do respeito em todos os direcionamentos da vida humana e como caminho para a paz; o diálogo como requisito importante nas relações diversas do mundo e a fraternidade como imperativo significativo para se afastar a competição, o poder, e a guerra. Do mesmo modo, ele destaca a solidariedade como chave para a paz, por meio da qual a humanidade pode afastar do seu meio a violência sem sentimentos de derrota⁶⁰. É relevante destacar parte do discurso em que o Papa é explícito na sua defesa sobre do encontro de Assis:

Da parte dos representantes das grandes religiões, não se tratava mais de negociações de convicções de fé para se chegar a um consenso religioso sincrético. Mas para olhar junto ao mesmo, tão desinteressado, objetivo fundamental da paz entre os homens e entre os povos. [...] a oração é o primeiro dever dos homens religiosos, sua expressão típica⁶¹.

⁵⁹ Ibid., n. 9

⁶⁰ Discurso do Papa João Paulo II ao corpo diplomático acreditado junto a Santa Sé para troca de cumprimentos de ano novo, 10 de janeiro de 1987. Disponível em: <http://www.vatcan.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1987/january/documents/hf_jp_ii_spe_19870110_corpo-diplomatico_it.html>. Acesso a 1 de abr de 2012.

⁶¹ Ibid., n. 3: (Da parte dei reppresentanti delle grnadi religioni non se trattava più de negoziare delle convinzioni de fede per giugere a um consenso religioso sincretista. Ma de guardare, insieme nello

O Papa volta à temática do sincretismo religioso na tentativa de mostrar aos participantes que o objetivo do encontro não é negociar a fé, ou misturar as crenças, mas de orar pela paz, como impulso que se encontra intrinsecamente ao ser humano, independente de sua religião e que é comum a todos que estão ligados a um Ser transcendente.

Retomando alguns episódios do Papa, já apresentados neste trabalho⁶², Svidercoschi (2011) apresenta alguns comentários pertinentes que indicam sua abertura às questões inter-religiosas. Inicialmente, o autor retoma o encontro com os muçulmanos em Casablanca, a 19 de agosto de 1985 e comenta:

Foi o único encontro de massa que o Papa conseguiu ter com o mundo muçumano durante seu pontificado. Mas de certa forma representou um momento decisivo na estratégia Wojtyliana, voltada a fazer com que as religiões recuperassem especialmente a religião cristã, uma de suas funções fundamentais: ser lugares de pacificação e de crescimento de uma real solidariedade entre os povos (SVIDERCOSCHI, 2011, 95).

Há um reconhecimento positivo da atitude de João Paulo II, tendo em vista o modo como ele contribui para o relacionamento mais pacífico com os muçulmanos e mostra a importância das religiões se envolverem com os problemas que comprometem a paz e a solidariedade entre os seres humanos. Mostra que essa atividade dialógica precisa ser assumida de forma primordial nos projetos das religiões, a fim de se promover entre os seres humanos caminhos mais eficazes de assistência à vida e na construção de um mundo humanizado e pacífico. Ainda na visão do mesmo autor, no referido encontro, com os 80 mil jovens muçulmanos, “o Papa havia desenhado o modelo de ‘convivência’ que deveria nortear as relações entre as religiões. Cada uma, obviamente, conservando a sua própria identidade espiritual. Mas sem rivalidade” (SVIDERCOSCHI, 2011, p. 98). É cabível observar a temática da identidade, como realidade que é sempre respeitada nos pronunciamentos do Papa, em relação às religiões. Esse aspecto vem sendo destacado em vários momentos dos pronunciamentos de João Paulo II, torna-se óbvia a sua

stesso momento, in modo disinteressato, all'obiettivo cruciale della pace tra gli uomini e tra i popoli. [...] La preghiera è il primo dovere degli uomini religiosi, la loro espressione tipica).

⁶² Ver item 2.2.

preocupação com as religiões, sua intenção pretende possibilitar a boa convivência entre os seres humanos como indicativo importante para a paz.

Outro significativo gesto que pode ser destacado é a visita de João Paulo II à sinagoga de Roma, tendo em vista os vários séculos de separação entre as duas tradições: judaica e cristã. Segundo Svidercoschi (2011, p. 99), “aquele gesto queria justamente ser um gesto de reparação e ao mesmo tempo de solidariedade”. Transparece a intenção de refazer a história relacional entre as religiões. Por outro lado, compreende-se que a aproximação com os judeus não é tão fácil; em alguns momentos, o Papa enfrenta alguns mal entendidos. Segundo Geffré (2004, p. 184), “desde o pontificado de João Paulo, caberia citar um certo número de declarações muito importantes e diversos eventos que afetaram diretamente as relações entre a Igreja e o judaísmo, tanto para o bem, como para o mal”.

Segundo o livro “A história de João Paulo II - o vaticano e o papado” (1997, p. 68), embora tenha havido entusiasmo e abertura por parte do Papa em direção aos judeus, alguns posicionamentos suscitam tensões.

Para a comunidade judaica internacional, o Papa não só é chefe da Igreja Católica, em nome da qual são cometidas várias perseguições aos judeus, como, além do mais, ele é polonês, originário do país que mais sofre as barbaridades nazistas e cuja comunidade judaica foi quase totalmente dizimada durante a chamada “Solução Final”⁶³.

Entendem-se duas realidades interessantes na relação de João Paulo II com os judeus: enquanto chefe da Igreja cristã católica está ligado a uma instituição que persegue os judeus, tendo em vista sua falta de aceitação a Jesus de Nazaré como o Messias. Mas por outro lado, mesmo que o Papa se tenha colocado contra o antissemitismo, e contra as atrocidades cometidas pelos nazistas ao povo judeu, parece não ser suficiente para apagar uma realidade histórica vivida pelo Papa na Polônia, sua terra natal, onde muitos judeus foram sacrificados. Contudo, é importante destacar o esforço de João Paulo no intuito de aproximar o Cristianismo do Judaísmo. Mesmo enfrentando obstáculos, ele não desiste de dar passos nessa direção, tentando criar uma

⁶³ O termo “Solução Final” foi usado para se referir ao plano de aniquilação total do povo Judeu, e não se sabe ao certo quando os líderes da Alemanha Nazista decidiram implementá-la. Disponível em: <<http://www.ushmm.org/wlc/ptbr/article.php?ModuleId=10005151>>. Acesso em 5 de dez. 2011.

relação mais fraterna com o povo que compartilha da mesma experiência de fé dos patriarcas.

Geffré (2004, p. 184) indica algumas situações que provocam certa tensão entre cristãos e judeus: primeiro a tentativa de se construir um Carmelo em *Auschwitz*, o reconhecimento do estado de Israel pelo Vaticano, em 1993, e, mais recentemente, no mês de março de 1998, o documento sobre a *Shoah*, “Nós recordamos: uma reflexão sobre a *Shoah*”⁶⁴. Sobre esses acontecimentos existe uma substancial contribuição na obra de Lecomte (2005, p. 556 - 580).

Leonardo Boff, numa entrevista exclusiva ao Estado de São Paulo, interrogado sobre o pontificado de João Paulo II, chama a atenção sobre algumas características de sua personalidade. Segundo o autor,

Como pastor era aberto e buscava o diálogo com todos comparecendo como uma figura de pai benevolente [...], Como profeta, homem da palavra escrita e falada e mais ainda dos gestos simbólicos, surge como duro e inflexível em seu ensinamento⁶⁵.

A afirmação de Boff reconhece a capacidade de João Paulo II de estar disponível a dialogar com todos que dele se aproximam ou que ele possa ir ao encontro. Sua disposição de acolher sem preconceito deixa para cristãos e não cristãos o exemplo de alguém que se fez pastor e pai. Contudo, é feita uma referência a sua dureza e inflexibilidade. Embora transpareça certa ambiguidade na postura do Papa, isso aparece na maneira como ele, muitas vezes, se pronuncia frente a questões doutrinárias e mesmo aspectos teológicos. Contudo, essa situação não impede sua atuação no campo do diálogo, pode-se dizer que João Paulo II estabelece novas relações e indica caminhos para se alcançar a paz entre os povos.

Não obstante as dificuldades ocorridas, compreende-se, em conformidade com o pensamento de Accattoli (1999, p. 201), que “foram muitos os passos dados João Paulo II para o encontro com os judeus, desde a sua visita a Sinagoga até hoje e, no entanto, o percurso não se completou ainda”. Isso revela que houve indicativos positivos por parte do Papa. E, ainda nessa direção, pode-se ressaltar a reflexão de Svidercoschi (2011, p. 100):

⁶⁴ Documento emitido a 16 de março de 1998, pela Comissão para o Diálogo Religioso com o judaísmo.

⁶⁵ BOFF, Leonardo. Entrevista exclusiva ao Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://leonardoboff.com/papa/questoes-atuais.html>>. Acesso em 21 de nov. de 2011.

Só um papa como ele podia encontrar na memória histórica e na herança da sua pátria a inspiração para pronunciar palavras tão diferentes, profundamente diferentes, das que foram ditas durante séculos pela Igreja Católica. Palavras duras sobre responsabilidades dos próprios cristãos no Shoah. Palavras severas, definitivas, para “purificar o ensinamento do Catolicismo sobre o Judaísmo e os judeus”. Palavras novas, decididamente novas, para dar impulso ao processo de reaproximação e, conseqüentemente, à compreensão recíproca e à colaboração ativa entre judeus e cristãos.

Diante de tais colocações, não se pode negar que o Papa busca, durante seu pontificado, aproximar o cristianismo do judaísmo, apontando caminhos pelos quais a Igreja pode continuar caminhando na direção do diálogo com o povo semita e procurando desfazer as rivalidades históricas que marcam negativamente a trajetória dos dois povos.

Mesmo não tratando diretamente do tema: diálogo inter-religioso considera-se relevante pontuar o desempenho de João Paulo II no campo do diálogo ecumênico. Nessa direção vale a pena ressaltar a opinião de Svidercoschi (2011, p. 96):

Para começar, era evidente a intenção de que este diálogo não deveria simplesmente consistir no encontro de duas Igrejas no meio do caminho que as separa – sendo, assim, o resultado dos respectivos compromissos assumidos, - mais que deveria ter como ponto de partida o patrimônio comum da fé.

Há uma referência importante àquilo que é comum às Igrejas cristãs: sua fé e adesão à proposta evangélica de Jesus de Nazaré. Segundo o autor, a aproximação de João Paulo II aos cristãos separados faz perceber sua capacidade de interagir com todos, inclusive com os que professam a fé em Jesus, embora sigam caminhos diferentes em nível de liturgias e ações espirituais. Contudo, compreende-se ainda que o posicionamento do Papa nessa dimensão dialógica abre um novo itinerário capaz de permitir as Igrejas cristãs a unidade, tendo em vista a necessidade de se construir um mundo melhor, sem violência e divisões. A aproximação entre as instituições cristãs é colocada aqui como resultado último das atividades realizadas em unidade.

Na direção das apreciações positivas, encontra-se também a visita de João Paulo II à Mesquita, a 6 de maio de 2001, na cidade de Damasco. O acontecimento sublinha mais um importante passo em direção aos muçulmanos e, ao mesmo tempo, sugere aos cristãos nova atitude. O gesto do

Papa faz entender a importância do diálogo para uma civilização mais pacífica. Além disso, João Paulo II passa a ser reconhecido como alguém que enfatiza o princípio entre as religiões durante sua trajetória como chefe da Igreja Católica (Cf. SVIDERCOSCHI, 2011, p. 104-105).

Além dos gestos e posturas diversas de João Paulo II, também são emitidos alguns documentos do Magistério durante seu pontificado quando foi possível observar algumas ambiguidades frente ao diálogo: o documento “Diálogo e Anúncio” revela, conforme é analisado no segundo capítulo deste trabalho, a consciência do Papa em relação ao modo como a Igreja deve comportar-se frente à coexistência das religiões na sociedade e do mundo. Teixeira (1995, p. 178), analisando o documento, chega a afirmar que ele, “constitui, de fato, um marco de grande importância na caminhada da Igreja para uma perspectiva dialogal. Uma demonstração viva de que a identidade dos cristãos se afirma na relação de diálogo”. Nessa perspectiva, sublinha a abertura da Igreja através de um texto oficial no qual se traduz positivamente certo avanço eclesial, na tentativa de criar espaço para um relacionamento mais positivo entre povos. É relevante evidenciar em conformidade com o autor, que o diálogo é capaz de levar os cristãos a se posicionarem com mais firmeza, sem fragilizar sua identidade religiosa. Assim, permite-se entender o diálogo entre as religiões de maneira mais ampla, onde no qual cada um precisa sentir-se respeitado e acolhido em sua individualidade. Para Teixeira,

O documento Diálogo e Anúncio está mais em sintonia com a reflexão teológica atual, assumindo uma perspectiva cristocêntrica e entendendo a missão da Igreja no quadro de uma compreensão ampla da evangelização, que inclui como dimensões constitutivas o diálogo inter-religioso e o testemunho da promoção da justiça, sem negar o conteúdo da missão (Ibid., p. 186).

A apreciação ressalta a forma atualizada em que se encontra o documento, reconhecendo a pertinência de sua informação dentro do quadro social atual, para o qual o texto torna-se relevante. Além disso, focaliza-se o acento cristológico do texto, algo que leva a entender a reafirmação da Igreja em relação ao conteúdo do anúncio. Contudo, transparece a capacidade de ampliar a ação evangelizadora, levando em consideração não somente o diálogo, como parte constitutiva da missão da Igreja, assim como o empenho nas causas sociais, sobretudo no campo da justiça.

Segundo Frisotti (Cf. 1996, 33), o documento não é tão aberto, conforme a análise de alguns autores. O autor reconhece que o texto retoma temas do “Diálogo e Missão”, emitido em 10 de junho de 1984, pelo Secretariado para os não cristãos. Entretanto, mesmo retomando assuntos do documento que lho antecede, verificam-se, segundo ele, posturas fechadas, sobretudo ao reafirmar a centralidade no anúncio de Jesus Cristo e a necessidade do batismo para o ingresso na comunidade cristã. Com isso, não é ignorada a abertura do Papa em relação aos não cristãos, apenas quis levantar um questionamento sobre o enfoque muito acentuado do documento no anúncio de Jesus Cristo e a conversão.

Alemany (Cf. 2001, p. 92, et. seq.) faz uma apreciação de alguns documentos de João Paulo II demonstrando o desejo do Papa de impulsionar na Igreja a temática sobre o diálogo: na *Redemptor Hominis* (1979), reconhece uma fixação muito mais acentuada na valorização das religiões como tais, enquanto portadoras de elementos positivos, do que mesmo no próprio diálogo; sobre a *Redemptoris Missio* (1990), para o autor, trata-se do documento mais importante por valorizar as religiões e o diálogo entre elas; na *Tertio millennio adveniente* (1994), João Paulo II convida a Igreja a celebrar o novo milênio focalizando sua atenção em Jesus Cristo, como único mediador entre Deus e a humanidade (n. 38); na *Ecclesia in África* (1995), foi possível observar, especificamente na terceira parte, uma referência ao diálogo ligando-o à cultura onde se misturam os costumes, as festas e as experiências religiosas em geral; na *Vita consecrata* (1996), verifica-se que não há uma reflexão mais acentuada, as religiões são postas em nível secundário. Há uma indicação à vida contemplativa, frente à pluralidade das religiões. Por fim, na *Ecclesia in Ásia* (1999), onde pode-se encontrar uma reflexão apoiada em documentos anteriores sobre o diálogo inter-religioso.

Além dessas observações, Alemany faz ainda uma avaliação da pessoa de João Paulo II e do seu pontificado:

Poderíamos sintetizar a postura que assumiu João Paulo II, e que seu magistério deseja inculcar nos membros da Igreja, como: respeito frente às religiões, atenção receptiva a seus valores e contribuições, unidos indissolivelmente a obrigação

cristã de confrontá-las com a proclamação do evangelho de Jesus⁶⁶.

Para tanto, destaca-se o comportamento positivo do Papa, no que se refere ao modo como ele se posiciona frente à Igreja, levando-a a assimilar os problemas da sociedade moderna e apontando a necessidade de se criar uma nova maneira de evangelização. Pretende mostrar, ainda, a responsabilidade com a qual a Igreja precisa redescobrir os valores positivos das outras religiões, assim como as contribuições que elas podem oferecer ao cristianismo. No entanto, essa abertura, segundo Alemany, não deve permitir o afastamento da mensagem de Jesus, mas deve-se mantê-la como um modelo positivo que permite uma análise dos valores e limites presentes nas outras tradições religiosas.

3.4 Uma avaliação positiva da atuação do Papa João Paulo II

Conforme se pode observar no segundo capítulo, o Papa João Paulo II, ao longo de seu pontificado, demonstra notável empenho no campo do diálogo inter-religioso. Os vários gestos e discursos sinalizam sua intenção de inserir a Igreja em um novo processo de evangelização, levando em consideração a realidade social moderna na qual é possível verificar avanços e limitações. Diante das várias necessidades pelas quais passam os seres humanos, o Papa justifica a relevância das religiões manterem-se unidas na resolução de problemas que afetam a dignidade da pessoa humana. O diálogo apresentado por João Paulo II ainda sugere a superação de divisões, intolerâncias e preconceitos vivenciados entre as diferentes religiões, ao longo da história.

Nessa perspectiva observar-se-á a opinião de alguns autores que emitem juízos positivos sobre a contribuição de João Paulo II em sua relação com as religiões. Teixeira (2005, p. 6), escrevendo sobre os 25 anos do pontificado de João Paulo II, afirma que “os gestos de abertura do papa incidem sobre duas questões particulares: o testemunho em favor da paz e a abertura ecumênica e inter-religiosa”. Para o reconhecimento da atuação do Papa nas referidas áreas

⁶⁶ Cf. (Podríamos sintetizar la postura que asume Juan Pablo II, y que su magisterio desea inculcar a los miembros de la Iglesia, como: respeto ante las religiones, atención receptiva a sus valores y aportaciones, unidos indisociablemente a la obligación Cristiana de confrontarlas con la proclamación Del evangelio de Jesús).

do diálogo inter-religioso foi destacado mais pelo impacto dos seus gestos, de modo que a realidade gestual de João Paulo II desperta curiosidade durante seu pontificado. O próprio Ratzinger (2000, p. 10) escreve: “quem se der ao trabalho de estudar atentamente todos os escritos do papa João Paulo II logo entenderá que ele sabe diferenciar muito bem as opiniões pessoais de Karol Wojtyla e o seu ensinamento magisterial como papa”. Com isso, o Cardeal acena sobre a possibilidade de se perceber certa distinção entre as atividades papais e as atitudes de Karol Wojtyla, enquanto homem inserido na sociedade com seus anseios e projetos. Contudo, não nega sua capacidade de conduzir seus trabalhos, deixando refletir sua firme personalidade: “ele sabe reconhecer também que as duas coisas são reciprocamente heterogêneas, mas refletem uma única personalidade embebida na fé da Igreja” (Ibid., p. 10). Nessa visão, o Papa demonstra sua capacidade de conduzir a Igreja harmonizando seus objetivos pessoais às atividades do Magistério tradicional da Igreja.

Segundo Alemany, “O pontificado de João Paulo II vem marcar um novo avanço pelo que indicam as tomadas de postura do magistério da Igreja em torno das religiões e no diálogo do cristianismo com elas” (2001, p. 89, tradução nossa)⁶⁷. Mesmo que tenham ocorrido outras manifestações sobre o diálogo antes de João Paulo II, é cabível dizer que o referido Papa, através de suas atividades pontificais, proporcionou maior abertura do cristianismo católico em direção às outras religiões. Ainda em conformidade com o pensamento de Alemany,

A multiplicação de suas viagens apostólicas, e concretamente a países de minoria cristã, com os conseguintes encontros com massas ou representantes de outras religiões, ou também com católicos necessitados de uma palavra de ânimo e orientação frente às dificuldades causadas por sua imersão nesse contexto não cristão, tem criado uma circunstância sumamente favorável para multiplicar em semelhante proporção as declarações em torno da visão das religiões desde o catolicismo (tradução nossa)⁶⁸.

⁶⁷ Cf. (El pontificado de Juan Pablo II va a marcar un nuevo avance por lo que respecta a las tomas de postura del magistério de la Iglesia em torno a las religiones y al dialogo Del cristianismo com ellas).

⁶⁸ Cf. (La multiplicación de SUS viajes apostólicos, y concretamente a países de minoria Cristiana, com los conseguintes encuentros com massas o representantes de otras religiones, o también com católicos necessitados de una palabra de ánimo y orientación ante las dificultades causadas por su inmersión em esse contexto no Cristiano, há creado uma

Há uma referência importante nessa colocação, pois João Paulo II destaca-se em seu pontificado também por meio de suas viagens, através das quais ele entra em contato com as várias religiões do mundo abrindo um novo horizonte na ação missionária da Igreja. Nessa perspectiva, suas visitas eram relevantes não somente aos cristãos como aos não cristãos e lhes concede maior conhecimento das diferentes tradições religiosas, proporcionando-lhes maior empenho frente ao campo do diálogo entre as religiões. Também Dupuis, (1999, p. 243) reconhece em João Paulo II um indicativo positivo no processo de reflexão sobre a teologia das religiões. Em sua afirmação, foi declarado: “a contribuição peculiar do papa João Paulo II para uma ‘teologia das religiões’ está na ênfase com que ele afirma a presença operante do Espírito de Deus na vida religiosa dos não-cristãos e em suas tradições religiosas”. Segundo ele, o acento recai sobre a presença do Espírito Santo nas religiões, o Papa conseguiu acentuar o Espírito Santo como ponto de unidade, em que cada religião é conduzida pela mesma força espiritual. Essa ação operante indica uma visão mais ampliada de valores espirituais nas tradições religiosas, em geral. Ainda nessa perspectiva, foi feita uma comparação entre o pontificado de Paulo VI⁶⁹ e o de João Paulo II:

Se Paulo VI está bem firme na ‘teoria do cumprimento’ [...], João Paulo II, sobretudo por causa de sua ênfase na universalidade da presença ativa do Espírito de Deus e de Cristo, nas tradições religiosas como tais, é mais positivo e demonstra uma inclinação mais forte, para uma perspectiva mais ampla, sem, contudo ir claramente além da concepção pré-conciliar do cumprimento (DUPUIS, 1999, p. 250).

Mesmo obedecendo às orientações do Vaticano II, sobre a presença de valores nas religiões, a afirmação leva a entender que João Paulo II avança na percepção de ações do Espírito Santo dentro das práticas religiosas. Há uma sutil diferença, uma vez que a “teoria do cumprimento”⁷⁰ leva a compreensão de que os valores presentes entre os não cristãos terão seu cumprimento em Jesus Cristo e no Cristianismo. Numa colocação assim, pode-se entender

circunstancia sumamente favorable para multiplicar em similar proporción las declaraciones em torno a la visión de esas religiones desde El catolicismo).

⁶⁹ Nascido a 26 de set. de 1897, em Concesio, Itália, foi o 262 Papa da Igreja Católica e governou a Igreja de 1963 a 1978. Faleceu a 6 de agosto de 1978.

⁷⁰ Sobre a referida teoria encontra-se uma substancial contribuição em Dupuis, 1999, p. 188 et. Seq.

aquilo que fora dito anteriormente sobre João Paulo II: enquanto Papa, se coloca em sintonia com aquilo que rege a doutrina e os ensinamentos em geral, da Igreja, mas, enquanto Karol Wojtyła, sugere pelos seus gestos, maior avanço em alguns setores, especialmente no campo do diálogo inter-religioso. Pode-se dizer positivamente que João Paulo II consegue equilibrar sua atuação entre a doutrina tradicional da Igreja e a necessidade de se avançar diante das interpelações da sociedade.

Segundo Svidercoschi, (2011, p. 103), “aquilo que mais impressionava em Karol Wojtyła era a tenacidade com a qual ele fazia de tudo para manter unidas as fileiras daquela comunhão fraterna, recém-descoberta, entre as religiões, entre as Igrejas”. Assim o Papa indica um itinerário positivo de diálogo entre as diversas religiões.

Segundo Teixeira (2005, p. 8), “os passos mais decisivos de abertura de João Paulo II acontecem no campo do diálogo inter-religioso. O evento que serviu como paradigma desta abertura foi a Jornada de Oração pela Paz, realizada no ano de 1986, na cidade de Assis”. Nessa visão, o encontro de Assis sinaliza a intenção do Papa em atuar em direção ao diálogo com as outras religiões, indicando um novo rumo na história da Igreja. E prosseguindo, é observado que “o evento de Assis resultou numa iniciativa histórica de grande alcance, um gesto sem precedente, extraordinário e único, portador de um explosivo poder simbólico” (Ibid., p. 8). Assumindo valor histórico, abre espaço na Igreja para o aprofundamento das reflexões, no tocante às outras tradições religiosas. Seu projeto universal leva ao mundo uma nova ideia em favor da paz.

Araújo (2011, p. 60) comentando sobre a atuação de João Paulo II, reconhece que “sua reputação de grande profeta e operário da paz é comprovada por meio de sua trajetória, que representou a abertura de novos diálogos, como o grande encontro de Assis (Itália)”. É interessante perceber, como as atitudes do Papa caracterizam sua pessoa. Os substantivos “profeta e operário da paz” indicam a sua atuação, a coragem de assumir, durante seu governo eclesial, a desafiadora promoção da paz, contando com o ajuda das outras tradições religiosas. Na perspectiva de Frisotti (1996, p. 33), Assis representa “um símbolo também da nova preocupação que o diálogo ecumênico e inter-religioso carrega: unir os esforços para que o mundo viva na

paz e na justiça, como um chamado do Deus único para os fiéis de todas as religiões”. A afirmação do autor levanta uma questão complexa: pensar a construção de um mundo de justiça e paz como chamado do “Deus único” requer maior aprofundamento na reflexão. João Paulo II, no seu discurso conclusivo, em Assis, (n. 4) fez o caminho inverso: mostra que as religiões podem ser consideradas como expressões do desejo dos seres humanos em relacionar-se com o “Ser Absoluto”. Embora a expressão tenha aparecido no singular, o “Ser”, a questão acenada pelo Papa não define isso como um desafio a ser enfrentado, algo que difere da postura de Frisotti, quando se refere ao Deus único. Provavelmente, João Paulo II, ao optar pelo conceito de “Ser Absoluto”, busca propor uma terminologia mais inclusiva, tendo em vista a complexidade das diferentes concepções de Deus entre as religiões monoteístas e politeístas.

Segundo Teixeira (1995, p. 191), “os vários encontros e vigílias inter-religiosas que vêm acontecendo nos últimos anos manifestam esta sensibilidade dialogal”. O diálogo tem-se destacado como uma das características principais do trabalho do Papa. Segundo o mesmo autor, “Ao convidar os líderes das várias tradições religiosas para unirem-se aos cristãos na oração pela paz, João Paulo II sinaliza através de tal gesto símbolo a aceitação da legitimidade salvífica das outras tradições religiosas” (1997, p. 140). Ao sublinhar a legitimidade da salvação das religiões não cristãs, fez referência a um tema pertinente na direção do diálogo, indicando uma reflexão mais aprofundada. Contudo, pode-se dizer que, mesmo reconhecendo valores salvíficos nas outras religiões, João Paulo II não as define como caminhos absolutos de salvação. Conforme o próprio Papa expressou em seus pronunciamentos, trata-se de um “estar juntos” em oração pela paz, cada qual segundo sua liturgia própria, algo que é possível realizar num encontro inter-religioso, favorecendo o respeito ao modo particular com o qual cada religião se relaciona com o sagrado. O evento não deseja abrir discussões teológicas ou doutrinárias, como se expressa o próprio Papa: “considero o encontro de hoje como sinal eloquente do compromisso de todos vós em favor da paz” (L’OSSERVATORE ROMANO, 1986, p. 1, n. 3). Em outra citação, referindo-se ainda a Assis, está escrito: “representou uma luz de esperança para a paz no mundo [...], um primeiro sinal de profunda ruptura com uma longa e triste

história de intolerância entre as religiões” (TEIXEIRA, 1997, p. 140-141). Assim, o evento é compreendido como um indicativo importante para todos os povos que anseiam pela paz. Sugere ao mundo que a paz também pode acontecer mediante o esforço do ser humano na superação de suas limitações, muitas vezes excludentes. O reconhecimento e a legitimação da salvação das outras religiões, como propõe Teixeira, a nosso ver, deve ser entendida como uma interpretação do autor do significado simbólico dos seus gestos.

Diante dos vários discursos de João Paulo II ao se encontrar com líderes das principais religiões da humanidade, observa-se que ele sempre evita entrar em discussão sobre a legitimidade ou não de salvação nas religiões. Certamente, em consonância com as ideias do Concílio Vaticano II o Papa acredita que tudo de bom que há nas outras tradições religiosas é manifestação da graça de Deus e, nesse sentido há positividade salvífica nas outras religiões (Cf. NA 2), porém observa-se no capítulo anterior que o Papa não aborda aspectos que envolvam o lugar da salvação das outras religiões no mistério de Cristo, no qual a Igreja está centrada. Observa-se um esquema básico nos seus discursos: ele parte sempre da riqueza espiritual e ética das tradições religiosas para, em seguida convidá-las para um engajamento conjunto em favor da paz e da justiça no mundo.

Diante das reflexões desenvolvidas, destacam-se as críticas, sobretudo ao documento DI que manifesta uma avaliação negativa frente a algumas tendências na teologia das religiões e mesmo diante dos pronunciamentos e gestos de João Paulo, no campo do diálogo entre as religiões. Observa-se que o documento quer reafirmar a doutrina teológica da Igreja Católica frente às teorias sobre o pluralismo religioso. É perceptível que, enquanto João Paulo II realça, no capítulo anterior, os valores presentes nas outras religiões, o referido documento realça as diferenças, reafirmando a superioridade da Igreja Católica sobre as outras experiências religiosas e, portanto uma linguagem que não avança em relação ao diálogo em meio à diversidade das religiões.

É notável que em alguns momentos na sua trajetória, o Papa também se equivoca, porém é interessante destacar que sua intenção de alargar os horizontes da Igreja no campo do diálogo é inegável e supera os limites que porventura tenha cometido.

O pronunciamento, dentro da própria Cúria Romana, para explicar a legitimidade do encontro de Assis é expressão das contrariedades que ele enfrentou dentro da própria Igreja, no intuito de mostrar o valor de as religiões caminharem unidas na oração e na solidariedade, em vista de um mundo mais pacífico.

Portanto, os escritos e atitudes de João Paulo II que apontam ambiguidades significam muito pouco diante do horizonte de relacionamentos que ele estabelece com as Igrejas cristãs e não cristãs. Sua atuação, na tentativa de superar os empecilhos que separam as religiões umas das outras e as oportunidades que ele proporciona para aproximá-las, permite uma avaliação positiva de sua pessoa e do seu pontificado como Papa da paz, em direção ao diálogo inter-religioso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das indagações sobre a presença das religiões na atualidade, seu significado e seus horizontes, o diálogo inter-religioso assume um lugar de grande relevância. Sua influência pode ser considerada como aspecto decisivo na busca de superação dos conflitos que podem ocorrer na sociedade pela falta de uma prática dialógica que leve em consideração o respeito, a tolerância e o reconhecimento de elementos positivos inerentes às religiões, que podem favorecer a aproximação entre elas.

Diante dessas e outras situações da sociedade moderna, em meio às rápidas mudanças da modernidade, a pessoa do Papa João Paulo II transpõe como figura central dessa pesquisa. Por meio do seu empenho à frente da Igreja, sua postura diante das necessidades da humanidade e inserção na realidade mundial do seu tempo é possível apresentá-lo como grande expoente no âmbito do diálogo e, sobretudo, em sua aproximação às outras religiões.

Ao longo da análise histórica e teológica do primeiro capítulo, ficou compreensível nas atividades desenvolvidas por Jesus de Nazaré seu significativo esforço na tentativa de avançar no acolhimento de todos os povos, fossem eles judeus ou não judeus, sua ação indicava preocupação com todo gênero humano e assim abria horizontes para além do território legal de Israel (Mt 8, 5-13; Jo 4, 9; Lc 17, 18-19). Indo em direção aos pecadores, aos doentes, aos pobres e excluídos da sociedade, revelou sua sensibilidade para com todas as pessoas. Todos que dele se aproximavam e aderiam sua mensagem, experimentavam o acolhimento e a solidariedade de alguém que se interessava pelo bem de todos.

Diante da religião tradicional dos judeus, Jesus enfrentou sérias consequências por romper, em muitos momentos, com as normas e preceitos religiosos observados pelo povo judeu. Contudo, quis fazer com que sua mensagem de vida e liberdade, ultrapassasse as fronteiras religiosas e chegasse a todos os povos.

Na tentativa de prolongar na história, os ensinamentos de Jesus, seus seguidores também experimentam sérias perseguições e rejeições no

confronto com outras religiões. Contudo, o compromisso assumido com seu Mestre, Jesus de Nazaré, foi levado adiante. Observa-se que não foi passivo o caminho percorrido pelos cristãos ao longo da história, até chegarem a ser reconhecidos como religião oficial, mas é interessante igualmente saber que, sua maneira de reconhecer os valores das outras religiões também levou muitos anos. Nesse processo, notam-se posturas acolhedoras e exclusivistas por parte dos cristãos. Somente no Concílio Vaticano II (1962-1965) é que a Igreja chegou a emitir juízos positivos sobre as religiões e reconhecer que elas comportam valores evangélicos.

Em meio a essa trajetória, o Papa João Paulo II contribuiu eficazmente no campo do diálogo abrindo novos caminhos na Igreja. Seus gestos e seus pronunciamentos indicam seu desejo de apresentar uma nova forma de evangelizar, levando em consideração as mudanças das sociedades e do mundo. Seus enfoques, na direção da atividade humana e espiritual, faz compreender questões significativas não somente para o Cristianismo, como para todas as religiões que se interessam por um mundo melhor.

Vale ressaltar que os gestos de João Paulo II, longe de apontar dicotomia na sua personalidade, indicam forte abertura em sua relação com os não cristãos. Em muitos momentos de seu pontificado, ficou em silêncio, conforme se pode constatar no segundo capítulo, mas o seu silêncio indicou fortemente seu desejo de refazer as divisões entre os seres humanos, na maioria delas, causadas pela indiferença das religiões.

A palavra diálogo aparece na maioria de seus discursos levando a entender sua capacidade de compreender a necessidade de relações dialógicas mais eficazes, frente às diferenças notáveis na sociedade atual. Essa relação dialógica, muitas vezes indicada por ele, sempre esteve ligada à dimensão da fraternidade, a qual João Paulo II focaliza, aparece com o objetivo de levar as religiões a compreenderem sua origem e destinos comuns e a se unirem por um mundo melhor, tendo em vista os males que podem afetar ou aniquilar a vida humana sobre a terra.

Nessa direção, ele faz entender que todas as religiões podem contribuir para o bem da humanidade, a partir de suas dimensões ética e espiritual. Realçando a dimensão ética, desperta em todos o dever de preservar a vida em todas as suas expressões, de cuidar para que possam viver com dignidade

exercendo direitos e deveres, como responsáveis pela organização da sociedade. No que tange à espiritualidade, sabe reconhecer a dimensão espiritual do ser humano e, nesse sentido, reflete sobre a importância da liberdade religiosa, do respeito às diferentes formas que a humanidade procura viver em relação com o Transcendente. Nesse ínterim, seu testemunho é positivo na luta pela superação dos preconceitos que afastam os seres humanos uns dos outros.

Ainda vale destacar a capacidade do Papa em reconhecer a paz como sendo de natureza divina, como “dom” que pode ser alcançado mediante a oração de todos os seres humanos, unidos cada qual a seu modo, mas na mesma intenção em busca da paz. Seu convite a todas as religiões a orarem pela paz (1986 e 2002) é um exemplo de quem acredita que a paz é possível mediante a súplica dos homens e mulheres religiosos.

Diante dos paradoxos, ambiguidades e controvérsias que emergiram na trajetória de João Paulo II, pode-se justificar seus limites humanos, pois é passivo de erros, contudo, é relevante enfatizar que sua contribuição no campo do diálogo sinaliza positivamente aquilo que é preciso se fazer para tornar o mundo mais justo, fraterno e solidário. Os pronunciamentos, as atitudes que em algum momento tendem a contrariar a atuação do Papa em direção ao diálogo, pouco significam diante das facetas de João Paulo II, que continuam refletindo a importância do diálogo entre as religiões. Nesse direcionamento, o impulso dialógico dado por ele, assim como os testemunhos de vários autores sobre sua contribuição, como se pode verificar no terceiro capítulo, permitem apresentar a postura do Papa João Paulo II como uma efetiva contribuição para o diálogo inter-religioso. Sobre suas reflexões, é possível apoiar novas discussões em vista da urgente necessidade da aproximação respeitosa entre as diferentes religiões.

Espera-se que o resultado obtido nesta pesquisa possa contribuir eficazmente para novas discussões nos mais variados setores da sociedade, especialmente nos meios acadêmicos onde homens e mulheres de religiões diferentes buscam responder às interpelações do mundo moderno e se interessam por referências positivas que apontem caminhos, pelos quais é possível alcançar a paz e a justiça entre os povos.

REFERÊNCIAS

ACCATTOLI, Luigi. **Quando o papa pede perdão**: Todos os mea culpa de João Paulo II. São Paulo: Paulinas, 1997.

_____. **Karol Wojtyła**: o homem do final do milênio. São Paulo: Paulinas, 1999.

ALEMANY, Joaquim José, S.J. **El diálogo inter-religioso em el Magisterio de la Iglesia**. Madrid: Universidade Pontificia de Comillas, 2001.

ARAÚJO, Roger. **João Paulo II**: uma vida de santidade. São Paulo: Canção Nova, 2011.

BÍBLIA. Português. **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Paulus, 2004.

CLEMENTE. In.: **Padres Apostólicos**. São Paulo: Paulus, 1995.

COMBY, Jean. **Para ler a história da Igreja**. São Paulo: Loyola, 1993.

CONCÍLIO VATICANO II. **Dignitatis Humanae**: sobre a liberdade religiosa. São Paulo: Paulinas, 1966.

CONCÍLIO VATICANO II. **Gaudium Et Spes**: sobre a Igreja no mundo de hoje. São Paulo: Paulinas, 1976.

CONCÍLIO VATICANO II. **Ad Gentes**: sobre a atividade missionária da Igreja. São Paulo: Paulinas, 1966.

CORBIN, Alain. (Org.). **História do cristianismo**: para compreender melhor nosso tempo. São Paulo: Martins fontes, 2009.

COHEN, Marleine. **O peregrino da fé**: a cruzada de João Paulo II pelos caminhos do Evangelho. São Paulo: Globo, 2005.

DENZINGER, Heinrich. **Compêndio dos símbolos**, definições e declarações de fé e moral. São Paulo: Paulinas: Edição Loyola, 2007.

DURÃO, Ferreira João. **Cavaleiros de Jesus**: breve história do cristianismo. São Paulo: Madras, 2011.

DUFUOR, Léon – Xavié. **Leitura do Evangelho segundo João I**. São Paulo: Loyola, 1996.

DROBNER, R., Hubertus. **Manual de Patrologia**. Petrópolis: Vozes, 2003.

DUPUIS, Jaques. **Por uma leitura pluralista do cristianismo**. São Paulo: Paulinas, 2004.

- DUPUIS, Jaques. **Introdução à Cristologia**. São Paulo: Loyola, 1999.
- FABRIS, Rinaldo. **Os Atos dos Apóstolos**. São Paulo: Loyola, 1991.
- FOLCH, Gomes, Cirilo. **Antropologias dos Santos Padres**. São Paulo: Paulinas, 1979.
- FRANGIOTTI, Roque. **Cristãos**, judeus e pagãos: acusações, críticas e conflitos no cristianismo antigo. São Paulo: Ideias e Letras, 2006.
- FRISOTTI, Heitor. **Passos no diálogo** – Igreja católica e religiões afro-brasileiras. São Paulo: Paulus, 1996.
- GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes; BOMBONATTO, Vera Ivanice (Orgs.). **Concílio Vaticano II: análise e perspectiva**. São Paulo: Paulinas, 2004.
- GOMES, Cirilo Folch. **Antologia dos Santos Padres**: páginas seletas dos antigos escritores eclesiásticos. São Paulo: Paulinas, 1973.
- GEFFRÉ, Claude. **Crer e interpretar**: a virada hermenêutica da teologia. Petrópolis: Vozes, 2004.
- HUMMAN, Adalbert. G. **Para ler os Padres da Igreja**. São Paulo: Paulus, 1995.
- INÁCIO. In.: **Padres Apostólicos**. São Paulo: Paulus, 1995. – Patrística
- JUSTINO. **I e II apologias**: diálogo com Trifão. São Paulo: Paulus, 1995.
- LATOURELLE, René. **Teologia da Revelação**. São Paulo: Paulinas, 1981.
- LECOMTE, Bernard. **João Paulo II**: biografia. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- LIBÂNIO, Batista João. **Concílio Vaticano II**: Em busca de uma primeira compreensão. São Paulo: Loyola, 2005.
- LIÉBAERT, Jacques; PENTEADO, Nadyr de Salles. **Os padres da Igreja**. São Paulo: Loyola, 2000.
- LÚLIO, Raimundo. **O livro do gentio e dos três sábios** (1274-1276). Petrópolis: Vozes, 2001.
- MARAVAL, Pierre. Em busca da perfeição. Ascetismo e Monaquismo. In.: CORBIN, Alain. **História do Cristianismo**: para compreender melhor nosso tempo. São Paulo: Wmfmartinsfontes, 2009. pp. 97-101.
- PADRES APOSTÓLICOS. São Paulo: Paulus, 1995.
- PIERRARD, Pierre. **História da Igreja**. São Paulo: Paulus, 1983.

PONTIFÍCIO Conselho Para o Diálogo Inter-religioso. **Diálogo e Anúncio**. São Paulo: Paulinas, 1996.

QUESADA, Manuel; PECCINI, Venícius; BORGES, Marcelo. **A história de João Paulo II**: Vaticano, o papado. São Paulo: Auzou e Sissal, 1997.

RATZINGER, Joseph. **João Paulo II**: vinte anos na história. São Paulo: Paulinas, 2000.

SCHNELLE, Udo. **Teologia do Novo Testamento**. São Paulo: Paulus, 2010.

SVIDERCOSCHI, Gian Franco. **João Paulo II**: um papa que não morre. São Paulo: Paulinas, 2011.

TEIXEIRA, Faustino. **Teologia das religiões** – uma visão panorâmica. São Paulo: Paulinas, 1995.

TEIXEIRA, Faustino (Org). **O diálogo inter-religioso como afirmação da vida**. São Paulo: Paulinas, 1997.

THELAMON, Françoise. Povos cristãos às margens do Império Romano. In.: CORBIN, Alain. **História do Cristianismo**: para compreender melhor nosso tempo. São Paulo: Wmfmartinsfontes, 2009. pp. 131-135.

VATICANO II: mensagens, discursos e documentos. São Paulo: Paulinas, 1998.

VELASCO, Rufino. **A Igreja de Jesus**: processo histórico da consciência eclesial. Petrópolis: Vozes, 1996.

VIGIL, José Maria. **Teologia do Pluralismo Religioso**: para uma releitura pluralista do cristianismo. São Paulo: Paulus, 2006.

REFERÊNCIAS DA INTERNET:

BETTENCOURT, Estevão. **Um Papa na Sinagoga**. Pergunte e Responderemos 518 – Católicos Online. Disponível em: <http://www.pr.gonet.biz/kb_read.php?pref=htm&num=684>. Acesso em 10 de out de 2011.

BOFF, Leonardo. Quem subverte o concílio? In.: VIGIL, José Maria (Coord.). **O atual debate da teologia do pluralismo depois da Dominus Iesus**. Disponível em: <<http://servicioskoinonia.org/LibrosDigitales/LDK/LDK1port.pdf>>. Acesso em 29 de dez. 2011.

BOFF, Leonardo. **João Paulo II e questões atuais**. Disponível em: <<http://leonardoboff.com/papa/questoes-atuais.htm>>. Acesso em 25 de nov. de 2011.

BARROS, Marcelo. A unicidade e universalidade salvíficas de Jesus Cristo e da Igreja. In.: VIGIL, José Maria (Coor.). **O atual debate da teologia do pluralismo depois da Dominus Iesus**. Disponível em: <<http://servicioskoinonia.org/LibrosDigitales/LDK/LDK1port.pdf>>. Acesso em 29 de dez. 2011.

COSTA, Henrique Soares da. **Dominus Iesus**: um documento que deu o que falar. Disponível em: <<http://www.domhenrique.com.br/index.php/doutrina-catolica/360-dominus-iesus-um-documento-que-deu-o-que-falar->>. Acesso em 28 de dez. de 2011.

FERRARO, Benedito. O desafio da fé cristã num mundo plural. In.: VIGIL, José Maria (Coor.). **O atual debate da teologia do pluralismo depois da Dominus Iesus**. Disponível em: <<http://servicioskoinonia.org/LibrosDigitales/LDK/LDK1port.pdf>>. Acesso em 29 de dez. 2011.

GUTIÉRREZ, L. Jorge. **Pedro Abelardo e o diálogo entre culturas**: Um desafio filosófico medieval. Disponível em: <http://revistapandora.sites.uol.com.br/8_dialogo.htm>. Acesso em 21 de jul. 2011.

JOÃO XXIII, Papa. **Constituição Apostólica Humanae Salutis**. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_xxiii/apost_constitutions/documents/hf_j-xxiii_apc_19611225_humanae-salutis_po.html>. Acesso em 22 agost. 2011.

JOÃO PAULO II, Papa. **Discurso ao Patriarca ecumênico Dimítrios I**, na catedral de São Jorge, por ocasião de sua visita a Turquia a 29 de novembro de 1979. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1979/november/documents/hf_jp-ii_spe_19791129_dimitrios-turchia_po.html>. Acesso em 10 de set. 2011.

_____; DIMÍTRIOS I, Patriarca. **Declaração comum na Festa do Apóstolo André**, durante sua visita a Turquia a 1979. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1979/november/documents/hf_jp-ii_spe_19791130_dichiarazione-jpii-dimitrios_po.html>. Acesso em 10 de set. 2011.

_____; RUNCIE, Robert, Arcebispo. **Declaração comum de 29 de maio de 1982**, por ocasião da visita do Santo Padre à Grã-Bretanha. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1982/may/documents/hf_jp-ii_spe_19820529_dichiarazione-comune_en.html>. Acesso em 10 de set. 2011.

_____. **Discurso para líderes espirituais da comunidade não religiosa cristã**, por ocasião de sua viagem a Tailândia, a 6 de maio de 1984. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1984/may/documents/hf_jp-ii_spe_19840506_capi-religioni-tradizionali_it.html>. Acesso em 10 de set. 2011.

_____. **Discurso aos diretores e representantes da comunidade hindus e islâmicos em Nairobi**, Quênia, a 18 de agosto de 1985. Por ocasião de sua viagem ao Togo, Costa do Marfim II, Camarões, República Centro Africano, II Zaire, Quênia II, Marrocos. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1985/august/documents/hf_jp-ii_spe_19850818_musulmani-indu_it.html>. Acesso em 11 de set. 2011.

_____. **Discurso aos jovens muçulmanos**, em Casa Blanca, Marrocos, a 19 de agosto de 1985. Por ocasião de sua viagem ao Togo, Costa do Marfim II, Camarões, República Centro Africano, II Zaire, Quênia II, Marrocos. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1985/august/documents/hf_jp-ii_spe_19850819_giovani-stadio-casablanca_it.html>. Acesso em 11 de set. 2011.

_____. **Discurso a Cúria Romana para cumprimentos de Natal**, 22 de dezembro de 1986. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1986/december/documents/hf_jp-ii_spe_19861222_curia-romana_it.html>. Acesso em 25 de mar de 2012.

_____. **Discurso durante a visita a Raj Ghat**. Delhi (Índia), 1 de fevereiro de 1986. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1986/february/documents/hf_jp-ii_spe_19860201_raj-ghat_it.html>. Disponível em 11 de set. 2011.

_____. **Discurso aos representantes de outras tradições religiosas e culturais**, a 2 de fevereiro de 1986, no Estádio "Indira Gandhi", Delli (Índia). Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1986/february/documents/hf_jp-ii_spe_19860202_rappresentanti-religioni_it.html>. Acesso em 12 de set. 2011.

_____. **Discurso aos representantes das religiões não cristãs no Hall de Madras**, Rajaji, Calcutá (Índia), a 5 de fevereiro de 1986. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1986/february/documents/hf_jp-ii_spe_19860205_religioni-non-cristiane_it.htm>. Acesso em 12 de set. 2011.

_____. **Discurso a comunidade judaica na Sinagoga de Roma**, a 13 de abril de 1986, n. 1. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1986/april/documents/hf_jp-ii_spe_19860413_sinagoga-roma_it.html>. Acesso em 12 de set. 2011.

_____. **Discurso junto ao corpo diplomático acreditado junto da Santa Sé**, para troca de cumprimentos de Ano Novo, 10 de janeiro de 1987. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1987/january/documents/hf_jp-ii_spe_19870110_corpo-diplomatico_it.html>. Acesso em 25 de mar de 2012.

_____. **Homilia na canonização de Juan Sarkander**, em Holomouc, na República Checa, a 21 de maio de 1995. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/homilies/1995/documents/hf_jp-ii_hom_19950521_canonizzaz-olomouc_it.html>. Acesso em 12 de set. 2011.

_____. **Incarnationis Mysterium**. Bula de proclamação do grande jubileu do ano 2000, de 29 de novembro de 1998. Disponível em: <http://www.vatican.va/jubilee_2000/docs/documents/hf_jp-ii_doc_30111998_bolla-jubilee_po.html>. Acesso em 13 de set. 2011.

_____. **Discurso durante a visita ao memorial “Yad Vashem”**, março de 2000. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/travels/documents/hf_jp-ii_spe_20000323_yad-vashem-mausoleum_po.html>. Acesso em 13 de set. 2011.

_____. **Homilia para o dia do perdão do Ano Santo**, a 12 de março de 2000. N. 4. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/homilies/2000/documents/hf_jp-ii_hom_20000312_pardon_po.html>. Acesso em 13 de set. 2011.

_____. **Saudação aos dois grão-rabinos de Israel no Hechal Shlomo**, a 23 de março de 2000, em Jerusalém. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/travels/documents/hf_ip-ii_spe_20000323_chief-rabbis_po.html>. Acesso em 14 de set. 2011.

_____. **Discurso no encontro inter-religioso no Pontifício Instituto “Nostre-Dame”**, dia 23 de março de 2000. N. 1. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/travels/documents/hf_jp-ii_spe_20000323_jerusalem-notre-dame_po.html>. Acesso em 15 de set. 2011.

_____. **Discurso na visita à Mesquita “Omayyde”**. Damasco, 6 de maio de 2001. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/2001/documents/hf_jp-ii_spe_20010506_omayyadi_po.html>. Acesso em 15 de set. 2011.

_____. **Discurso aos participantes no “dia de oração pela paz em Assis”**, a 24 de janeiro de 2002. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/2002/january/documents/hf_jp-ii_spe_20020124_discorso-assisi_po.html>. Acesso em 25 de mar de 2012.

RICHARD, Pablo. La Dominus Iesus del cardenal Ratzinger. In.: VIGIL, José Maria (Coor.). **O atual debate da teologia do pluralismo depois da Dominus Iesus**. Disponível em: <<http://servicioskoinonia.org/LibrosDigitales/LDK/LDK1port.pdf>>. Acesso em 29 de dez. 2011.

SERNA, Eduardo de la. A missão da Igreja. In.: VIGIL, José Maria (Coor.). **O atual debate da teologia do pluralismo depois da Dominus Iesus**. Disponível em: <<http://servicioskoinonia.org/LibrosDigitales/LDK/LDK1port.pdf>>. Acesso em 29 de dez. 2011.

SOUZA, Nelson Hirley. **Assis se repete?**. Disponível em: <<http://www.fsspxbrasil.com.br/exe2?p=1593>>. Acesso em 10 de Nov. 2011.

SUESS, Paulo. **O decreto Ad Gentes sobre a atividade missionária da Igreja e o Vaticano II**. Disponível em: <<http://www.missiologia.org.br/cms/ckfinder/userfiles/files/360DecretoAd%20Gentes.pdf>>. Acesso em 20 de jul. 2011.

SILVA, Pedro Rodolfo Fernandes da. **Lei natural e seus desdobramentos no Dialogus inter philosophum**, judaeum et christianum, de Pedro Abelardo. Disponível em: <<http://www.revistaindice.com.br/pedrorodolfo.pdf>>. Acesso em 21 de jul. 2011.

TEIXEIRA, Faustino. **Os 25 anos de pontificado de João Paulo II**. Disponível em: <C:\Documents and Settings\Claudi\My Documents\JOÃO PAULO II\os-25-anos-do-pontificado-de-joao-paulo.htm>. Acesso em: 28 de dez. 2011.

_____. **O paradigma de Assis: os temores e reações ao evento**. Disponível em: <<http://fteixeira-dialogos.blogspot.com/2010/04/o-paradigma-de-assis.html>>. Acesso em 28 de dez. 2011.

VIGIL, José Maria (Coor.). **O atual debate da teologia do pluralismo depois da Dominus Iesus**. Disponível em: <<http://servicioskoinonia.org/LibrosDigitales/LDK/LDK1port.pdf>>. Acesso em 29 de dez. 2011.

KNITTER, Paul. A Dominus Iesus e a hermenêutica da recepção. In.: VIGIL, José Maria (Coor.). **O atual debate da teologia do pluralismo depois da Dominus Iesus**. Disponível em: <<http://servicioskoinonia.org/LibrosDigitales/LDK/LDK1port.pdf>>. Acesso em 29 de dez. 2011.

REFERÊNCIA DE JORNAL

L'OSSERVATORE ROMANO. Roma, 22 de out. 1986.

_____. Roma, 26 de out. 1986.

_____. Roma, 27 de out. 1986.

_____. Roma, 2 de nov. 1986.